

Organizadoras
Maria Beatriz Nader
Mirela Marin Morgante

Volume 2

HISTÓRIA E GÊNERO

A DIVERSIDADE DE RESISTÊNCIAS FEMININAS
NO BRASIL DOS ANOS DE CHUMBO



EDITORA MILFONTES

HISTÓRIA E
GÊNERO



Copyright © 2021, Maria Beatriz Nader; Mirela Marin Morgante (org.).

Copyright © 2021, Editora Milfontes.

R. Carijós, 720, LJ. 1, Ed Delta Center, Jardim da Penha, Vitória ES, 29.060-700

Compra direta e fale conosco: <https://editoramilfontes.com.br>

Distribuição nacional em: www.amazon.com.br

editor@editoramilfontes.com.br

Brasil

Editor Chefe

Bruno César Nascimento

Conselho Editorial

Profa. Dra. Ana Carolina Eiras Coelho Soares – (UFGO)

Profa. Dra. Ana Maria Colling (UFGD)

Profa. Dra. Ana Maria Marques (UFMT)

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Junior (UFRN)

Profa. Dra. Elaine Pereira Rocha (UWI-Barbados)

Profa. Dra. Lídia Maria Vianna Possas (UNESP)

Prof. Dr. Antonio Emilio Morgan (UFAM)

Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff (UFSC)

Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)

Prof. Dr. Júlio César Bentivoglio (UFES)

Profa. Dra. Karina de Rezende-Fohringer (BR 4 (NÖ)-Áustria)

Profa. Dra. Lana Lage da Gama Lima (UFF/UENF)

Prof. Dr. Losandro Antonio Tedeschi (UDGD)

Profa. Dra. Maria Beatriz Nader (UFES)

Profa. Dra. Marlene De Fáveri (UDESC)

Prof. Dr. Renato Pinto Venacio (UFMG)

Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)

Profa. Dra. Sonia Maria da Costa Barreto (FVC)

Profa. Dra. Stella Maris Scatenza Franco (USP)

Profa. Dra. Temis Gomes Parente (UFT)

Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (UNICAMP)

Prof. Dr. Wlaumir Doniseti, de Souza (UNESP)

Profa. Dra. Vanessa dos Santos Bodstein Bivar (UFMS)



Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência,

CCHN/UFES - Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras

CEP 29075-910 - Vitória - ES - Brasil.

ufes.leg@gmail.com

MARIA BEATRIZ NADER
MIRELA MARIN MORGANTE
(Organizadoras)

HISTÓRIA E GÊNERO

*A diversidade de resistências femininas no Brasil
dos anos de chumbo*

Volume 2



EDITORA MILFONTES

2021

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora ou das organizadoras.

Revisão

De responsabilidade exclusiva dos autores e das autoras.

Capa

Imagem da capa:

Violência contra a mulher - Senado Federal - Campanha de Nacional de Combate à Violência contra a Mulher

Arí T. Souza - *Aspectos*

Projeto Gráfico e Editoração

Bruno César Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História e gênero: A diversidade de resistências femininas no Brasil dos anos de chumbo/ Maria Beatriz Nader; Mirela Marin Morgante (organizadoras). Volume 2.

Vitória: Editora Milfontes, 2021.

224 p.: 20 cm

ISBN: 978-65-86207-31-6

Tipo de Suporte: E-book

Formato Ebook: PDF

Disponível em: <https://editoramilfontes.com.br/publicações>;

1. Mulheres 2. Violência 3. Gênero I. Nader, Maria Beatriz
II. Morgante, Mirela Marin III. Título.

CDD 981.063

Sumário

Narrativas de resistências femininas no regime ditatorial brasileiro (1964-1985) - Prolusão 7

Nós só queremos ser entendidas: reflexões sobre a participação de Leila Mícolis no Lampião da Esquina.. 15

Ana Carolina Eiras Coelho Soares & Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto

Resistências lésbicas no contexto ditatorial brasileiro .. 35

Camila Diane Silva & Janine Gomes da Silva

Dina do Araguaia: Relações de poder e resistência na Guerrilha do Araguaia 57

Ana Maria Colling & Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

A construção do “Território do Desejo” da Grande Vitória (ES): memórias de resistência feminina nos anos de 1960 79

Maria Beatriz Nader & Mirela Marin Morgante

Norma Bahia Pontes e Rita Moreira: das experimentações videográficas ao olhar lésbico brasileiro..... 99

Maíra Tristão Nogueira & Maura Castanheira Grimaldi

Anos de chumbo e violações de gênero: uma resposta à resistência das militantes políticas da Universidade Federal do Espírito Santo..... 121

Maria Beatriz Nader & Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine

Memórias da resistência à ditadura civil-militar: atuação feminina no movimento estudantil universitário durante a redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985) 137

Luisiane da Silveira Gomes

As mulheres vão às ruas: o movimento do custo de vida como resistência à ditadura militar no Brasil 163

Ariel Cherxes Batista & Tanya Mayara Kruger

Te gritam negra num kilombo urbano: afetos e projetos de mulheres negras nos anos de chumbo na cidade de Vitória. (1978- 1980) 185

Lavínia Coutinho Cardoso

Sobre as autoras e os autores.....211

Normas para confecção de textos colaborativos para o terceiro volume da coleção “História e Gênero”219

NARRATIVAS DE RESISTÊNCIAS FEMININAS NO REGIME DITATORIAL BRASILEIRO (1964-1985)

Prolusão

A coleção “História e Gênero”, do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência, da Universidade Federal do Espírito Santo (LEGPV-UFES) foi inaugurada em 2019, com o número “História e Gênero: faces da violência contra as mulheres no novo milênio”. A obra marcava o início de uma série de publicações anuais da coleção, em comemoração aos 10 anos de funcionamento do Laboratório e, por isso, abordou a temática da violência de gênero, que deu origem às primeiras pesquisas feitas no LEGPV-UFES.

Em 2021, a temática que norteia o número 2 da coleção está estritamente relacionada com a configuração política atual de retrocesso nas instituições, nas legislações e em todas as pautas voltadas para a defesa dos direitos humanos das mulheres e dos grupos mais vulneráveis da sociedade brasileira. Em 2018, no Brasil foi eleito um presidente cujos discursos e práticas de sua campanha política e, depois, dos primeiros anos de seu governo, enaltecem os valores tradicionais da família burguesa e a intolerância étnica, racial, sexual e religiosa. Ademais, a antiga polarização “comunistas” *versus* “patriotas” construída pelos mecanismos de poder estatais no período ditatorial brasileiro (1964-1985), reaparecem no cenário político e ideológico da atualidade, como fruto de uma produção discursiva tipicamente da extrema-direita, caracterizada por um discurso de ódio.

De formação e início de carreira militar, este presidente tem sua trajetória política marcada por uma glorificação ao período ditatorial brasileiro, tendo enaltificado, inúmeras vezes,

dentro do próprio Congresso Nacional, a figura de militares torturadores. Com sua ascensão no poder executivo federal, grupos de apoiadores ao presidente passaram a se manifestar publicamente, em passeatas e nas redes sociais, em favor ao retorno na ditadura no Brasil. Diante disso, é urgente retomar o debate sobre a ditadura civil-militar que governou o país por mais de 20 anos, evidenciando não somente os crimes cometidos pelo regime e seus mecanismos de disciplinarização dos corpos, como também as diversas formas de resistências ao controle político-econômico e à normatização das condutas do governo ditatorial. Para Marc Bloch, na obra *Apologia da história ou o ofício de historiador*, a análise histórica permite compreender as ações humanas no presente, de maneira que, por meio do estudo das formas de resistência ao regime ditatorial do passado, é possível pensar em práticas de subversão na configuração social atual, haja vista a ascensão da extrema direita no poder.

Particularmente, importa abordar as diversas resistências femininas feitas durante o regime militar, que foi construído e legitimado tendo como parâmetro discursos e práticas voltados para a afirmação dos valores tradicionais da família burguesa – assim como ocorre atualmente. Contudo, apesar das políticas de controle e de coerção direcionadas às mulheres de todas as classes sociais, raças, etnias, faixas etárias, gênero e orientação sexual, elas resistiram de múltiplas maneiras em prol do afeto por si mesmas, por pessoas e grupos de solidariedade, de confiança e de afinidade. Das tramas do poder estatal biologizante, as mulheres fizeram emergir suas resistências e subversões, elas construíram suas próprias redes de poder e de afeto, seus próprios mecanismos de ação e de reação ao sistema patriarcal repressor e normatizador.

É essa a perspectiva que norteia o segundo número da coleção *História e Gênero*, intitulado *A diversidade de*

resistências femininas no Brasil nos anos de chumbo. Os nove artigos que compõem a obra permitem conhecer as trajetórias de resistência de mulheres escritoras, lésbicas, militantes políticas, prostitutas, cineastas, periféricas e de pele preta, propiciando uma visão ampla e múltipla das problemáticas relacionadas às mulheres no período ditatorial brasileiro.

O primeiro artigo, “Nós só queremos ser entendidas: reflexões sobre a participação de Leila Míccolis no *Lampião da Esquina*”, é de autoria de Ana Carolina Eiras Coelho Soares e Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto. O diálogo do jornal alternativo *Lampião da Esquina* (1978-1981) com o movimento feminista é apresentado por meio da análise dos textos escritos por Leila Míccolis, escritora, roteirista, dramaturga e jornalista, única mulher do corpo editorial do periódico. Sendo um jornal focado no debate da homossexualidade masculina, Míccolis se diferenciava ao inserir no discurso as especificidades das mulheres lésbicas e ao denunciar o machismo presente na sociedade brasileira. No artigo, os (as) autores (as) mostram as formas, os limites e os diálogos do jornal com o feminismo, ao analisar os textos escritos por Míccolis.

Em seguida, o artigo “Resistências lésbicas no contexto ditatorial brasileiro”, tem Camila Diane Silva e Janine Gomes da Silva como autoras. Utilizando como fontes de pesquisa entrevistas orais e o periódico lésbico feminista *Chanacomchana* (1981-1987), as autoras analisam as diversas formas de resistência levadas a cabo por mulheres lésbicas durante período de vigência da ditadura civil-militar no Brasil. O artigo permite conhecer uma multiplicidade de resistências protagonizadas por um grupo social invisibilizado pela historiografia tradicional, abrangendo as subversões lésbicas vivenciadas tanto em relação às violências de estado, quanto no interior dos grupos de esquerda, do movimento homossexual e feminista.

O próximo artigo é intitulado “Dina do Araguaia: relações de poder e resistências na guerrilha do Araguaia”, e foi escrito por Ana Maria Colling e Ary Albuquerque Cavalcanti Junior. O texto evidencia a trajetória política de Dinalva Oliveira, uma mulher nascida na Bahia, que se tornou subcomandante da Guerrilha do Araguaia, única mulher a chegar a tal posto no país. O movimento guerrilheiro foi construído pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em finais dos anos de 1960 e se perpetuou até meados da década de 1970, em meio à região amazônica. Dina foi uma das 17 mulheres pertencentes à guerrilha e a única a assumir um posto de chefia. Os (as) autores (as) percorrem sua trajetória visando mostrar o protagonismo feminino na resistência ao Estado ditatorial, da mesma forma que nas relações com os (as) companheiros (as) de luta e de ideal políticos.

Na sequência, o artigo “A construção do ‘território do desejo’ da Grande Vitória (ES): memórias de resistência feminina nos anos de 1960”, é de autoria de Maria Beatriz Nader e Mirela Marin Morgante. Em meio aos mecanismos de disciplinarização social e de normatização das condutas levadas a cabo pelo governo da ditadura civil-militar brasileira, as autoras mostram de que maneira as prostitutas de tornaram alvo dos discursos e das práticas dos poderes públicos em Vitória, capital do Espírito Santo. Vistas como “doença social”, sujeira e anomalia no centro da cidade, cada vez mais frequentada e habitada pelas classes médias e altas, elas foram expulsas do bairro e direcionadas à um território periférico. Contudo, apesar da violência e da repressão que vivenciaram, as antigas meretrizes analisadas no artigo por meio da História Oral de vida, resistiram de maneira singular ao processo. Suas memórias permitem compreender suas experiências de protagonismo na construção do “território do desejo” da Grande Vitória.

O texto seguinte, “Norma Bahia Pontes e Rita Moreira: das experimentações videográficas ao olhar lésbico brasileiro”, é de Maíra Tristão Nogueira e Maura Castanheira Grimaldi. As autoras analisam algumas das narrativas audiovisuais produzidas na década de 1970 por Norma Bahia Pontes e Rita Moreira, cineastas e artistas brasileiras que migraram para os Estados Unidos em finais dos anos de 1960, durante o período ditatorial brasileiro. Para tanto, são utilizados os conceitos de performatividade de gênero, câmera sensível, *female gaze* e contra-cinema, assim como são problematizados os padrões normativos e disciplinares dos corpos e das sexualidades das sociedades de então. Com isso, o artigo mostra de que maneira o contato das cineastas com os movimentos libertários vivenciados no exílio influenciam em sua produção audiovisual, possibilitando a constituição da categoria “mulher” no cinema brasileiro, em pleno contexto de repressão política.

Posteriormente, o artigo “Anos de chumbo e violações de gênero: uma resposta à resistência das militantes políticas da Universidade Federal do Espírito Santo”, é de autoria de Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine e Maria Beatriz Nader. Dada a minoridade das investigações científicas sobre o período ditatorial brasileiro que tratam das mulheres em uma perspectiva relacional de gênero, as autoras trabalham com as militantes políticas da Universidade Federal do Espírito Santo colocando a categoria gênero no centro da análise. O objetivo é compreender a violência contra as mulheres que participavam da militância política na universidade enquanto uma violência institucional de gênero, entendendo a tortura feita contra elas como uma política de Estado. Nesta perspectiva, as autoras evidenciam as resistências das mulheres que entraram tanto para os grupos de militância contra a ditadura civil-militar, como nas próprias universidades públicas, onde o debate feminista era mais presente. Foram mulheres que se situaram

na alteridade, na medida em que se distanciaram dos papéis sociais de gênero tradicionalmente instituídos para elas pela sociedade patriarcal ditatorial de então.

Depois, conhecemos o texto “Memórias da resistência à ditadura civil-militar: atuação feminina no movimento estudantil universitário durante a redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985)”, de Luisiane da Silveira Gomes. Por meio da História Oral, a autora analisa a atuação das mulheres no movimento estudantil universitário da cidade de Pelotas (RS), durante o período da redemocratização do país, qual seja, de 1977, quando as manifestações voltaram a se fazer presentes nas ruas do Brasil, até 1985, quando da realização da eleição para presidente da República. O artigo mostra a expansão do movimento feminista no país, a partir do retorno das exiladas políticas, que trouxeram uma bagagem de leituras, discussões e práticas feministas do exterior. Com isso, o texto faz uma reflexão acerca da inserção e as posições femininas em espaços majoritariamente masculinos, como era o movimento estudantil universitário de Pelotas (RS).

O próximo artigo é intitulado “As mulheres vão às ruas: o movimento do custo de vida como resistência à ditadura militar no Brasil”, de Ariel Cherxes Batista e Tanya Mayara Kruger. O Movimento Custo de Vida (MCV) tem suas origens em meados da década de 1940, mas foi institucionalizado em 1972, e é caracterizado pela luta de mulheres de diferentes ideologias e classes sociais contra a inflação nos preços e o aumento do custo de vida no Brasil. É considerado o maior movimento de mulheres durante a ditadura civil-militar brasileira, não obstante as divergências quanto a orientação feminista do mesmo. No artigo, os(as) autores(as) analisam o protagonismo feminino no movimento enquanto vanguarda na resistência pacífica ao regime militar, destacando o legado da organização na defesa dos grupos mais pobres e da democracia.

Por fim, apresentamos o artigo “Te gritam negra num kilombo urbano: afetos e projetos de mulheres negras nos anos de chumbo na cidade de Vitória (1978-1980)”, de Lavínia Coutinho Cardoso. O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) foi fundado em São Paulo, em 1978, e, no mesmo ano, foi inaugurado também no Espírito Santo. Nele, se reunia um grupo de mulheres negras para debater o machismo, o racismo e o colonialismo, visando agir politicamente no cenário estadual. O grupo de mulheres do MNUCDR-ES se constituiu enquanto o primeiro grupo de mulheres negras organizado politicamente no estado, e se tornou uma rede de afetos, solidariedade e construção política para aquelas que a compunham. Nesse sentido, a autora constrói uma cartografia afetiva e política do grupo, interpretando o movimento de forma interseccional por meio da análise de gênero, de raça e dos lugares de solidariedade e de afeto. O texto evidencia como se deu a construção de novos sujeitos políticos, que reivindicavam questões de gênero e de raça, no interior do grupo de mulheres negras do MNUCDR.

Dessa forma, com esses nove artigos, o segundo número da coleção “História e Gênero” mostra que há uma multiplicidade de formas de resistência possíveis de serem protagonizadas pelas mulheres, mesmo em uma época de intensa repressão política e de rígidas normatizações de gênero, como foi o período ditatorial brasileiro e, em outra medida, pode-se dizer que condiz com o contexto atual do Brasil. Afinal, em toda rede de relações de poder carregada de violência e opressão contra as mulheres, há também a subversão singular, a construção de outras redes de poder e de afeto capazes de fazer frente à dor e ao sofrimento. Os artigos que compõem esta obra fornecem inúmeros exemplos de mulheres que resistiram singularmente aos mecanismos de controle Estatais, que criaram, lutaram, aprenderam e

experimentaram novas formas de exercerem seus poderes positivos, seus afetos e seus desejos subjetivos. São múltiplos espelhos que nos servem como força política e subjetiva nos dias de hoje, diante do retrocesso de tantas pautas feministas pelas quais elas lutaram e perseguiram arduamente.

Maria Beatriz Nader

Mirela Marin Morgante

As Organizadoras

NÓS SÓ QUEREMOS SER ENTENDIDAS: REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE LEILA MÍCCOLIS NO *LAMPIÃO DA ESQUINA*

*Ana Carolina Eiras Coelho Soares
Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto*

Novas lamparinas em cena!

Os anos finais da década de 70 do último século marcaram profundamente a emergência de novos sujeitos no debate político, na ocupação dos espaços públicos e na remodelação, ou ainda disputa, do imaginário popular brasileiro. Em específico para a população LGBTI+, o período foi fundamental para que houvesse uma disputa evidente sobre os discursos acerca das homossexualidades no país.

Em 1978, surgia então um “Movimento de Liberação Homossexual no Brasil” protagonizado inicialmente pelo Grupo de Afirmação Homossexual (1978-1983) “Somos” e ainda, pelo surgimento do jornal alternativo o “*Lampião da Esquina*” (1978-1981).¹ Acompanhados ainda de outros grupos como: Bando de Cá de Niterói; GOLS – Grupo Opção à Liberdade Sexual do ABC paulista; GATHO – Grupo de Atuação Homossexual de Olinda; Nós também de João Pessoa; Auê de Recife; Grupo Gay da Bahia de Salvador; Terceiro Ato de Belo Horizonte; Beijo Livre de Brasília; Somos e Auê do Rio de Janeiro; Somos de Sorocaba; Libertos de Guarulhos; Grupo Lésbica-Feminista de São Paulo, Eros de São Paulo; Fração Homossexual da Convergência Socialista de São Paulo e o grupo Outra Coisa Também de São Paulo.²

1 Cf. SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

2 LAMPIÃO DA ESQUINA, n. 28, p. 11, 1980. Disponível em: <http://>

Tanto o *Lampião da Esquina* quanto o grupo Somos surgiram em um período histórico em que o Brasil passava por profundas transformações. É neste mesmo período que o processo de anistia ganhava força no Brasil e consequentemente chegavam “as inquietações ecológicas, feministas e antirrascistas”.³ Tal fluxo de ideias transformava-se a partir do contato com aqueles que ficaram e se movimentaram, ao longo dos anos, desenvolvendo um “desbunde cultural”.

Dessa forma, movimentos culturais e políticos como os grupos artísticos da Tropicália, Dzi Croquettes, Secos e Molhados e as grandes oficinas de teatro inauguravam e pré-anunciavam as movimentações que finalmente viriam acontecer naquele ano. Em específico para o gueto homossexual, esse amadurecimento se deu através da solidificação e profissionalização da imprensa alternativa “guei” no país que, desde os anos 1960, via seus boletins e pequenos jornais⁴ circularem pelo gueto e também pelos efeitos da expansão dos espaços de sociabilidade naquele período⁵.

www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/31-LAMPIAO-DA-ESQUINA - EDICAO-28-SETEMBRO-1980.pdf. Acesso 2 de fev. 2019.

3 TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, p. 314.

4 Segundo Rodrigues, nos anos 1960 surgiram jornais em diferentes partes do país: “no Rio, tínhamos de restritíssima circulação, as publicações *Snob*, *Le Femme*, *Subúrbio à Noite*, *Gente Gay*, *Aliança de Ativistas Homossexuais*, *Eros*, *La Saison*, *O Centauro*, *O Vic*, *O Grupo*, *Darling*, *Gay Press Megazin*, *20 de Abril* e *O Centro*; em Niterói existiam *Os Felinos*, *Opinião*, *O Mito*; em Campos havia o *Le Sophistique*; na Bahia com *O Gay* e o *Gay Society*, *O Tiraninho*, *Fatos e Jofocas*, *Baby Zéfiro*, *Little Darling* e *Ello*”. Cf. RODRIGUES, Jorge Caê. Um Lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. In.: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EDUFSCAR, 2014, p. 89.

5 Para ver mais sobre os espaços de sociabilidade gay no período ver: GREEN, James Naylor. **Além do Carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2000.

Assim como os grupos, o *Lampião da Esquina* surgiu com a proposta de estabelecer um diálogo com a sociedade afirmando o potencial humano da homossexualidade:

Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha da casta, acima ou abaixo das camadas sociais; que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psicossocial da humanidade como um dos muitos traços que em caráter pode ter, *LAMPIÃO* deixa bem claro que vai orientar a sua luta; nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor – que nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos.⁶

Ao pretender comunicar e provar para a sociedade brasileira o potencial humano desse outro sujeito homossexual, *Lampião da Esquina* estabelecia a fundamentação de si, deste “eu” homossexual em contraste com o olhar estigmatizado, fruto do processo histórico de patologização da homossexualidade. E para desenvolver essa nova identidade era preciso estabelecer a aliança, uma aliança que de fato se estabelecesse com outros sujeitos que raramente eram vistos como humanos.

Ao longo de suas 37⁷ edições o jornal colocou como

6 *LAMPIÃO DA ESQUINA*, n. 0, p. 2, 1978. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em 10 de mar. 2019.

7 Conforme destaca Mariusso, o jornal se divide em dois tempos. Entre sua fase mais próxima dos movimentos sociais e em específico do movimento homossexual que duraria as 29 primeiras edições e uma segunda que destaca um período de rompimento e crítica aos grupos do período demarcando seu início no número 30 ao 37 quando as lamparinas se esgotam. Cf. MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. *Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no*

pretensão e guia fundamental a tentativa de dar “voz a grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres”.⁸ Em suas 20 páginas mensais o jornal eventualmente trouxe em debate as pautas feministas⁹ e o questionamento da condição das mulheres naquela sociedade.

embora o jornal não tivesse encontrado mulheres dispostas para atuar em seu conselho, várias estiveram presentes como entrevistadas, entrevistadoras, autoras e focos de ensaios e reportagens.¹⁰

Dentre as colaboradoras destaca-se a figura de Leila Mícolis, que esteve em colaboração com o jornal em suas 32 primeiras edições.¹¹

Nascida em 1947, a escritora, roteirista, dramaturga e jornalista participou do *Lampião* durante mais tempo do

Brasil (1978-1981). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

8 **LAMPIÃO DA ESQUINA**, n. 0, p. 2, 1978... *Op. cit.*

9 As pautas do movimento feminista do período apareceram eventualmente nas edições. A preocupação com o a luta contra o machismo era um dos pontos de aliança entre o alinhamento editorial do jornal. Essa constante preocupação levou a eventuais participações de mulheres como Leczy Brandão, Norma Bengel, Marta Suplicy, Lélia Gonzales, Zezé Mota, etc. E ainda textos de experiências do movimento de mulheres lésbicas e dos feminismos do período. Para aprofundar o olhar sobre a pauta feminista no jornal ver: SILVA, Daniel Henrique de Oliveira. **Lampião da Esquina: lutas feministas nas páginas do “Jornal Gay”**, luzes em tempos sombrios (Brasil, 1978-1981). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

10 SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris...** *Op. cit.*, p. 89.

11 Conforme destaca MacRae: “A única mulher que participou de forma mais prolongada foi a poetisa militante feminista Leila Mícolis que acabou deixando o *Lampião* quando se desentendeu com os grupos homossexuais perto do final de sua existência”, *in.*: MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 75.

que a maioria das outras colaboradoras que passaram pelo jornal. Colocando em pauta as especificidades das mulheres lésbicas dentro do movimento homossexual e denunciando o machismo estrutural através de denúncias de violências sofridas por outras mulheres, Leila tornou-se uma chave fundamental que plasmava no real a tentativa de coalizão entre algumas minorias.

Como o jornal abordava de forma totalizante as minorias, a presença de Leila mostrou de forma reiterada uma particularidade de luta dentro da luta. O posicionamento feminista da jornalista transpassou as inúmeras categorias trabalhadas em seções dentro do próprio jornal. Em sua participação, Mícolis escreveu em seções como “Poemas”, “Reportagem”, “Ensaio”, “Entrevistas” entre outras.¹² Além disso, sua presença e importância aparecem nas páginas do jornal quando era mencionada por estar presente em eventos culturais e sociais como representante do jornal ou mesmo como figura ilustre e influente dentro da discussão da escrita feminista.

Compreendendo aqui o seu lugar fundamental nessa tentativa de articulação do jornal *Lampião da Esquina* com diversos grupos de movimentos LGBTI+, neste caso, com algumas das demandas das mulheres lésbicas, vamos estabelecer um diálogo analítico sobre os efeitos de sua participação dentro do jornal, compreendendo como, de fato, a jornalista colocava em foco as questões lésbicas do período, em um ambiente hegemonicamente traçado pela homossexualidade masculina.

¹² O jornal contava com seções, algumas delas constantes e outras que eventualmente surgiam. São elas: “Opinião”, “Editorial”, “Entrevistas”, “Cartas na Mesa”, “Literatura”, “Música”, “Bixórdia”, “Troca-Troca”, “Reportagem”, “Filme”.

Leila Míccolis e suas luzes no *Lampião*

Logo na primeira edição de *Lampião*, Leila Míccolis estreia com um poema erótico intitulado “Poema para os teus seios” no qual ela afirma o desejo de querer apalpar, chupar e provar com a língua todo o macio do peito de uma mulher, objeto de seu desejo. É a afirmação clara do desejo homossexual de mulheres nas letras poéticas, um dos recursos usuais na década de 1970, para visibilizar as sexualidades plurais como ato político.

Ainda nessa edição uma pequena nota avisa sobre uma festa literária na antiga Assembleia Legislativa de Niterói que o jornal recomenda pois haveria uma coletiva de autógrafos com diversos escritores/as ligados/as ao grupo editorial e alinhados às causas das luzes homossexuais, dentre as quais encontra-se Leila Míccolis com seu livro “Silêncio relativo”.

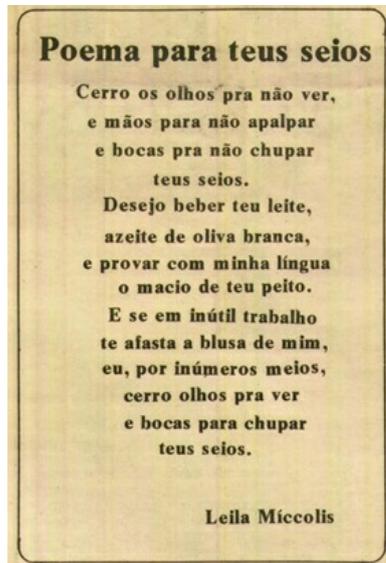


Figura 1: *Lampião da Esquina*, n. 1, p. 10. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso: 15 dez. 2019.

No quarto número do jornal, Leila Mícolis assina uma coluna intitulada “Quando as mulheres respondem”, na qual elaborou uma montagem de declarações de duas pesquisadoras brasileiras – Naumi Vasconcelos¹³ e Heleieth Saffioti¹⁴ – na intenção de responder ao questionamento: “A quem interessam a manutenção das desigualdades e rivalidades de raça, classe, gênero e sexualidade no Brasil?”. Trata-se de uma coluna provocativa na qual sugere que as mulheres devem tomar para si a alteridade relegada ao sexo masculino em nossa sociedade e não apenas se entender como o Outro, em uma evidente referência aos estudos de Simone de Beauvoir em “O Segundo Sexo”.

O próprio enunciado do problema sugere-me uma primeira resposta. É significativo que eu coloque esse problema. Um homem não teria a idéia de escrever um livro sobre a situação singular que ocupam os machos na humanidade. Se quero definir-me, sou obrigada inicialmente a declarar: “Sou uma mulher”. Essa verdade constitui o fundo sobre o qual se erguerá qualquer outra afirmação. Um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é natural. É de

13 Naumi Antônio Vasconcelos é graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1957), especialista em Psicometria em (1959) pela mesma instituição. Possui também, especialização em Fenomenologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972), Filosofia-Ética pela Universidade Federal de São Paulo (1966) e ainda mestrado e doutorado na área de Ciências da Família e Sexologias pela Universidade Católica de Louvain (1983). Atualmente a pesquisadora é professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para saber mais, ver: <http://lattes.cnpq.br/9323160775853445> Acesso: 02 jan.2020.

14 Heleieth Iara Bongiovani Saffioti foi uma socióloga marxista com estudos voltado para as violências de gênero. Gradou-se em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo ainda em 1960. Foi também professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professora visitante na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para saber mais, ver: http://memoria.cnpq.br/web/guest/pioneiras-view/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/1144214. Acesso: 02 jan. 2020.

maneira formal, nos registros dos cartórios ou nas declarações de identidade que as rubricas, masculino, feminino, aparecem como simétricas. A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois pólos. O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo *vir* o sentido geral da palavra *homo*. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade.¹⁵

Nesse sentido, mulheres com desejos próprios, com intenções e vontades criativas independente da aprovação dos homens, certamente teriam que ser consideradas doentes ou loucas. Os poderes dos privilégios atuam para manter os corpos docilizados, adoecendo-os quando não se conformam às normas. Essa operação de discursos incide sobre corpos das mulheres e sobre as sexualidades fora da heteronormatividade.

Outra operação possibilitada pelo exame: substituir a alternativa institucional “ou prisão, ou hospital”, “ou expiação ou cura”, pelo princípio de uma homogeneidade da reação social. Ele permite estabelecer ou, em todo caso, justificar a existência de uma espécie de *continuum* protetor através de todo o corpo social, que irá da instância médica de cura à instituição penal propriamente dita, isto é, a prisão e, no extremo, o cadafalso. [...]. Na verdade, todo esse *continuum*, que tem seu polo terapêutico e seu polo judiciário, toda essa miscibilidade institucional responde a que? Ao perigo, ora essa.¹⁶

15 BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. São Paulo: Difel, 1970, p. 9.

16 FOUCAULT, Michel de. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 29.

É exatamente nessas críticas à sociedade heteronormativa e seus mecanismos punitivos e de controle social que existe a possibilidade da parceria e das alianças entre as pautas feministas e as pautas gays. Em específico, no caso do *Lampião da Esquina*, a pauta da aliança era evocada na incorporação de um processo de tomada de consciência da condição das “gaiolas comuns”.¹⁷

O processo de evidenciação da necessidade da aliança se dá na medida em que se visualizou naqueles anos que a condição das

lutas das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos índios, dos prisioneiros – categorias historicamente silenciosas – tem nos ensinado que a História tem sujeitos e objetos, aqueles que falam e aqueles de quem se fala.¹⁸

Neste processo de abjeção e de desumanização histórica as minorias estariam incorporadas ali porque servem a uma delicada balança de opressões na qual o machismo e a heteronormatividade tornam-se ponto de referência.

Tomar estes dois elementos como um referencial de organização dos corpos, dos sistemas políticos, econômicos e culturais, é definir o sujeito que pode enunciar e o sujeito que mesmo silenciado tem seu lugar social definido por

17 Na edição de número 1, em maio de 1978, Mariza escreve uma contribuição para o *Lampião da Esquina* para refletir sobre a necessária compreensão que o processo de opressão das mulheres também está válido e vigente para homossexuais. Segundo a autora “ Seria um erro pensar que essas análises e lutas pudessem ser feitas isoladamente assim como pensar na definição de categorias sexuais como um fenômeno isolado”. Cf. MARIZA. Nossas gaiolas comuns. **Lampião da Esquina**, n. 1, p. 2, 1978. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/05-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-01-MAIO-JUNHO-1978.pdf>. Acesso 11 abr. 2019.

18 *Ibidem*.

aquele outro que pode falar. Esta ótica de controle nos leva à assimilação daquilo que Foucault definiu anteriormente em *Vigiar e Punir* como processo de disciplinarização dos corpos.¹⁹

Neste processo um corpo ideal é colocado como detentor de todos os privilégios. Portanto, é ele que pode ocupar os espaços do público e, no privado, também manter seu status de autoridade. Seu processo de corporificação ganha suas feições ainda nas clivagens do gênero, da sexualidade, da raça, da classe social e também da faixa-etária. Aqui, a existência das instituições disciplinares não só alimenta como produz e reproduz a estratificação social.

A tentativa de controle dos corpos torna-se então um processo fundamental para a alocação da matriz heterocentrada anteriormente delimitada por Butler.²⁰ Neste complexo jogo de poder, a condição indisciplinada de Míccolis e do *Lampião da Esquina* abrem um precedente para ultrapassar as distâncias entre os feminismos dos anos 80 e a militância homossexual daquele mesmo período no Brasil.²¹

Compreender a norma é, neste sentido, descortinar o processo de construção de cada gaiola e, ao mesmo tempo, evidenciar os ritos e a estratégias de captura de cada pássaro indisciplinado. O *Lampião*, ao incorporar a voz de Leila e de

19 Cf. FOUCAULT, Michel de. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

20 Em uma analogia bastante simbólica, podemos definir aqui a matriz heterocentrada como sendo a construção de um sistema espacial-temporal no qual a heterossexualidade e a masculinidade hegemônica ocupam o lugar do sol. É em detrimento a este sol que todos os corpos giram de forma elíptica e vão se estruturando. Cf. BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

21 Segundo Mariza essa posição de aliança não afasta o esquecimento da “singularidade da mulher, ou de outras situações, mas implica ter plena consciência da gaiola-blusa vestida por todos nós cada um à sua maneira”. MARIZA. Nossas gaiolas comuns... *Op. cit.*, p. 2.

outras mulheres tentava mediar as singularidades das gaiolas que se correspondem. A pretensão da proposta lampiônica era, de alguma forma, “ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres às minorias étnicas do Curdistão”.²²

Ainda que desproporcionalmente, tendo em vista que o jornal era hegemonicamente homossexual, evidenciar as gaiolas comuns às opressões cria a possibilidade de interpretar o substrato químico que construía cada liga metálica de formação dos objetos de controle.

Antenados com as críticas intelectuais de esquerda dos finais da década de 1970, o jornal ainda explorou a questão da interseção do capitalismo com a necessidade da criação de contingentes humanos considerados “outsiders e marginalizados” para que não houvessem tantas disputas nos cargos de trabalho de elite e prestígio social. Com isso, esses cargos acabavam limitados sempre a um pequeno grupo de privilegiados em termos de sexo/gênero/identidade/raça/classe, relegando a cargos subalternizados os grupos marginalizados.

A coluna girava em torno da ideia de que é preciso uma libertação, não apenas das mulheres, mas do ser humano como um todo, pois enquanto os homens não assumissem tarefas consideradas “femininas” e entendessem o sistema de privilégios e desigualdades que se estabelece e se opera entre homens e mulheres em sociedade, o fomento da “luta entre os sexos” só serviria para a manutenção dos privilégios e das categorias marginalizadas. Interessante observar que já no “*Lampião da Esquina*” se pautavam as discussões sobre as responsabilidades dos homens assumirem suas parcelas de responsabilidades na reestruturação social de maneira menos machista e mais equitativa.

22 LAMPIÃO DA ESQUINA, n. 0, p. 2, 1978.

Jornal Lampião da Esquina



Figura 2: Lampião da Esquina, n. 4, p. 7. Disponível: <http://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso: 15 dez. 2019

Na sua última participação no jornal, Leila Miccolis volta a pensar as questões da sexualidade e do desejo das mulheres. Na coluna "Para as mulheres, apenas mais um tabu" ela discorre sobre a masturbação feminina e de como isso ainda é entendido como sendo uma "enfermidade", um "distúrbio" ou algo apenas do universo dos homens. Leila afirma

Ainda estamos esperando o dia em que a mulher entenderá que a sexualidade é sua e serve para lhe dar prazer; que o corpo é seu e usá-lo é um direito inalienável. Quando conseguirmos isso, teremos então nas mãos, ou melhor, nos corpos uma conquista tão grande quanto a do voto, porque ambas são avanços políticos.²³

O caráter político de suas colunas revela uma vontade de, mais do que simplesmente visibilizar a existência de mulheres lésbicas, ser porta-voz denunciadora das opressões que acometiam as mulheres e as relegaram ao espaço secundário nas pautas e participações políticas e sociais. Desde a opressão sofrida pelo sexo/gênero até suas consequências para a psique das mulheres e suas maneiras de entender suas posições sociais, Leila Miccolis buscava problematizar as pautas feministas de corpo, prazer e sexo de maneira política trazendo, para as páginas do *Lampião*, a ideia de que a libertação das mulheres passava necessariamente pela quebra dos tabus sobre o prazer e os desejos e as possibilidades de experimentações físicas sensuais das mulheres. Uma mulher se tornar senhora de seus desejos e dona de seus prazeres, era para Leila, um poderoso instrumento de emancipação feminista e, portanto, um verdadeiro ato político.

Se falarmos tanto numa busca da identidade feminina, também temos que nos referir à busca da identidade do gozo feminino (sem aceitar o imposto pela sociedade patriarcal). A masturbação, como um caminho para auto-conscientização, seria, dialeticamente, instrumento para a conscientização coletiva. E isso o poder e seus agentes mais imediatos não podem permitir.²⁴

23 MICCOLIS, Leila. Na hora da festa, conosco ninguém pode. **Lampião da Esquina**, n. 20, p. 7, 1980. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/24-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-20-JANEIRO-1980.pdf>. Acesso: 2 abr. 2019.

24 *Idem*, **Lampião da Esquina**, n. 31, p. 7, 1980

Leila deixa evidente em sua discussão sobre a masturbação e o prazer o diálogo estabelecido por Foucault ao compreender a existência de um tabu sobre a sexualidade das mulheres e ali, a jornalista e escritora, desenvolve uma articulação de sua relação de dupla militância.²⁵ Essa militância pode ser percebida quando incorporamos uma das bandeiras dos feminismos no Brasil durante a década de 1980 e também da sua relação com os movimentos de liberação sexual do país guiados pelos grupos homossexuais de primeira geração.²⁶

Essa convergência de temáticas se estreita ainda no momento em que Miccolis faz parte da cobertura do *Congresso Nacional do Povo Guei*.²⁷ Junto com as contribuições de Aguinaldo Silva e Francisco Bittencourt há, no número de janeiro de 1980, uma extensa cobertura do evento ocorrido no mês anterior. Leila ficou responsável por retratar a dinâmica geral do evento. Segundo a autora:

Desta vez todos os grupos, sem exceção, estavam presentes: nove ao todo, cada um com dois representantes,

25 Cf. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

26 Cláudia Feitas de Oliveira em seu trabalho evidencia o processo de silenciamento histórico das discussões sobre as mulheres lésbicas mesmo dentro do campo História das Homossexualidades. Consideramos aqui o ativismo de Leila como um exemplo eficaz que reúne a convergência dos movimentos feministas e homossexuais. Sua presença e contribuição no *Lampião da Esquina* serviu exatamente para questionar pontos que ao mesmo tempo singularizavam a sua existência no grupo, mas também produzia a necessidade de se refletir as convergências entre o debate de gênero e sexualidades. Cf. OLIVEIRA, Claudia Freitas de. A homossexualidade feminina na História do Brasil: do esforço de construção de um objeto histórico ao desdobramento na construção da cidadania. **Les Online**, v. 7, n. 2, p. 2-19. 2015. Disponível em: <<https://lesonlinesite.files.wordpress.com/2017/03/a-homossexualidade-feminina-na-histc3b3ria-do-brasil.pdf>>. Acesso: 2 abr. 2019.

27 Nome dado pelo Lampião da Esquina para designar o I Encontro Nacional de Homossexuais Militantes ocorrido em dezembro de 1979 em São Paulo.

inclusive duas mulheres negras na mesa. Os comentários que na véspera tinham sido de caráter mais pessoais agora adquiriam conotações bem mais amplas, políticas, ideológicas.²⁸

Ali a participação inicial de Leila estaria apenas na preocupação com os bastidores do evento. Como bem colocam Pinto e Freitas:

De acordo com AS a tarefa de Leila Miccolis era a fofoca. Mas a poetisa em seu artigo intitulado Na hora da festa, conosco ninguém pode, vai além disso. Miccolis fala da festa que antecedeu ao encontro, fala/sugere os namoros, mas acima de tudo se preocupa em analisar a participação feminina tanto na festa quanto no encontro do dia 16 de dezembro. A jornalista problematiza a pequena participação feminina, onze (11) mulheres no total de 61 participantes.²⁹

O destaque dado às mulheres por Miccolis demonstra uma preocupação nas articulações das pautas do movimento homossexual e das discussões das mulheres lésbicas no Brasil. A intenção de Leila era estabelecer um debate que permanece até hoje nas trincheiras da militância LGBTI+, no qual a visibilidade e protagonismo político parece estar vinculado, em sua maioria, na participação de gays.

28 MICCOLIS, Leila. Na hora da festa, conosco ninguém pode. **Lampião da Esquina**, n. 20, p. 10, 1980, *grifo nosso*.

29 PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento; FREITAS, Eliane Martins de. O Primeiro Encontro de Homossexuais no Brasil (1979): uma análise sobre as bandeiras da primeira onda do movimento LGBT. In.: PEDRO, Joana Maria; ZADONÁ, Jair (org.). **Jornadas do LEGH: feminismo e democracia**. Florianópolis: LEGH/UFSC, 2018, p. 680-693. Disponível em: <https://www.academia.edu/39514076/O_PRIMEIRO_ENCONTRO_DE_HOMOSSEXUAIS_NO_BRASIL_1979_UMA_ANALISE SOBRE AS BANDEIRAS_DA_PRIMEIRA_ONDA_DO_MOVIMENTO_LGBT>. Acesso: 2 mar. 2019.

Dessa forma, a concentração de sua contribuição está na atuação destas mulheres dentro do movimento. Daí a análise do contingente de lésbicas no grupo:

Quando LAMPIÃO sugeriu que fosse escolhida uma mulher para coordenar os trabalhos na mesa, logo me ocorreu de perguntar a um homem e uma mulher o que pensavam do fato. O primeiro foi Edimar (Somos/RJ): ‘Não tenho nada contra, desde que seja **inteligente** e **coerente**’ (ambas as palavras grifadas, viu? O garoto pediu). Chico Bittencourt, por perto entrevistou: ‘Põe aí que quando não são inteligentes nem coerentes, os culpados são os machistas dos homens...’ Conceição, do Lésbico-Feminista, achou uma ótima medida desde que não houvesse um caráter de concessão paternalista.

A mulher escolhida para dirigir os trabalhos foi Teka, do mesmo grupo de Conceição. E aqui preciso abrir parênteses, tirar chapéu (que nem tenho) para fazer elogios rasgados a ela. Vocês precisavam ver Teka organizando os trabalhos, com 60 pessoas juntas, muitas falando todas ao mesmo tempo, no afã de transmitir suas ideias.

Teka conseguiu brilhantemente passar por essa prova de fogo, ora flexível, se amoldando aos interesses da reunião, ora séria, revidando qualquer gracinha ou ironia prejudicial aos trabalhos.³⁰

O interesse da autora ao colocar em evidência as habilidades de Teka durante a reunião é deixar explícito tacitamente, não só a participação das mulheres, como também a capacidade destas frente ao movimento. O que Leila representa ao longo de sua existência dentro do *Lampião da Esquina* é exatamente essa frutuosidade coerente entre seus discursos, suas narrativas, seus escritos e seu comportamento frente aos acontecimentos de seu tempo.

30 30 MICCOLIS, Leila. Na hora da festa, conosco ninguém pode. *Lampião da Esquina*, n. 20, p. 9, 1980.

A preocupação da poetisa em estabelecer o debate sobre o prazer das mulheres é paralela àquele desempenhado pelos outros Senhores Conselheiros ao longo de todos os números do *Lampião*. Como destaca Foucault, o dispositivo da sexualidade produz uma circularidade de discursos que, ora ganha visibilidade na tentativa de romper o *status quo* e, ora produz narrativas capazes de estabelecê-lo novamente como uma norma a ser seguida.

A participação de Leila no jornal, ainda que pequena, deixa evidente a necessidade de rompermos com os silêncios dessa outra Clio³¹, ou ainda melhor, das camadas dessa Clio das sexualidades e identidades de gênero dissidentes. A contribuição de Miccolis produziu não só um outro regime de visibilidade, mas também, a produção de um discurso, narrativa que descortina a heterossexualidade de sua condição compulsória.

Por último, vale destacar ainda que a existência da poetisa no jornal não significa que as pontes entre feminismos, lésbicas e homossexuais masculinos tenham sido facilmente construídas ou já estivessem dadas desde seu início. A existência de Miccolis ressalta não só a necessidade de historiadoras/es refletirem sobre os regimes de visibilidade dos campos de análise e também dos documentos, mas também da capacidade transformadora da escuta, pesquisa, análise e leitura de outras narrativas, consideradas pelos cânones históricos como inexistentes, ínfimas ou pouco interessantes para o passado. É sempre interessante pensar que tipo de passados são autorizados evocar e recordar e quais sujeitos, histórias e discursos são esquecidos, descortinando, hoje, quais regimes de poder operam em nossas lembranças, memórias e narrativas do passado.

31 Aqui fazemos referência ao trabalho de Joana Maria Pedro e Elias Ferreira Veras: “Os silêncios de Clio: escrita da história e (in) visibilidade das homossexualidades no Brasil.” (2014).

Referências

Fontes

MARIZA. Nossas gaiolas comuns. **Lampião da Esquina**, n. 1, 1978. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/05-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-01-MAIO-JUNHO-1978.pdf>. Acesso: 11 abr. 2019.

MICCOLIS, Leila. Na hora da festa, conosco ninguém pode. **Lampião da Esquina**, n. 20, 1980. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/24-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-20-JANEIRO-1980.pdf>. Acesso: 2 abr. 2019.

MICCOLIS, Leila. Quando as mulheres respondem. **Lampião da Esquina**, n.4, 1978, p.7. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/08-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-04-AGOSTO-SETEMBRO-1978.pdf>. Acesso: 2 dez. 2019.

MICCOLIS, Leila. Para as mulheres, apenas mais um tabu. In: **Lampião da Esquina**, n. 31, 1980, p.7. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/35-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-31-DEZEMBRO-1980.pdf>. Acesso: 10 dez. 2019.

LAMPIÃO DA ESQUINA. n.1, p.10. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/05-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-01-MAIO-JUNHO-1978.pdf>. Acesso 11 de abr. 2019.

LAMPIÃO DA ESQUINA. n.0, 1978, p.2. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em 10 de mar. 2019.

LAMPIÃO DA ESQUINA. n.28, 1980, p.11. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/31-LAMPIAO-DA-ESQUINA - EDICAO-28-SETEMBRO-1980.pdf>. Acesso: 2 fev. 2019.

Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. São Paulo: Difel, 1970.

- BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. São Paulo: n-1 edições, 2019.
- FOUCAULT, Michel de. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- FOUCAULT, Michel de. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GREEN, James Naylor. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: UNESP, 2000.
- MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. **Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
- OLIVEIRA, Claudia Freitas de. **A homossexualidade feminina na História do Brasil: do esforço de construção de um objeto histórico ao desdobramento na construção da cidadania**. *Les Online*, v.7, n.2, p.2-19. 2015. Disponível em: <<https://lesonline.files.wordpress.com/2017/03/a-homossexualidade-feminina-na-histc3b3ria-do-brasil.pdf>>. Acesso: 2 abr. 2019.
- PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento; FREITAS, Eliane Martins de. O Primeiro Encontro de Homossexuais no Brasil (1979): uma análise sobre as bandeiras da primeira onda do movimento LGBT. *In.*: PEDRO, Joana Maria; ZADONÁ, Jair (org). **Jornadas do LEGH: feminismo e democracia**. Florianópolis: LEGH/UFSC, 2018, p. 680-693. Disponível em: <https://www.academia.edu/39514076/O_PRIMEIRO_ENCONTRO_DE_HOMOSSEXUAIS_NO_BRASIL_1979_UMA_ANALISE SOBRE AS BANDEIRAS DA PRIMEIRA ONDA DO MOVIMENTO LGBT>. Acesso: 2 mar. 2019.
- RODRIGUES, Jorge Caê. Um Lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. *In.*: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EDUFSCAR, 2014, p. 83-124.
- SILVA, Daniel Henrique de Oliveira. **Lampião da Esquina: lutas feministas nas páginas do “jornal gay”, luzes em tempos sombrios (BRASIL, 1978-1981)**. Dissertação (Mestrado em História) –

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris:** do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

RESISTÊNCIAS LÉSBICAS NO CONTEXTO DITATORIAL BRASILEIRO

Camila Diane Silva
Janine Gomes da Silva

A história recente da América Latina foi marcada por governos ditatoriais que, por meio de golpes, assumiram o poder na segunda metade do século XX e deixaram rastros de retrocessos, repressões e feridas que continuam abertas e em processo de cicatrização. No início do século XXI, com a ascensão de partidos progressistas que assumiram governos nacionais no contexto da América Latina, protagonizando a chamada “maré rosa”,¹ ocorreu o investimento nos processos de cicatrizações de feridas abertas ao longo das ditaduras, como o exemplo das “comissões da verdade”, o investimento em pesquisas, a emergência e reverberação de memórias e os processos de reparações.

No Brasil a ditadura civil-militar se estendeu de 1964 até o ano de 1985. Neste período, muitos setores oposicionistas foram reprimidos e sofreram uma série de consequências gravíssimas ao longo deste momento histórico em que os direitos humanos foram completamente violados. Saber exatamente os números, quem eram estas pessoas, o que teria ocorrido com cada uma delas, quais as violências sofridas ou o paradeiro de corpos é um exercício difícil de ser solucionado; isto porque, a ditadura tem caráter arbitrário ao esconder o

1 Segundo Wanderley dos Reis Nascimento Junior, este termo foi apresentado por Francisco Panizza para caracterizar a ascensão de governos progressistas na América Latina. Mais informações conferir em: JÚNIOR, Wanderley dos Reis Nascimento. **A Amplitude da Maré Rosa**: uma análise das experiências de governo no Brasil, Chile e Uruguai. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina). Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

número real de violações.² Muitas destas histórias não constam em arquivos ou os arquivos permanecem submersos, junto de tantas outras memórias.

São inúmeros os esforços de pesquisadoras/es no sentido de problematizar as histórias das ditaduras, bem como, setores ligados aos direitos humanos ao questionar as violações de direitos ocorridas e lutar por políticas de reparação para vítimas deste período e suas famílias. Surgem várias possibilidades de estudos e abordagens sobre a ditadura. Aos poucos, presenciamos a emergência de diferentes fontes, personagens e suas histórias, bem como, diferentes usos de categorias de análise e recursos metodológicos que ampliam nossas possibilidades e nos oferecem novos olhares e perspectivas sobre a história.

O uso do gênero como uma categoria útil para a análise histórica, como nos ensina Joan Scott,³ contribuiu consideravelmente para a emergência de outras perspectivas. E, podemos dizer, nos auxilia a ampliar nosso olhar sobre o período da ditadura civil-militar brasileira. Um ótimo exemplo, são as produções realizadas pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que desde o ano de 2005 desenvolve pesquisas articulando Gênero, Feminismos e Ditaduras na história recente do Cone Sul⁴. Estas pesquisas têm contribuído no sentido de perceber,

2 Cf. QUINALHA, Renan. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira. *In.*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e Homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2014.

3 SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez.1990.

4 Mais informações sobre as pesquisas desenvolvidas no LEGH, ver: SILVA, Janine G.; PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 71, p. 193-210, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rieb/n71/2316-901X-rieb-71-00193.pdf>>. Acesso: 09 jul. 2019; e, PEDRO, Joana Maria; WOLFF,

como as ditaduras nestes diversos países interferiram ou não nos movimentos feministas e de mulheres nos anos setenta e oitenta, na produção de mudanças ou permanências nas relações de gênero. [...] de que maneira os movimentos sociais e as próprias ditaduras utilizaram o gênero em suas estratégias discursivas e em suas práticas de luta e/ou repressão.⁵

A intersecção de diferentes categorias é fundamental para a análise e escrita da história e pode revelar outras narrativas. Ao analisar as ditaduras utilizando o gênero como categoria de análise, por exemplo, é possível perceber não somente a participação de mulheres nos movimentos de resistência e a organização do movimento feminista, mas é possível identificar as relações de poder dentro dos movimentos de esquerda que colocavam as lutas de classe a frente e reproduziam, em muitos momentos, relações de poder em relação as mulheres da esquerda como destaca Cristina Scheibe Wolff em suas pesquisas sobre gênero e esquerda em tempos de ditadura.⁶ Além disso, em um contexto ditatorial, o machismo e a violência contra a mulher são potencializados e foram utilizados pelo estado como mecanismos de tortura e repressão, como destaca Olívia Rangel Joffily.⁷

Ainda dentro das possibilidades que o uso do gênero traz para análise histórica, Renan Quinalha chama atenção para as violências e perseguições aos LGBTs. Segundo o autor:

Cristina Scheibe (org.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

5 PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul... Op. cit.**, p. 9.

6 Cf. WOLFF, Cristina Scheibe. O Gênero da Esquerda em Tempos de Ditadura. *In.*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Editora Mulheres: Florianópolis, 2010.

7 Cf. JOFFILY, Olívia Rangel. O corpo como campo de batalha. *In.*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

Olhando com mais atenção para o caso brasileiro, percebe-se facilmente que o autoritarismo também se valeu de uma ideologia da intolerância materializada na perseguição e tentativa de controle de grupos sociais tidos como desviantes, destacando-se as violências cometidas contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros por sua orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões tidos como normais.⁸

Nesse sentido, destacam-se as discussões de James Naylor Green explorando a homossexualidade no contexto ditatorial, as repressões e resistências. É importante destacar que no ano de 2013 houve a inserção de um campo específico na elaboração do relatório da Comissão Nacional da Verdade - CNV dedicado a pessoas LGBTs durante a ditadura.⁹ E em 2014 houve a publicação do livro “Ditadura e Homossexualidades: repressão resistência e a busca da verdade” organizado por James N. Green e Renan Quinalha. Este livro apresenta uma coletânea de vários artigos que procuram analisar quais as repressões e resistências de LGBTs que ocorreram no período ditatorial.

Por meio dessas pesquisas e desses relatórios, foi possível evidenciar uma série de repressões que LGBTs sofreram. Estes/as obviamente já tinham que lidar com a lgbtfofia¹⁰ antes das ditaduras e certamente é possível afirmar que nos dias atuais também, porém o que chama atenção é como o

8 QUINALHA, Renan. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira... *Op. cit.*, p. 247.

9 Nome dado à comissão criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV teve como objetivo principal a apuração de violações aos direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar no Brasil. O relatório completo encontra-se disponível on-line para consulta. Mais informações disponíveis em: <<http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>>. Acesso: 7 out. 2016.

10 Termo utilizado pelo movimento social LGBT no sentido de chamar atenção e visibilizar as violências específicas que lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros sofrem.

estado utilizou-se da lgbtfobia como estratégia de tortura e repressão, da mesma forma como utilizou-se do machismo, em relação as mulheres.

Assim como a repressão, outro ponto que aparece em comum nestas pesquisas é a resistência. Michel Foucault nos ensina que o poder não existe sem a possibilidade de resistência.¹¹ Sendo assim, é possível constatar que toda história de repressão do período ditatorial também é uma história de resistência. Nesse sentido, este texto pretende lançar outros olhares para o contexto ditatorial brasileiro a partir das resistências lésbicas.

Ao apontar as lacunas na historiografia das mulheres, a historiadora Tania Navarro-Swain defende a ideia de que houve uma política de esquecimentos em relação às mulheres lésbicas na história. Para a historiadora,

o discurso da memória humana é criado, sob a autoridade do historiador, seus valores e preconceitos, que naturalizam as divisões e hierarquias sexuadas da humanidade. Arrogante discurso de verdade, ingênuas crenças que não percebem, sob a universalização de relações sociais e práticas sexuais do presente, o rugir da diversidade.¹²

Escrever a história de lésbicas em diferentes momentos da história é um desafio, tendo em vista a política de silenciamento da historiografia, a ausência de sistematização de fontes e arquivos. Nesse sentido, os usos da Metodologia de História Oral possibilitam a emergência de histórias, de experiências. Para Joan Scott os sujeitos se constituem

11 Cf. DREYFUS, Herbert L.; RABONOW, Paul. **Michel de Foucault: Beyond Structuralism and hermeneutics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

12 NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 28.

através das experiências,¹³ portanto estudar as experiências vivenciadas por sujeitos é estudar como estes se constituem ao longo da história: “Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz”.¹⁴

Este caminho já foi percorrido por muitas historiadoras ao escrever sobre as mulheres na história e é uma prática do LEGH ao estudar as ditaduras e feminismos, como o projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)” coordenado pela professora Cristina Scheibe Wolff.¹⁵ Sublinha-se que as entrevistas utilizadas neste capítulo – com a historiadora e militante lésbica feminista Marisa Fernandes e a militante lésbica feminista Carmem Luiz, foram realizadas para o projeto “Mulheres de Luta”. Sobre a constituição do movimento lésbico na América Latina, Norma Mogrovejo também percorre este caminho,¹⁶ assim como, para analisar a constituição do movimento lésbico brasileiro Patrícia Lessa também recorreu.¹⁷

Nesse sentido, propomos um exercício de análise para as experiências de resistência de lésbicas no contexto ditatorial, contribuindo com algumas reflexões sobre o período.

13 SCOTT, Joan W. Experiência. *In.*: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (org.). **Falás de Gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.

14 *Ibidem*, p. 5.

15 Mais informações disponíveis em: <http://www.leg.h.cfh.ufsc.br/projeto-mulheres-de-luta/>. Acesso: 08 dez. 2019.

16 MOGROVEJO, Norma. **Un amor que se atrevió a decidir su nombre: la lucha de las les-bianas y su relación com los movimientos homosexual y feminista en América Latina**. México: Plaza y Valdés, 2000.

17 LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: A criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

Resistências lésbicas

O período que corresponde ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980 é marcado por processos que levaram o fim da ditadura e o início da reconstrução das democracias brasileiras, e é nesse contexto histórico que emergem uma série de movimentos sociais. Movimentos unidos estrategicamente por uma luta em comum, que era o fim da ditadura e a reconstrução da democracia, mas que tinham suas especificidades de lutas e reivindicações. Destacam-se o movimento de trabalhadores metalúrgicos, o movimento feminista, o movimento homossexual, entre outros.

Como já mencionamos, pesquisas recentes revelam que o estado tinha outros critérios de perseguições para além do comunismo. A ditadura foi marcada pelo discurso moralizante, conservador, classista, racista, machista e homofóbico que se refletiam nas violações de direitos humanos de pessoas marginalizadas por sua classe, gênero, raça e/ou sexualidade. Desta forma, a emergência destes movimentos sociais foi um grito de resistência e a possibilidade de denúncia das violações cometidas pelo estado, assim como de chamar atenção para violações que aconteciam dentro do próprio movimento social, que por muitas vezes compactuou com posicionamentos machistas e homofóbicos.

É neste campo de tensões, marcado por repressões e resistências, que surgem as primeiras organizações lésbicas no Brasil. De acordo com a bibliografia sobre a temática,¹⁸ a primeira organização lésbica se constituiu como uma facção do primeiro grupo homossexual brasileiro – Grupo Somos.

18 Cf. LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento...** *Op. cit.*; FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar. *In.*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org). **Ditadura e Homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2014; *Idem.* Ações Lésbicas. *In.*: GREEN, James N.; QUINHALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

Portanto, para falar sobre a constituição do movimento lésbico é importante contextualizar a constituição do movimento homossexual brasileiro.

O grupo Somos é de 1979 e é reconhecido pela bibliografia como o primeiro grupo homossexual brasileiro. Isso não quer dizer que não existiam outras manifestações em todo o Brasil. É evidente que a luta daquelas/es que tinham suas sexualidades dissidentes precedeu a constituição do movimento, tendo em vista que para existir a única opção era resistir. Marisa Fernandes, conta que muito antes de entrar para o movimento social e ser ativista já identificava que a luta seria o único caminho se quisesse existir e manifestar sua sexualidade. Ao contar sobre sua adolescência e os enfrentamentos que teve com a família para vivenciar sua sexualidade, identifica esse episódio como o momento que percebeu que precisaria lutar.

a única coisa de que me valeu esse sofrimento, se é que pode ter, mas teve, eu posso dizer que teve e valeu sim. Porque o único entendimento que eu tinha era: o que estão fazendo comigo é injusto. Podia até não ser bom o que eu era, podia até ninguém ser igual a mim, mas era injusto. Eu não estava fazendo nada de mal para ninguém, então eu achava injusto. E eu queria lutar. Eu queria. Eu achava que as esquerdas tinham esse espaço. A esquerda revolucionária tinha esse espaço! Então eu queria entrar para a esquerda revolucionária. Aonde? Tudo clandestino! Tudo escondido, tudo proibido, né? Mas eu fui para a igreja de Santo André e falei para a pastoral operária que existia, (acho que era) que eu queria entrar para luta armada. Mas você sabe que eu tinha 17 anos aí ele falou assim ‘tem jeito não!’ – o padre falou para mim ‘não, não tem não, a gente não sabe onde é, e outra, você é menor de idade.’¹⁹

19 FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas... *Op. cit.*

Ressalta-se que dez anos depois deste episódio Marisa encontraria o grupo SOMOS e a oportunidade de lutar politicamente dentro de uma organização.

Assim como Marisa, aquelas/es que tiveram seus direitos violados ou sofreram violências em seu cotidiano por manifestarem sua sexualidade construíram suas estratégias diárias de sobrevivência, luta e resistência. Segundo Regina Facchini, ao longo da década de 1970, surgiram várias associações com o objetivo de reunir os homossexuais e promover sociabilidades. No entanto, “essas associações, apesar de reunirem homossexuais, possuíam uma atuação qualificada pelos militantes como ‘não politizada’”.²⁰

Outra ação que precede o grupo SOMOS é a publicação do jornal *Lampião da Esquina*, publicado pela primeira vez em 1978. Este estabeleceria uma rede de identificações e resistência através da escrita, como indica as memórias de Marisa Fernandes. Para a militante, o “*Lampião*” era comparado a:

um brilho de sol. O *Lampião da Esquina*, nossa! Foi tudo, assim, tudo. Dentro de um regime ditatorial, dentro de um conservadorismo, de um moralismo, de uma repressão absurda a juventude, de censura, lá vai ele, falando, né, gente? [...]. Eu descobri que na Avenida São Luiz, em frente à Praça da República, tinha uma banca de jornal que vendia o *Lampião*, então eu tomava o trem em Santo André, ia para lá, descia na Estação da Luz, ia a pé até a Praça da República e comprava o jornal. *Lampião*. E era assim. Não era fácil de achar, não era sempre que se tinha acesso.²¹

20 Cf. FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?** Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 88.

21 FERNANDES, Marisa. *Ações Lésbicas... Op. cit.*

Contudo, apesar da relevância destas resistências individuais e coletivas estas não podem ser consideradas como movimento homossexual. Este vai passar a se organizar como movimento apenas em 1979, com a fundação do grupo SOMOS.

Segundo o historiador James Green, pesquisador e militante do grupo SOMOS, entre os anos de 1978/1979 acontece o planejamento da 1ª organização dos direitos homossexuais no Brasil na cidade de São Paulo. Ocorreu uma reunião com aproximadamente dez ou doze pessoas (estudantes, escriturários, bancários, intelectuais), a maioria homens gays e algumas lésbicas. Neste primeiro momento, foram discutidos posicionamentos e ações, como respostas contra publicações homofóbicas do Jornal Notícias Populares. Nestas reuniões iniciais também foi decidido o nome do grupo que foi batizado de “Somos: grupo de afirmação homossexual” – uma homenagem a publicação da Frente de Libertação Homossexual da Argentina, primeiro grupo pelos direitos homossexuais da América do Sul (1971-1976).²²

A “estreia” oficial do grupo aconteceu em fevereiro de 1979 em um debate sobre minorias no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo – USP. Para Marisa Fernandes, que neste período cursava história nesta instituição, este foi um momento de muita emoção e entusiasmo, pois finalmente parecia ter encontrado seu “lugar” de luta:

vai ter o debate sobre minorias dentro da própria USP, no prédio de frente da História, no de Ciência Sociais, e as minorias eram: mulheres, negros, indígenas e homossexuais! ‘Aaaaaaaah, que que é aquilo? Que que é aquilo? Aquilo, para mim, meu deus. Não acredito!

22 GREEN, James Naylor. Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, v. 15, p. 271-295, 2000.

Quem vai vir falar? A igreja? Os psiquiatras?'. Porque era quem falava. Quem falava pelos homossexuais? Mas a gente já tinha o Jornal *Lampião*. 'Aaah, é o pessoal do *Lampião* que vai vim'. E obviamente eu fui e levei essa minha namorada [...]. Dalí, quando acabou o debate, bom, vocês podem imaginar que a mesa dos palestrantes ficou tão lotada, o assédio foi tão grande. [...] Aí eu lembro de ter perguntado 'vocês se reúnem?' 'Sim'. 'Que dia?' 'De sábado'. 'Manhã, tarde ou noite?' 'De tarde'. 'Onde?'. Me passou o endereço e no sábado eu estava lá.²³

Instituições como a igreja e a medicina muito falaram sobre sexualidade e as práticas consideradas desviantes, anormais.²⁴ No entanto, os discursos construídos sobre as sexualidades desviantes eram aqueles ligados a patologias, ao pecado, aos desvios do sexo saudável e puro. Quando Marisa fica sabendo que existiria uma fala sobre homossexualidade na universidade sua primeira reação era se perguntar se seria a igreja ou a psiquiatria, tendo em vista que essas eram as instituições que abordavam o assunto. Apesar de se tratar de um ambiente universitário na cidade de São Paulo e de um evento que reuniu muitos militantes de esquerda, a homossexualidade também não era uma questão para estes grupos e espaços. Fato que resultou em momentos de tensão, como descreve James Green:

A discussão que se seguiu foi eletrizante, com a troca de farpas e acusações entre os estudantes de esquerda e os representantes homossexuais. Pela primeira vez, lésbicas falavam abertamente sobre a discriminação que encontravam. Estudantes gays reclamavam que a esquerda brasileira era homofóbica. Defensores de Fidel

23 FERNANDES, Marisa. *Ações Lésbicas...* *Op. cit.*

24 Cf. FOUCAULT, Michel. **História Da Sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Castro e da revolução cubana argumentavam que a luta por direitos específicos, contra o sexismo, racismo e homofobia, iria dividir a esquerda.²⁵

Em meio a estas disputas, muitos jovens homossexuais que não haviam encontrado espaços de escuta, acolhimento e luta nos discursos religiosos, psiquiátricos e nas esquerdas, vão encontrar no grupo SOMOS um lugar de acolhimento e luta, como por exemplo, o caso das mulheres lésbicas.

Participar do grupo SOMOS não implicava apenas em encontrar um espaço de acolhimento, mas também em um espaço estratégico de luta. Logo que chegam ao SOMOS as mulheres do grupo assumem uma importante ação política que foi desenvolver uma matéria para o jornal “*Lampião da Esquina*”. Em maio de 1979 chega às bancas a edição de número 12 do jornal com a matéria de capa: “Amor entre Mulheres”. Esta é a primeira aparição pública das mulheres lésbicas do SOMOS, ou seja, “a emergência do movimento de lésbicas no Brasil acontece, portanto, entremeada com a escrita”.²⁶

Após essa ação organizam o “Lésbico-Feminista – LF”, um subgrupo dentro do SOMOS. O “LF” passou a se posicionar como um subgrupo feminista dentro do SOMOS, chamando a atenção para as especificidades relacionadas as lésbicas, que muitas vezes não eram contempladas no grupo.

a gente queria ser chamada de lésbica. Para esvaziar esse conteúdo maldito, pejorativo, que tinha. Né? Mas as bichas se referiam a todas as mulheres como ‘as rachas’ e isso nos incomodou. Racha. Nem inteira a gente não era, a gente era rachada, não só pelo desenho da vagina, né?

25 GREEN, James Naylor. Mais amor e mais tesão... *Op. cit.*, p. 274.

26 AGUIAR, Carolina Maia de. **Entre armários e caixas postais**: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2017, p. 30.

Rachada, que para eles era isso. Mas para gente, a gente era metade, partida ao meio, nem inteira a gente era. E isso eles se referiam a todas as mulheres, 'as rachas'.²⁷

O grupo SOMOS não estava isento de machismo. Assim como as mulheres dentro das organizações de esquerda tiveram que lidar com machismos e violências,²⁸ as mulheres lésbicas dentro dos movimentos homossexuais também tiveram que lidar com o machismo de seus colegas de movimento. Nesse sentido, houve a aproximação entre as mulheres lésbicas do SOMOS com o movimento feminista²⁹. Ainda, em 1979, o Lésbico-Feminista participou das reuniões de organização do II Congresso da Mulher Paulista, que veio a acontecer no dia 8 de março de 1980.

Ao passar a integrar a comissão organizadora do evento, outras questões e tensões surgiram, tendo em vista que não existia/existe um único posicionamento dentro dos grupos de mulheres e dentro dos feminismos. Para algumas feministas, o feminismo não deveria discutir questões relacionadas as lésbicas, possivelmente como uma estratégia para não ser associada ao título que machistas e opositores ao movimento insistiam em nomeá-las. Em trabalhos, cujo o objetivo era problematizar o humor no contexto ditatorial, como de Rachel Soihet e Cíntia Lima Crescêncio, é possível identificar que uma forma de ataque a feministas era chamá-las de feias, machorras, sapatões e homossexuais.³⁰ Soihet, ao

27 FERNANDES, Marisa. *Ações Lésbicas... Op. cit.*

28 Cf. WOLFF, Cristina Scheibe. *O Gênero da Esquerda em Tempos de Ditadura... Op. cit.*

29 É importante considerar que não eram todas as pessoas do grupo que se posicionavam de forma machista – Marisa Fernandes ressalta a contribuição de membros do grupo, como João Silvério Trevisan, ao dialogar com as propostas feministas, assim como não eram todas as mulheres lésbicas do grupo que compactuavam com o movimento feminista.

30 Cf. SOIHET, Rachel. *Preconceito nas charges de O Pasquim: mulheres*

analisar o preconceito contido nas charges de “*O Pasquim*”, por exemplo, menciona que estas charges

ridicularizava as militantes utilizando-se dos rótulos de ‘masculinizadas’, ‘feias’, ‘despeitadas’, quando não de ‘depravadas, promiscuas’, rótulos através dos quais tais articulistas conseguiram grande repercussão.³¹

Desta forma, se distanciar de lésbicas e das questões lésbicas era o posicionamento adotado por algumas mulheres e movimentos, assim como para outras, embora heterossexuais, fizeram o uso estratégico da identidade lésbica como resistência.

Para Marisa Fernandes, que participou deste momento inicial de aproximação do LF com o movimento de mulheres e organizações feministas, as tensões se estenderam e se intensificaram nos congressos seguintes:

no Terceiro Congresso foi pior ainda. Eu tenho minhas revistas, meus recortes, em que essas mulheres mesmas da esquerda, isso já em 81, dizendo que as mulheres da periferia não poderiam seguir orientações de lésbicas, de sapatonas. [...] as mulheres de periferia não podiam obedecer a mulheres lésbicas, a sapatã, a mulheres que negam a sua condição de mulher. Estavam falando na imprensa, não to inventando nada, está tudo lá, está publicado. É bastante difícil. Aí a gente entendeu o que que era a esquerda, e como é que elas lidavam com lésbicas, aí a gente entendeu.³²

e luta pelo controle do corpo. *Artcultura, Uberlândia*, v. 9, n. 14, p. 50, jan-jun. 2007; CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. **Quem ri por último, ri melhor**: humor gráfico feminista (Cone Sul, 1975-1988). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

31 SOIHET, Rachel. Preconceito nas charges de *O Pasquim*... *Op. cit.*, p. 42.

32 Cf. FERNANDES, Marisa. *Ações Lésbicas*... *Op. cit.*

Este campo de tensões estava/está presente e constitui os movimentos sociais. Dentro das organizações existiam vários enfrentamentos, discordâncias que resultaram em rachas e na constituição de outros grupos. Para as militantes do LF foi na aproximação com o feminismo que conseguiram dialogar com certas questões que o movimento homossexual não contemplava, porém dentro do feminismo também encontraram certas resistências, como nos contou uma de nossas entrevistadas: “dentro do SOMOS foi muito difícil ser feminista. Dentro do movimento feminista foi muito difícil ser lésbica”.³³

Contudo, embora existissem tensões entre os grupos e nos eventos organizados, todas estas mulheres tinham pontos em comum que as uniam estrategicamente na organização de congressos, manifestações, entre outras ações. Foi no feminismo que as militantes lésbicas encontraram suporte para dialogar com questões específicas relacionadas a lésbicas. E foi através do feminismo que outras mulheres lésbicas puderam encontrar redes de sociabilidade e militância. Carmem Luiz, por exemplo, lésbica feminista que morava em Florianópolis nos anos 1980, rememorou que encontrou pela primeira vez Referências lésbicas no “III Encontro Feminista da América Latina e do Caribe”, que aconteceu em Bertioga – São Paulo, em 1985.

lá em Bertioga eu conheci Rosely Roth. Sabe? Ela foi uma referência para mim. Foi a primeira pessoa que eu vi, que eu conheci, que era uma mulher que já tinha uma expressão, ela escrevia em jornaizinhos, fazia falas públicas. Ela ia falar de lesbianidade na televisão! [...] foi a primeira vez que eu conheci uma mulher lésbica, que chamou para uma reunião, que a gente fez um debate, que a gente falou sobre a invisibilidade, que a gente falou

33 FERNANDES, Marisa. *Ações Lésbicas... Op. cit.*

sobre as impossibilidades. Então foi aí que eu comecei realmente me inteirar desse tema e querer estar dentro dele para realmente poder ser visível, não precisar ficar me escondendo. E aí a gente começa... e aí quando você se põe nessa disponibilidade aí as pessoas surgem na sua vida. Aí você começa a conhecer pessoas que tem o mesmo interesse, e aí começa realmente uma militância. Então foi dentro do feminismo que eu conheci a lesbianidade, a militância lésbica. E aí foi um crescendo até isso que vivo hoje [risos].³⁴

Embora o movimento feminista das décadas de 1970 e 1980 não contemplasse abertamente as pautas e questões lésbicas, as lésbicas encontraram no feminismo um espaço de luta e resistência. Foi por intermédio do feminismo que o LF conquistou um espaço de fala, alcançando assim outras feministas lésbicas, como o exemplo de Carmem, que acessou sua identidade política e militância lésbica através de um encontro feminista. Foi, deste modo, dentro do feminismo que ela conheceu a discussão sobre lesbianidade.

Destaca-se o papel fundamental que o LF teve ao acionar o feminismo como sua bandeira de luta e inserir a questão lésbica como uma questão feminista. O feminismo passou a ser uma questão indispensável para as lésbicas do SOMOS que pertenciam ao LF, fato que contribuiu para que estas rompessem e organizassem uma organização independente chamada Grupo de Ações Lésbicas Feministas – GALF. A GALF teve um importante papel ao longo dos anos 1980, atuando na organização e participação de eventos, publicações, manifestações públicas, aparições em programas de televisão, entre outras formas de atuações.

34 LUIZ, Carmen Lucia. Entrevista concedida a Binah Ire e Jair Zandoná. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 25/09/2018. Acervo de Entrevistas de História Oral do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC).

Além da participação dos eventos, já citados ao longo do texto, a GALF foi responsável pela publicação do jornal/boletim *ChanaComChana* (1981 até 1987). A primeira edição foi um jornal e as demais boletins. Foram publicados ao todo 1 jornal (única edição em 1981) e 12 boletins. Os boletins eram compostos por textos, manifestos, quadrinhos e charges carregadas de críticas. Foram abordados diferentes temas como: as censuras, perseguições, repressões e violências contra homossexuais no período da ditadura e redemocratização; críticas ao apagamento das questões lésbicas; debates envolvendo temas como 8 de março, aborto, trabalho, maternidade e sexualidade. Além de ser um espaço para sociabilidades considerando a existência da sessão cartas, onde as leitoras poderiam enviar cartas para participar das sessões com suas opiniões, divulgando textos e poesias, assim como enviar anúncios para se corresponderem com outras mulheres – como um aplicativo de relacionamentos de um período sem internet.

Ao analisar os boletins é possível identificar a ampla divulgação da caixa postal da GALF e os planos de assinaturas. É perceptível o crescente número de assinaturas e alcance do boletim através da sessão cartas, por exemplo, onde leitoras de diversas regiões do Brasil e do mundo enviaram suas correspondências. Desde capitais até pequenas cidades do interior do Brasil, como destaca Marisa Fernandes:

tinha cartas que diziam ‘eu ia me matar’. No sertão do sertão, aquelas cidadezinhas do norte e nordeste, e... ‘mas eu sei que agora eu não estou sozinha’. Ela lia o *ChanaComChana* que chegava.³⁵

Fica evidente o alcance que a GALF e o *ChanaComChana* tinham em um período onde não existia a popularização e o

35 FERNANDES, Marisa. *Ações Lésbicas... Op. cit.*

acesso à internet, onde não existiam redes sociais e aplicativos de relacionamentos. No entanto, os espaços existentes foram reivindicados e ocupados pelas lésbicas do GALF.

No dia 25 de maio de 1985, a militante da GALF Rosely Roth participou do “Programa da Hebe”,³⁶ exibido pela TV Bandeirantes. Neste programa, ela falou sobre o movimento, divulgou o boletim *ChanaComChana* e mais de uma vez divulgou a caixa postal da GALF. Segundo Marisa Fernandes,

nenhum programa tinha a audiência que tinha o da Hebe Camargo na TV Bandeirantes. [...] aquilo passava no Brasil inteiro, então as pessoas, imagina se eu sou uma lésbiquinha ali, se eu não podia escrever eu decorava, né? A caixa postal (risos).³⁷

A presença de Rosely na Hebe contribuiu para divulgação e ampliação da rede de contatos da GALF com outras regiões do Brasil, bem como, despertou as atenções dos censores da censura, que mesmo no período de redemocratização continuavam ativos.

A matéria de 29 de maio de 1985 da *Folha de São Paulo* intitulada “Censura ameaça Hebe Camargo”, chamava atenção para que se a Rede Bandeirantes não tomasse energéticas providências o “Programa de Hebe” deveria voltar a ser gravado e não exibido ao vivo. Isso porque, o documento do serviço de censura federal em São Paulo com assinatura do chefe Dráusio Dornelles Coelho acusava o programa de impróprio. Hebe foi “acusada de transformar seu programa – o ‘Hebe’ – em ‘tribuna de aliciamento, indução e apologia do homossexualismo’”. Por quê? No programa de sexta-feira,

36 Recorte da participação de Rosely Roth no programa da Hebe disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JqDzZJfjSbE&t=4s>>. Acesso: 08 dez. 2019.

37 FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas... *Op. cit.*

foi discutida a questão do homossexualismo feminino, tema ao que parece ainda proibido na TV”. Mesmo no período de redemocratização a censura continuava ativa e certos temas, como a homossexualidade, ainda era motivo para censura e justificativa para violações de direitos.

Ao mesmo tempo que os censores atuavam na perseguição de grupos e censura de programas de televisão, estes respondiam por meio de resistência. Na edição de nº 10 do *ChanaComChana* é possível perceber que, no ano de 1986, Rosely Roth retornou ao Programa de Hebe, no entanto foi convidada a divulgar a caixa postal do grupo apenas após as 23 horas para “a censura não chiar”. Ou seja, a censura continuava a atuar, porém as lésbicas continuavam a resistir.

A GALF teve um papel fundamental na constituição do movimento lésbico feminista brasileiro e é reconhecida como a primeira organização que teve atuação nesse sentido. Contudo, é importante destacar outros grupos e publicações que se constituíram neste período, em outras regiões do Brasil e que também traziam como pauta a questão lésbica.

A pesquisadora Zuleide Paiva da Silva em sua tese, que tinha como objetivo estudar as organizações lésbicas da Bahia, identifica o Grupo Libertário Homossexual – GLH como a primeira organização lésbica da Bahia. As ideias iniciais para a constituição deste grupo surgiram após o 31º Congresso da UNE realizado em Salvador em maio/1979. O GLH atuou de 1979 até 1987 e era um coletivo acadêmico não institucionalizado. Também foi responsável pela publicação de uma revista chamada “Amazonas”, que teve apenas uma edição.³⁸

38 Cf. SILVA, Zuleide Paiva da. “Sapatão não é Bagunça”: Estudo das organizações lésbicas da Bahia. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento). Universidade Estadual da Bahia, Salvador, 2017.

Patrícia Lessa, em sua tese, que tinha como um dos objetivos fazer um levantamento de movimentos de lesbianas no Brasil, identificou uma publicação no Rio de Janeiro intitulada Iamaricumá. Esta publicação teve uma única edição em 1981, e a proposta era próxima aos fanzines – receber, fazer 5 cópias e passar para frente, como uma corrente. Era um boletim anônimo, o que levou Patrícia Lessa intitular este movimento como “lesbianidade sem rosto”. (LESSA, 2007).³⁹

Para além das ações do GALF existiam outras iniciativas se constituindo no país em um mesmo momento histórico. Este período que marca o fim das ditaduras e início da redemocratização, como visto anteriormente, foi um momento propício para a emergência de movimentos sociais. O movimento lésbico-feminista se constitui nesse contexto como resistência a uma série de violações do estado ditatorial, mas também como resistência a violências e silenciamentos que vinham das esquerdas, movimento homossexual e feminista. Foi em um contexto marcado por repressões que se constituiu um movimento de resistência lésbica no Brasil.

Referências

Fontes

Boletim Chanacomchana, São Paulo, GALF, 1981-1987.

FERNANDES, Marisa. Entrevista concedida a Camila Diane Silva. São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil, 12/10/2018b. **Acervo de Entrevistas de História Oral do Laboratório de Estudos de Gênero e História** (LEGH/UFSC).

LUIZ, Carmen Lucia. Entrevista concedida a Binah Ire e Jair Zandoná. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 25/09/2018. **Acervo de Entrevistas de História Oral do Laboratório de Estudos de Gênero e História** (LEGH/UFSC).

39 Cf. LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento...** *Op. cit.*

Bibliografía

AGUIAR, Carolina Maia de. **Entre armários e caixas postais:** escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2017.

CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. **Quem ri por último, ri melhor:** humor gráfico feminista (Cone Sul, 1975-1988). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

DREYFUS, Herbert L.; RABONOW, Paul. Michel de Foucault: **Beyond Structuralism and hermeneutics.** Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?** Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar. *In.*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org). **Ditadura e Homossexualidades:** repressão, resistência e a busca da verdade. Edufscar: São Carlos, 2014.

FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. *In.*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História Da Sexualidade I: A Vontade De Saber.** Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GREEN, James Naylor. Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, v. 15, p. 271-295, 2000.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e Homossexualidades:** repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2014.

JOFFILY, Olívia Rangel. O corpo como campo de batalha. *In.*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.** Editora Mulheres: Florianópolis, 2010.

JÚNIOR, Wanderley dos Reis Nascimento. **A Amplitude da Maré Rosa:**

uma análise das experiências de governo no Brasil, Chile e Uruguai. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento**: A criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006). Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MOGROVEJO, Norma. **Un amor que se atrevió a decidir su nombre**: la lucha de las lesbianas y su relación com los movimientos homosexual y feminista en América Latina. México: Plaza y Valdés, 2000.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres: 2010.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez.1990.

SCOTT, Joan W. Experiência. *In.*: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (org.). **Falas de Gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.

SILVA, Janine G.; PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 71, p. 193-210, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rieb/n71/2316-901X-rieb-71-00193.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

SILVA, Zuleide Paiva da. **“Sapatão não é Bagunça”**: Estudo das organizações lésbicas da Bahia. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Universidade Estadual da Bahia, Salvador, 2017.

SOIHET, Rachel. Preconceito nas charges de O Pasquim: mulheres e luta pelo controle do corpo. **Artcultura, Uberlândia**, v. 9, n. 14, p. 39-53, jan-jun. 2007.

DINA DO ARAGUAIA: RELAÇÕES DE PODER E RESISTÊNCIA NA GUERRILHA DO ARAGUAIA

Ana Maria Colling

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

A história da ditadura militar no Brasil ainda está a doer nas entranhas da historiografia. Não é muito diferente falar dos anos de chumbo em nosso país e no restante do Cone Sul da América latina, que viveu os horrores da repressão, violência, tortura e morte, pois a Operação Condor hoje esclarecida, atuava como coordenadora destes atos, entre os países.

Nestes tristes tempos por que passa o Brasil, onde nega-se a ditadura militar, regime autoritário que tentava calar e reprimia violentamente a oposição a ele, escrever é preciso. Os tempos da ditadura coincidiram com a explosão do movimento feminista, que transformou a vida de todas as mulheres. Escrever é preciso, pois a narrativa histórica sobre a luta de mulheres e homens em defesa da democracia e liberdade não pode ser esquecida ou menosprezada por tentativas de revisionismo conservador.

Poderíamos elencar alguns trabalhos sobre a participação da esquerda brasileira, que narra a vida de alguns homens, mas muito pouco de mulheres, e, muitas vezes, simplesmente como coadjuvantes na luta política. Sabemos que a história política é uma história masculina, restando pouco espaço para as mulheres, e, a resistência à ditadura militar no Brasil, foi a radicalidade dessa ausência.

A Guerrilha do Araguaia, uma iniciativa do Partido Comunista do Brasil (PC do B), é uma história que aos poucos está sendo alvo de narrativas. Este texto apresenta aos leitores/as a trajetória política da baiana Dinalva Oliveira,

subcomandante na Guerrilha do Araguaia para, através de sua história, apresentar a importância das mulheres no processo de resistência. A partir de sua breve trajetória podemos analisar as relações de gênero durante a ditadura militar, não somente entre o estado opressor e as militantes, mas também entre companheiros e companheiras de luta política.

Dinalva Oliveira: da Bahia ao Araguaia

As mulheres que participaram nos grupos de esquerda que faziam oposição à ditadura eram, em sua maioria, jovens secundaristas ou universitárias. Era, especialmente, no movimento estudantil que se pautavam os debates sobre a resistência à repressão. Muitas delas, ao serem presas ainda não pertenciam aos partidos de esquerda, mas participavam de passeatas que tinham como palavras de ordem “Fora Rockefeller”, “Contra o acordo MEC-USAID”.

Era o tempo do movimento feminista que virou o mundo de cabeça para baixo, propiciando que as mulheres rompessem com padrões estabelecidos, entre eles, o de que a arena política era um espaço exclusivo dos homens, comprovando também que as relações de gênero atravessam as relações políticas. Muitas mulheres lembravam de Simone de Beauvoir quando esta escrevia que a emancipação da mulher, não é uma questão de felicidade, mas de liberdade.

Assim também foi a história de Dinalva Oliveira, uma das dezessete mulheres a ir para o Araguaia, lutar pela liberdade e democracia, sendo a única a ter ocupado lugar de chefia na guerrilha, sendo um dos motivos porque optamos pela sua história. Se lutamos pela igualdade política entre homens e mulheres, devemos ir preenchendo estas lacunas da historiografia, narrando o protagonismo feminino, pois ainda são poucos os estudos sobre as mulheres que combateram a ditadura militar no Brasil.

Quanto à questão da escolha do Araguaia para a luta do PC do B, deve-se ao fato da região Norte do país não ter sido foco de cuidado e atenção por parte das autoridades políticas, especialmente durante os primeiros anos de instauração e consolidação da ditadura. Segundo Campos Filho,¹ tal postura alterou-se com a criação do projeto da Transamazônica (tentativa de Integração da região Norte ao resto do país) porém, com o tempo se viu que o intuito do governo era muito mais voltado para uma política desenvolvimentista, do que levar melhorias para a população local, com isso, as transformações ocorridas foram insuficientes para aquela região. Sabemos hoje das consequências nefastas da Tranzamazônia em relação à morte de populações indígenas;

A partir das perseguições e prisões a opositoristas e/ou grupos e pessoas que não se “enquadravam” no modelo proposto pela repressão, o PC do B, inspirado na teoria maoísta da Guerra Popular Revolucionária que pressupõe a formação de um exército guerrilheiro sob a orientação de um partido marxista-leninista, inicia a Guerrilha do Araguaia que se desenvolve de 1972 a 1975. O partido entendeu, naquele momento, que a revolução deveria partir de espaços rurais, no campo, onde localizavam-se as classes mais oprimidas, para posteriormente chegar aos centros urbanos. No processo de luta prolongada, característica do modelo chinês, haveria o período de conscientização das massas, chegando ao enfraquecimento do próprio capitalismo no âmbito internacional e no caso brasileiro da retração do regime.²

1 Cf. CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia**. A Esquerda em Armas. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1997.

2 Cf. MECHI, Patrícia Sposito. A experiência guerrilheira do PC do B no Araguaia. In.: SALES, Jean R. (org.). **Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: lamparina, FAPERJ, 2015.

Nessa conjuntura de perseguições e o sonho de um novo projeto para o país, mais de sessenta militantes migraram para a região do Araguaia, na divisa entre os estados de Tocantins e Pará. Em seu processo estratégico, o PC do B optou por dividir o efetivo militante em três destacamentos pela região.³ Dessa forma, se deu a divisão nos destacamentos A, B e C. Do efetivo total, dezessete eram mulheres, que mencionaremos aqui como forma de respeito e de importância para a história brasileira. Foram ao Araguaia, Elza Monnerat, na preparação e participando da direção do partido, Criméia Schimmdt, Helenira Resende, Lúcia Maria, Jana Moroni e Maria Célia, ficando alocadas no destacamento A. Suely Yumiko, Dinaelza Santana, Luzia Reis, Luiza Garlippe, Regilena da Silva Carvalho e Walkíria Afonso no destacamento B. Por fim, Áurea Valadão, Dinalva Oliveira, Maria Lucia Petit e Telma Regina no destacamento C.

Dinalva Oliveira, a Dina do Araguaia, como ficou conhecida, e que destacamos neste texto, nasceu em 1948, no interior da Bahia, na cidade de Argoim, hoje pertencente ao município de Rafael Jambeiro à 215 km da capital Salvador. De família simples, Dinalva estudou até o quinto ano no interior e depois se mudou para Salvador, morando inicialmente em um pensionato. Segundo sua prima Maria Oliveira: *“Ela saiu daqui quando concluiu o primário. Foi para Salvador, onde ficou em um pensionato. Sofreu por causa da pobreza, mas tinha força de vontade de estudar”*.⁴

A trajetória de Dinalva assemelha-se a de outras jovens brasileiras que nascidas no interior mudaram-se para a capital em busca de melhores condições econômicas e de

3 Cf. MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: Os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Editora Geração. 2005

4 Entrevista disponível em: <http://www.meussertoes.com.br/2017/09/20/nana-do-argoim-e-dinamonte/>. Acesso: 26 mai. 2018.

estudos, tendo a família um papel importante nessa trajetória. Em muitas cidades do interior, nas décadas de 50 e 60, não havia ensino ginasial. Portanto, para aqueles que quisessem continuar os estudos, a mudança para os grandes centros era a única alternativa.

Em Salvador, Dinalva, durante o ensino ginasial, se deparou com debates acerca da sociedade, o que possibilitou seus primeiros passos no processo de formação política. O Instituto Central de Educação Isaías Alves, onde Dinalva estudou, mais tarde ficou conhecido por ter abrigado muitos jovens que posteriormente militaram politicamente contra a ditadura.⁵ A participação estudantil foi fundamental no processo de luta e resistência contra o regime militar, tanto de estudantes secundaristas como universitários, havendo uma relação importante entre ambos os níveis de ensino, na organização de passeatas e manifestos.

No contexto de engajamento político e luta contra repressão, nossa intenção é também de ressaltar os impactos da ditadura não apenas nos grandes centros do Brasil, mas ampliar o olhar para diversas regiões do Brasil. O Nordeste, região de Dinalva, foi visto durante muito tempo pela historiografia como uma zona de recuo de militantes perseguidos nas capitais, mas passou nos últimos anos a combater tal visão, vide os estudos de Farias e Fernandes & Araújo,⁶ que demonstram que o regime foi tão cruel e repressor

5 Cf. SANTOS, Andréa Cristiana. **Ação entre amigos**: História da Militância do PC do Brasil em Salvador (1965-1973). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, 2004.

6 Cf. FARIAS, José Airton de. **Além das armas**: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007; FERNANDES, Eliane Moury; ARAÚJO, Rita de Cássia. **Mulheres e militares**: testemunhos sobre o golpe de 1964 no Nordeste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2013.

como em qualquer espaço geográfico onde supunham que a oposição existia ou pudesse surgir.

Ao iniciar os estudos de Geologia na Universidade da Bahia, federalizada em 1964, Dinalva amplia suas redes de contato e passa a debater e refletir acerca da política e dos caminhos do Brasil.⁷ Assim, discussões acerca do acordo MEC/USAID⁸, o aumento de vagas nas universidades públicas, dentre outras, foram pautas importantes no combate a qualquer forma de exclusão dentro do sistema de ensino e, conseqüentemente, político. A trajetória de Dinalva até então, somada à visão de quem viveu no interior e acompanhou diferentes contextos sociais até chegar à universidade, foram importantes para que se engajasse nas lutas coletivas que passaram a ser travadas contra o governo autoritário. O movimento feminista estava dando seus primeiros passos, e as mulheres brasileiras, como as de todo mundo ocidental, estavam se engajando em diferentes lutas e frentes, públicas e privadas.

Nos idos de abril de 1964, logo após o golpe, quando Dinalva iniciou seu curso na universidade,⁹ o Estado já estava tomado pelos militares, que iniciaram seu processo de institucionalização. Para isso passaram a fazer decretos, assinar atos institucionais e prender todas e quaisquer pessoas e/ou grupos contrários a suas bases ideológicas. O movimento

7 SANTOS, Andréa Cristiana. **Ação entre amigos...** *Op. cit.*

8 Os acordos MEC-USAID foram implementados no país a partir da lei 5.540/68. O pacto entre o Ministério da Educação e a Agencia dos Estados Unidos para o Desenvolvimento tinha como função aplicar um modelo para a educação básica a partir dos padrões americanos. Dentre as medidas, uma reforma na formação voltada ao tecnicismo mais ajustada ao plano de desenvolvimento e econômico brasileiro, tendo a política norte-americana como direcionamento. ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e torturados**. 2. ed. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1968.

9 Em 2018 a família de Dinalva forneceu alguns documentos pessoais, onde consta a carteirinha de estudante da mesma, e a data provável de matrícula em 20/04/1964.

estudantil, principalmente nas universidades, passa a ser perseguido e enquadrado na Lei de segurança nacional (LSN), uma vez que ao assumir o poder o regime colocou a União Nacional dos estudantes (UNE), na ilegalidade.¹⁰

Em 1966, com os partidos já extintos, e a instituição do bipartidarismo – ARENA (Aliança Renovadora Nacional) de apoio à ditadura, e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que se transformou num grande guarda-chuva que abrigou descontentes com o regime, muitos militantes já haviam sido presos. Vários partidos clandestinos passam a abrigar jovens, potenciais líderes que tivessem o ideal de mudança política e que fossem engajados nas lutas sociais. Nessa conjuntura, Dinalva é convidada a integrar no PC do B, com maiores possibilidades de debater sobre política e os cenários que o Brasil estava enfrentando. Posteriormente, devido ao seu engajamento e sua importância dentro do partido, é destacada para a região do Araguaia.¹¹

Em 1967 Dinalva apoiou o estudante de Geologia Antônio Monteiro, indicado pelo PC do B para concorrer à presidência da União Estadual dos Estudantes baianos (UEB). Nesse período, como constata Santos, Dinajá gozava de credibilidade e despontava como uma grande liderança feminina.¹² Dois anos depois, Dina e Antônio se casam, indo mais tarde para o Araguaia.

O ano de 1968 é marcado por uma movimentação internacional onde a juventude irmanada nos mesmos propósitos, vai às ruas. O *rock-and-roll* exercia um papel de hino libertário ao som dos Beatles, Bob Dylan e Rolling Stones. Nesta revolução cultural a liberdade era a arma para

10 MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

11 Cf. SANTOS, Andréa Cristiana. **Ação entre amigos...** *Op. cit.*

12 *Ibidem*.

combater a violência. No Brasil, como no resto do mundo, o movimento estudantil explodiu em 1968. As manifestações de protesto, por serem violentamente reprimidas pela força policial, provocavam reações da sociedade em geral. Na “Passeata dos cem mil” como ficou nacionalmente conhecida, realizada no dia 26 de junho no Rio de Janeiro, as pessoas desfilavam aos brados de “Abaixo a Ditadura” ou “O povo unido jamais será vencido”. O presidente Costa e Silva, que iria implementar o Ato Institucional nº 5 em 13 de dezembro deste ano, exclamava: “Não permitirei que o Rio se transforme numa nova Paris”.¹³

Ano de grande movimentação política, 1968 é marcado também pela morte do estudante secundarista paraense Edson Luiz no dia 28 de março no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro, morto com uma bala no peito, acirrando ainda mais a relação entre o estado repressor e o movimento estudantil. O corpo sendo carregado pelos estudantes em uma passeata até a Assembleia Legislativa do Rio do Janeiro, o velório, o enterro e a missa em sua memória na Igreja da Candelária chamaram a atenção do mundo inteiro. Como represália, a perseguição aos estudantes se acirrou e a proibição de matrículas é decidida pelo governo brasileiro. Na Bahia, muitos jovens percebem que a permanência no estado não era segura, devido a todo aparato de informações que a repressão detinha. Assim, Dinalva e seu companheiro Antônio, partem para a cidade do Rio de Janeiro por volta de 1969.¹⁴

Uma vez no Rio de Janeiro, o casal trabalhou alguns meses no Departamento Nacional de Petróleo, do Ministério

13 Cf. COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p- 37-38

14 Cf. BRITO, Antônio Maurício F. **O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2008.

de Minas e Energia, porém, pela falta de segurança no estado, já estavam sendo perseguidos na Bahia, além da rede de informações que estava em todo território nacional são convidados pelo PC do B e se mudam para região do Araguaia, por volta de 1969. Seu irmão, Djalma Oliveira,¹⁵ só foi saber do paradeiro da irmã anos mais tarde. Tal informação é encontrada em inúmeros relatos de familiares de perseguidos políticos, onde qualquer plano de mudança fosse de residência e/ou cidade não eram reveladas. Isso era necessário não apenas pela segurança dos militantes, mas, também de seus familiares, uma vez que houveram várias denúncias de familiares que foram presos no intuito de obter informações de parentes que estavam na militância política.¹⁶

No Araguaia, Dinalva, atuando como geóloga, desenvolveu um mapa da região, e todos os guerrilheiros e guerrilheiras deveriam ter um para guiar-se na mata. Como relata José Genoíno:

A Dina foi muito importante. Como geóloga ela fez toda a tecnologia. Ela desenvolveu toda a tecnologia da gente fazer mapa com grau de precisão muito grande, a gente pegava a bússola andava tantos minutos e colocava o azimute, o norte magnético e o diferencial. Depois você botava aquele mapa no papel, a diferença era mínima. Era um mapa muito mais preciso do que aqueles grandões do IBGE. E foi ela que ensinou pra nós essa técnica de fazer mapa, ela era formada em geologia.¹⁷

A informação dada pelo ex-militante do PC do B, que também atuou no Araguaia, é algo que até então não havia sido relatado nos trabalhos, que retratam a militância feminina

15 Entrevista concedida por Djalma Oliveira em 17/09/2017.

16 FERREIRA, E.F.X. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

17 Entrevista concedida por José Genoíno em 01/11/2017.

no Araguaia. Assim, enfatizamos o protagonismo feminino, que foi de enorme significância para a existência da guerrilha, não apenas pelos mapas desenhados por Dinalva, mas nas ações realizadas por ela e pelas outras quinze mulheres que lá lutaram. Segundo Moraes & Silva o conhecimento de geologia impressionava, mas sua força física, bem como a personalidade forte, são lembranças vivas daqueles que conviveram com ela na região.¹⁸

Outra característica marcante, para muitos moradores da região, era a disposição com que tratava a população, fosse como professora, parteira etc.

O fato é que Dina se impusera pela disposição de servir à população, fosse dando aulas para as crianças e jovens ou ajudando nos partos nas cidades e roças, mesmo nas mais distantes.¹⁹

Tais aspectos fizeram Dinalva ganhar ainda mais respeito e carinho da população local, algo que posteriormente gerou convites para ser madrinha de inúmeras crianças, como destaca a senhora Domingas:

Eu qualificaria eles assim como pessoas boas, pessoas que estavam a trabalho da comunidade, sem maldade. Eles inclusive cuidaram de muitas pessoas lá, pessoas doentes. Eu mesmo, tenho um menino que tá até aqui em casa, eu “tava” grávida nessa época e até ia perder esse menino se não fosse a Dina, lá fez meu tratamento com Dr. Paulo.

Sim, ih! Gostava demais, todo mundo lá era amigo. Chegava lá, eles não eram de ficar assim, junto com a gente não, sabe? Eles eram assim meios sutis, meios desconfiados, a única coisa que a gente ficava assim se

18 Cf. MORAIS, Taís. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia...** *Op. cit.*

19 Cf. CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia...** *Op. cit.*, p. 95.

perguntando era: Por que esse pessoal não se une com a gente? Inclusive eu levei muitos convites prá Dina, prá ela ir numa reunião conosco na Igreja, e ela nunca aceitou. Inclusive alguém deu o filho prá ela ser madrinha e ela não aceitou.²⁰

Outro aspecto mencionado no tocante à trajetória de Dinalva é o fato dela ter alcançado o cargo de subcomandante do destacamento C, algo que nenhuma outra mulher alcançou. Sua rápida adaptação à mata, bem como seu senso de liderança são apontadas por algumas bibliografias como motivos na obtenção de respeito e confiança de todos, inclusive do alto comando. Salientamos que na alta cúpula do PC do B que atuava no Araguaia não havia a participação das mulheres, apenas no preparo da guerrilha, como Elza Monnerat que foi uma das primeiras a fazer o reconhecimento da região.

Mulheres, memória e história

Se a história do Brasil ainda está por ser contada, a história das mulheres brasileiras carece ainda mais de narrativas. A história da ditadura militar, hoje revisitada por apoiadores do golpe que comandam a nação, e desejam um revisionismo histórico daqueles tristes tempos, obrigam historiadores e historiadoras a escrever, falar, discursar sobre o desejo de liberdade e democracia dos que combateram os golpistas e, a participação feminina nesta luta.

A carência de história contribui para a falta de memória de um país e pela compreensão equivocada que alguns possuem sobre este período. Nos discursos pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (primeira mulher a ocupar este cargo na história do Brasil e ex-militante de esquerda que lutou contra a ditadura militar), o deputado, hoje presidente,

²⁰ Entrevista fornecida por dona Domingas (Moradora de São Geraldo durante a Guerrilha do Araguaia) à CNV. Araguaína – julho de 1992.

dedicou seu voto ao coronel Brilhante Ustra²¹, que torturou Dilma. Pareceu que esta agressão não provocou repúdio em grande parcela dos deputados e da população brasileira, muito pelo contrário, muitas redes sociais deram grande respaldo as suas palavras.

Michele Perrot em *Práticas da Memória feminina*, nos alerta que frequentemente as mulheres apagam delas mesmas as marcas que adquiriram, dos passos que deram no mundo, como se deixá-las aparecer fosse uma ofensa à ordem. Esse apagar de marcas seria uma forma de adesão ao silêncio que a sociedade impõe às mulheres, especialmente no mundo público/político. Apagar o silêncio, trazer à visibilidade a trajetória de Dinalva, militante destacada na Guerrilha do Araguaia é um dos objetivos deste texto. Mas, podemos nos perguntar quantas outras mulheres chegaram a comandos em diferentes períodos históricos? O que a narrativa histórica destaca sobre elas?

Janailson Macêdo Luiz, historiador e pesquisador da Guerrilha do Araguaia, num texto sobre o Terecô (religião afro-brasileira) e sua relação com a Guerrilha, coloca Dina ao lado da figura mítica de Osvaldão:

Osvaldão e a guerrilheira Dina Teixeira, sobretudo, passam a se inserir nesse sentido, num rol de outros personagens históricos que ganharam fortes representações no imaginário popular de suas épocas, tal como Lampião 11 ou João Balaio, e que além de lhes serem atribuídos o corpo fechado, suas figuras eram vinculadas a atuação dos encantados, que lhes possibilitavam se metamorfosearem na hora do perigo, e se transformarem em borboleta, tocos, moitas, pássaros, macacos ou outras

21 O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra conhecido como “Major Tibiriçá” foi responsável pelo centro de tortura Doi-Codi entre 1970 e 1974. Em outubro de 2008 num processo inédito no Brasil, Ustra torna-se o primeiro oficial a ser declarado e condenado como torturador no Brasil.

criaturas, impossibilitando durante muito tempo a sua captura ou morte por parte das forças inimigas.²²

Assim como retrata Luiz, a imagem mítica de Dina é outra característica predominante nos poucos relatos sobre ela.²³ Bibliografias que se propõem a discutir a guerrilha do Araguaia trazem a lenda de uma Dinalva que se transformava em borboleta e que tinha a capacidade de se desviar de tiros movendo-se rapidamente.²⁴

Ainda acerca do misticismo no Araguaia, Teles destaca que o caráter ligeiro e ágil de uma borboleta se relaciona à sua eficiência na mata.²⁵ Estas lendas regionais, o imaginário da população e do próprio estado autoritário acerca de Dinalva, passam a fazer dela uma mulher ainda mais perseguida pela ditadura. Era uma inimiga importante a se combater e abater.

Em um cenário de ampla perseguição e com o enfraquecimento das estruturas de sobrevivência no Araguaia, tanto Dinalva quanto o efetivo guerrilheiro passam a sofrer muitas baixas. Assim, não demora muito para que as forças repressivas cheguem a Dina e esta passe a fazer parte do alarmante número de desaparecidos políticos, não se sabendo até hoje o paradeiro de seu corpo. Seus familiares sofrem, como muitos outros, a ausência de um corpo para chorar, um túmulo digno para se depositar flores.

22 LUIZ, Janailson Macêdo. Memórias da ditadura na Amazônia oriental: experiências de mulheres e homens negros em tempos de guerrilha. **Anais do encontro nacional de história oral**. Campinas, São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1525143543_ARQUIVO_final.pdf. Acesso: 25 ago. 2019.

23 *Ibidem*.

24 Cf. MOURA, Clóvis. **Diário da Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.; CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia... Op. cit.**

25 TELES, Janaína de Almeida. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). **Revista História – Unisinos**, v. 18, n. 3, p. 464-480, setembro/ dezembro, 2014.



Figura 1: Dinalva Oliveira Teixeira. Fonte: acervo do Grupo Tortura Nunca Mais - Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm_67/pg05.html Acessado em 16/11/2019 às 14:53

Conforme o exposto na Sentença da Corte Interamericana, recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso de Dinalva Oliveira Teixeira, localização de seus restos mortais, retificação da certidão de óbito, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos no caso. Conforme sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que obriga o Estado brasileiro “a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e de determinar o paradeiro das vítimas”.²⁶

Existem diferentes versões para a prisão de Dina, mas muitas delas apontam que ela foi presa em junho de 1974 em num local chamado Pau Preto, juntamente com a militante Tuca. Segundo Corrêa,²⁷ após ser presa, Dinalva teria

²⁶ Disponível em <http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/jose-de-oliveira/>. Acesso: 16 nov. 2019.

²⁷ CORRÊA, Carlos Hugo Studart. **A Lei da Selva**: Estratégias, Imaginário e Discurso dos Militares sobre a Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

permanecido dias respondendo interrogatórios até ser levada de helicóptero para algum ponto da mata, onde foi chacinada. Segundo informações apresentadas por Portela, colhidas em entrevista com um morador da região, a morte de Dina teria ocorrido sob outras circunstâncias: “Foi chamada a um casebre de pessoas amigas, abriu a porta e recebeu chumbo grosso no corpo todo”.²⁸ Já com base na fala do sargento João Santa Cruz Sacramento:

A Dina foi presa aqui nas imediações da Itaipava, quando ela tirou o revólver do braço e deu prá um velho ir vender, porque ela tava fraca de dinheiro, não tinha dinheiro, então ela juntamente com a Lia, não sei o nome da Lia. E aí o velho chegou e avisou pra turma do Exército, foram com o velho levar... acompanharam o velho e fizeram lá os traços deles com o velho, e fizeram uma emboscada. Aí o velho vai com elas deixar o dinheiro e tirar elas, à noite, [...]. Ela não foi morta, ela foi presa. Quem falou, quem informou mentiu. [...] Ouvi falar que tinham levado para Brasília, agora não sei.²⁹

Como é possível observar, ainda que possam existir inúmeras versões quanto à morte de Dina, até hoje seu corpo não apareceu, nem as reais circunstâncias de sua morte foram reveladas. Segundo o relatório da Comissão Nacional pela Verdade (CNV), a militante está entre as desaparecidas políticas e aponta para uma possível gravidez sua. De toda forma, inúmeras são as versões, mas todas elas culminam com o fim da curta vida de Dinalva Oliveira, a Dina do Araguaia.

28 PORTELA, Fernando. **Guerra de guerrilhas no Brasil**. 8 ed. São Paulo: Brasil Debates, 1980, p. 87.

29 O depoimento foi fornecido a Romualdo Campos Filho e Gilvane Felipe em 1994, ver: Gaspari, Elio. **A ditadura escancarada: as ilusões armadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 464.

O que dificulta, até hoje, o encontro de qualquer vestígio a corpos e fatos sobre o Araguaia em muito se deve ao que foi denominada “Operação limpeza”. Após o conflito, em 1975, no argumento de que ainda haviam focos guerrilheiros, as forças repressivas se deslocaram para a região e iniciaram um processo de “limpeza, transferindo, destruindo e ocultando corpos”.³⁰ Outro aspecto que não podemos deixar de mencionar é o total desrespeito aos direitos humanos, ferindo tratados internacionais e levando muitas pessoas presas, em sua maioria à torturas terríveis na Casa Azul, (centro clandestino de detenção e tortura de guerrilheiros, em Marabá no Pará), no caso da Guerrilha do Araguaia, e em tantos outros centros clandestinos onde se praticava tortura, espalhados pelo Brasil.

Dinalva, durante toda sua caminhada política, foi uma mulher forte e aguerrida, que lutou contra as injustiças sociais e o direito à igualdade, por isso, mesmo tantos anos após sua morte, seu nome traz à lembrança de todos e todas, o desejo de conhecer sua trajetória e fazer justiça à sua história. Segundo Nossa (2012), no período pós-conflito, a professora Edna, moradora de São Geraldo do Araguaia, foi confundida como irmã da militante. Por este motivo, ficou presa durante 85 dias, sofrendo diferentes humilhações e situações de cerceamento.³¹ O medo de uma possível continuidade de sua existência, não apenas de um foco guerrilheiro, mas da influência da militante causava grande temor, o que destaca ainda mais sua importância para o período e para a historiografia.

No livro *Dossiê Ditadura* consta que o coronel José Brant Teixeira, o doutor César, foi o responsável por levar Dina num vôo de Marabá para o ponto na selva onde teria

30 NOSSA, Leonêncio. **MATA!** O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia. São Paulo: Arquipélago, São Paulo: Companhia das letras, 2012, p. 400.

31 Cf. CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia... Op. cit.**

sido fuzilada, lembrando que o agente a perseguia desde sua atuação no movimento estudantil de Salvador (BA). Curió afirmou também, em entrevista ao jornal o Estado de São Paulo, do dia 4/3/2004, que a reunião que definiu a estratégia para a captura e execução do guerrilheiro Oswaldo Orlando da Costa e da guerrilheira Dinalva Oliveira Teixeira teria sido realizada com a presença do então presidente Emílio Garrastazu Médici.

Outra versão menciona a passagem de Dinalva pela Casa Azul, que teria sido testemunhada pelo Sargento do Exército João Santa Cruz Sacramento, que, em oitiva realizada pela Comissão Nacional da Verdade em 19/11/2013, alega tê-la visto presa naquele local e que Curió participou da sua prisão. Segundo relatos, ao ser presa, Dina teria cuspidido no rosto de Curió e mencionado o quanto haviam sido truculentos e covardes.³²

Entre as narrativas sobre a Dina do Araguaia, não poderiam faltar aquelas que tentam desqualificar não somente os homens militantes de esquerda, mas em especial as mulheres, que estavam, segundo os ditames para o feminino, em lugares que não eram seus. Segundo o Relatório Arroyo, o último registro sobre Dina remonta a 25 de dezembro de 1973. Já o segundo-tenente João Alves de Souza, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 20 de março de 2014, afirma que comandou o ataque à guerrilheira, logo após ela ter matado homens do seu contingente. O militar afirmou que Dinalva morreu metralhada e que estava grávida na ocasião, e, que num ataque de fúria teria matado Mundico, seu companheiro de luta. Portanto, segundo o relato de um militar, numa tentativa de desmerecer e desqualificar a guerrilheira, a transforma em traidora de companheiros e assassina. Tais visões tentam apequenar as ações de Dinalva,

32 Cf. NOSSA, Leonêncio. *MATA!... Op. cit.*

mulher, subcomandante e de enorme representatividade para o Araguaia, algo que neste breve texto tentamos destacar.

Considerações finais

As militantes/guerrilheiras foram revolucionárias em seu tempo. Além de combater a ditadura militar, rompiam com os padrões historicamente estabelecidos para homens e mulheres. Por este motivo e tantos outros, merecem um lugar digno na história. Dina foi uma jovem igual a nós. Sonhava com liberdade e democracia para todos, brasileiros e brasileiras, pagando caro por isso.

Em forma de homenagem a esta brava mulher, em 2009 foi fundado o Grupo Feminista Dina Guerrilheira, com mulheres associadas ao Centro de Direitos Humanos de Palmas (CDHP), no estado de Tocantins. O grupo que inicialmente debatia gênero e feminismo passou, posteriormente, a ter também atividades de formação política, propondo audiências, marchas etc. Em 2014 o nome do grupo foi mudado para Feminismo no Tocantins, mas continua com pautas que lutam por igualdade e representatividade feminina não apenas no estado, mas no país.³³ Outras homenagens a ela ficam por conta de seu nome em ruas de cidades do Brasil, como Salvador, São Paulo, Campinas/SP e Rio de Janeiro, algo relevante se pensarmos que em sua maioria os logradouros dos municípios são majoritariamente masculinos.

Se a história da ditadura que foi uma história de homens está para ser contada, a história das mulheres permanece na clandestinidade. Muitas brasileiras lutaram bravamente pela democracia e liberdade nas diversas organizações de esquerda existentes no Brasil. Contudo, estas mulheres cometiam dois pecados aos olhos da repressão: o de se insurgir contra a

³³ Para conhecer o grupo acesse: https://www.facebook.com/Feminismo-no-Tocantins-160336870725901/?tn-str=k*F Acesso: 05 nov. 2019.

política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado socialmente à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos. Faziam política, invadindo o espaço público, lugar culturalmente construído como espaço exclusivamente masculino. Assim, entendemos a importância do surgimento de estudos que problematizem a história e a presença das mulheres, não como meras espectadoras dos acontecimentos, mas como ativas em todo processo.

Este texto escrito nos idos de 2019, está inserido em um contexto no qual várias pessoas de países que passaram por ditaduras militares, estão se insurgindo contra as alianças destes mandatários com os Estados Unidos que, na época, financiou repressões e torturas. E, mais uma vez, mulheres estão na vanguarda como o movimento icônico das mães e avós da Praça de Maio na Argentina. No caso da história do tempo presente, a ditadura militar que no Brasil durou sofridos 21 anos, a disputa pela memória é uma disputa pela história. Michel Foucault, em suas obras, tenta nos mostrar que tudo aquilo que invocamos do passado passa por um intrincado jogo de relações de poder e saber que instituem verdades.

Mary Del Priori ao apresentar a obra *História das Mulheres no Brasil*, nos alerta que devemos compreender a história das mulheres não desconectada das épocas, ou como um simples campo que busca trazer visibilidade, mas, demonstrar que as mulheres sempre estiveram presentes nos mais variados períodos, existindo, resistindo e se resignificando a cada época. Pergunta ela, “para que serve a história das mulheres?”. Em seguida responde,

Para fazê-las existir, viver e ser, enfocando as mulheres através das tensões e das contradições que se estabeleceram em diferentes épocas, entre elas e seu tempo, entre elas

e as sociedades nas quais estavam inseridas. Mostrando como ela também fabrica a história da qual faz parte.³⁴

Sobre o protagonismo histórico das mulheres, em todos os países onde houve ditaduras elas lá estavam lutando. Assim como no Brasil, também na Argentina (que sofreu nas mãos dos algozes militares) a narrativa histórica está em dívida com elas, sendo escassas as indagações sob uma perspectiva de gênero. Segundo Karin Grammatico na apresentação da obra *História, gênero y política em los '70*, resultado de um evento em Buenos Aires,

hicimos por desentrañar las complejidades de esa militancia de las mujeres. Lo hicimos porque creemos, también, que la História es una arena de disputas em la que aquello que se instituye como objeto de la reconstrucción, depende em buena medida de para qué y para quién se investiga. Así, La búsqueda hacia del pasado de esas presencias femeninas no es sólo parte de una labor intelectual. Es, más bien, la consecución de um deseo de arrojar luz sobre nuestras propias presencias y nuestros propios lazos com esse pasado.³⁵

A Guerrilha do Araguaia deixou rastros de sangue, dor, violência e silêncios entre familiares de guerrilheiros/as camponeses/as e indígenas, que sofreram e morreram naqueles anos de chumbo. O sentimento de vazio não apenas no sentido sentencial de justiça, mas a procura dos corpos continua até hoje, entre eles o de Dina do Araguaia, do qual jamais foi encontrado ao menos um indício.

Como dizia Michele Perrot, tão longe quanto nosso olhar histórico alcança vê-se apenas a dominação masculina.

34 DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 9.

35 ANDÚJAR, A. et. al.. (org.). **História, gênero y política em los '70**. Buenos Aires: Feminaria, 2005, p. 16.

Como então elas poderiam pensar sua história? Trazer Dina do Araguaia neste pequeno relato é uma tentativa de libertar a história de sua narrativa androcêntrica e fazer justiça às mulheres guerreiras, que assim como Dina, tombaram por todas nós. Ainda que o silêncio paire sobre suas memórias, elas sempre estarão ecoando em cada novo ato que busque igualdade e uma vida livre de preconceitos e atos repressivos de qualquer natureza.

Referências

- ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e torturados**. 2. ed. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1968.
- ANDÚJAR, Andréa [et. all.]. (org.). **História, género y política em los '70**. Buenos Aires: Feminaria, 2005.
- BRITO, Antônio Mauricio F. **O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2008.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1997.
- COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- CORRÊA, Carlos Hugo Studart. **A Lei da Selva: Estratégias, Imaginário e Discurso dos Militares sobre a Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.
- DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- FARIAS, José Airton de. **Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72)** - Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- FERNANDES, Eliane Moury; ARAÚJO, Rita de Cássia. **Mulheres e militares: testemunhos sobre o golpe de 1964 no Nordeste**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2013.
- FERREIRA, E.F.X. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro:

Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada: as ilusões armadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

LUIZ, Janailson Macêdo. Memórias da ditadura na Amazônia oriental: experiências de mulheres e homens negros em tempos de guerrilha. **Anais do encontro nacional de história oral**. Campinas, São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1525143543_ARQUIVO_final.pdf. Acesso: 25 ago. 2019.

MECHI, Patrícia Sposito. A experiência guerrilheira do PC do B no Araguaia. In.: SALES, Jean R. (org.). **Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

MORAIS, Taís. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Editora Geração. 2005.

SANTOS, Andréa Cristiana. **Ação entre amigos: história da militância do PC do Brasil em Salvador (1965-1973)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, 2004.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

MOURA, Clóvis. **Diário da Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

NOSSA, Leonêncio. **MATA! O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia**. São Paulo: Arquipélago/ Companhia das letras, 2012.

PORTELA, Fernando. **Guerra de guerrilhas no Brasil**. 8 ed. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

TELES, Janaína de Almeida. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). **Revista História – Unisinos**, v. 18, n. 3, p. 464-480, setembro/ dezembro, 2014.

A CONSTRUÇÃO DO “TERRITÓRIO DO DESEJO” DA GRANDE VITÓRIA (ES): MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA FEMININA NOS ANOS DE 1960

*Maria Beatriz Nader
Mirela Marin Morgante*

Nos anos de 1960, o regime militar que governava o Brasil promoveu um intenso crescimento industrial e urbano do país, culminando com o chamado “milagre econômico brasileiro” ocorrido em finais da década e princípios dos anos de 1970. Para nortear o processo de expansão econômica, o governo ditatorial instaurou a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), com o objetivo de unificar as práticas Estatais nas mais diversas esferas da vida em sociedade, visando estruturar e legitimar as ações de normatização comportamental da sociedade brasileira. Os ideais de “ordem” e “progresso” que embasavam a DSN abrangiam não somente as esferas da economia e da política nacional, como também os âmbitos da geografia, da família, da educação e da subjetividade dos sujeitos sociais. A modernização do Brasil, caracterizada pelo aumento populacional, pela expansão da construção urbana, pela criação de infraestrutura energética e de transportes, pela industrialização e pela intensificação das atividades comerciais e portuárias, era acompanhada por discursos e práticas de controle, de regulação e de disciplinarização da população.

Segundo Ana Rita Fonteles Duarte, a proposta da DSN era atuar juntamente com as instituições sociais, como a família, a escola, a mídia, a Igreja e mesmo as empresas, para promover uma mobilização psicossocial na população que legitimasse as

ações do governo militar.¹ A defesa dos valores tradicionais de gênero², de família, de educação e de propriedade eram os parâmetros basilares da Doutrina e norteavam as práticas reguladoras junto às instituições civis. Era a partir da família nuclear, composta pela esposa recatada, passiva e cuidadora, e pelo marido, ativo, viril sexualmente e provedor econômico da unidade doméstica, que o modelo de identidade de gênero era construído pelos discursos de poder. Em contraposição, os “maus comportamentos” morais e sexuais, de mulheres e de homens, eram vistos como “um risco para a preservação da moral sexual e da estrutura familiar”, e como “uma das armas usadas pelos comunistas para degradar a sociedade tornando-a campo fértil para a disseminação de suas ideias”.³ Com esses argumentos, a ditadura civil-militar procurava normatizar as condutas e os pensamentos dos sujeitos sociais conforme os padrões de identidade fabricados. Assim, não obstante as modificações sociais e comportamentais frutos do crescimento industrial e urbano da sociedade brasileira, os discursos de poder procuravam incutir os ideais de gênero na população, estimulando-a, ao mesmo tempo, a aderir às novas formas de consumo criadas pelas indústrias emergentes no país.

Com um discurso conservador de família burguesa, apoiado na ciência e na moral cristã, o governo militar se

1 DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. *Diálogos*, v. 18, n. 1, p. 75-92, jan.-abr./2014.

2 Entendemos gênero no sentido de Butler, enquanto uma representação dos indivíduos pautada no sexo e produzida pelos sistemas jurídicos de poder como ficções reguladoras. Como ela explica, “a coerência interna do gênero e a estrutura binária para sexo e gênero são sempre considerados como ficções reguladoras que consolidam e naturalizam regimes de poder convergentes de opressão masculina e heterossexista”. Ver: BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016, p. 70.

3 DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar... *Op. cit.*, p. 79.

colocava como salvador da pátria, aquele que levaria o Brasil para o progresso, por meio da propulsão da economia nacional via capital estrangeiro. Para tanto, não somente as condutas e os pensamentos da população eram alvos dos discursos de normatização do poder público, como também as construções e as geografias urbanas. Foi nessa perspectiva que, no Espírito Santo, ao assumir a chefia do executivo estadual em 1967, Christiano Dias Lopes Filho implementou uma política de ordenação e higienização da capital do estado, Vitória, seguindo os ideais da DSN, qual seja, de defesa dos valores tradicionais da família burguesa. Ao mesmo tempo em que promovia a dinâmica de modernização econômica estadual, os poderes públicos produziam os espaços voltados para a habitação e o convívio das classes médias e altas capixabas, expulsando e marginalizando destes locais os sujeitos considerados como anomalia e uma verdadeira “doença social”, como era o caso das prostitutas. Particularmente a região do centro da capital⁴, que aglutinava atividades relacionadas ao Porto de Vitória, ao comércio e à indústria capixabas, e passava por uma expansão imobiliária residencial voltada para as classes mais abastadas, se tornou alvo prioritário das ações de higienização do poder público estadual.

Nessa perspectiva, a prostituição⁵, que até então prosperava em determinados territórios da região do centro

4 Na década de 1960, a cidade de Vitória ainda não era dívida em regiões e bairros, o centro era a principal área da capital. Atualmente, a região do centro abrange os bairros Centro, Fonte Grande, Piedade, Do Moscoso, Parque Moscoso, Santa Clara, Vila Rubim e Ilha do Príncipe. VITÓRIA, Prefeitura de. **Vitória em dados**. [s. d.]. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados_regiao/regiao_1/regiao1.asp>. Acesso: 20 ago. 2019.

5 O conceito de prostituição deve ser considerado em sua historicidade, como foi construído no século XIX a partir de referências médicas e policiais, para designar a comercialização sexual do corpo feminino em um período de crescimento urbano e de alargamento das relações sociais. Cf. RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

de Vitória, deixou de ser aceita socialmente e passou a ser perseguida pelas práticas de higienização do governo estadual. O ideal da medicina social brasileira, de cidade limpa, organizada e habitada por famílias burguesas “sadias”, colocado como oposto da cidade doente e miserável, estava presente nos discursos de poder que teciam estratégias de exclusão e de marginalização das prostitutas na área central da capital do Espírito Santo. A expulsão da indústria sexual⁶ da principal área urbana vitorriense foi, assim, decretada, e a região de São Sebastião, localizada no município da Serra, periferia da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e próxima ao recém-inaugurado Porto de Tubarão, foi delimitada para tanto. O território funcionou enquanto a mais importante região de confinamento do mercado sexual capixaba até princípios dos anos de 1980, quando iniciou um processo de decadência e o bairro passou a se chamar Novo Horizonte.

Tendo como parâmetro as memórias⁷ de Eny e de Solange, mulheres que atuavam no mercado sexual no centro da capital e com o fim da prostituição no local se direcionaram para São Sebastião, analisamos suas reações e produções subjetivas no processo de construção do “território do desejo”⁸

6 Os termos “indústria sexual”, “mercado sexual” e “mercado de corpos femininos”, são utilizados conforme Margareth Rago, fazendo referência à ampla rede de relações de poder que envolve o comércio sexual desde o século XIX, com o crescimento das cidades e das indústrias no país. Cf. RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite...** *Op. cit.*

7 Entendemos o conceito de memória conforme as várias direções evidenciadas por Henri Bergson, qual seja, a lembrança, a percepção, a afecção e o hábito, que, apesar de serem distintas, podem se entrecruzar e agirem num mesmo momento e gesto corporal. Cf. BERGSON, Henri. **Matéria e memória:** ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

8 Intitulamos a região de “território do desejo” em referência ao termo “território do prazer” de Rago (RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite...** *Op. cit.*), ao se referir às áreas prostitucionais paulistanas, mas modificando a palavra “prazer” por “desejo”, na medida em que entendemos o “desejo” no

da RMGV, nos anos de 1960, especialmente as suas formas de resistência ao poder disciplinador estatal. Para tanto, utilizamos a História Oral como fonte e método de pesquisa histórica, na medida em que compreendemos a necessidade, como salienta José Carlos Sebe B. Meihy, de incluir as vozes

das prostitutas no concerto analítico que preza seus testemunhos. Sob a pena de ser mais um ‘cruel silenciamento’, a historiografia, sem o protagonismo dos implicados nessa atividade, é passível de se tornar ‘outro’ – mais um – discurso autoritário.⁹

Particularmente, partimos do método da História Oral de vida, que se volta para as versões individuais dos fatos da vida, percorrendo a trajetória subjetiva do sujeito da análise. Esses relatos de memória estão sujeitos às contradições, imprecisões e ajustes característicos da fala e da lembrança, de maneira que as narrativas “apenas se inspiram em fatos, mas vão além, admitindo fantasias, delírios, silêncios, omissões, distorções”.¹⁰

É a partir das narrativas de Eny e de Solange sobre suas trajetórias singulares que adentramos no universo temático da construção de São Sebastião, comumente conhecido como Carapeba, que se seguiu à dinâmica de exclusão da prostituição do centro de Vitória. Ao estudar as subjetividades¹¹ das entrevistadas, por meio de suas próprias

sentido ampliado proposto por Félix Guattari, como toda manifestação e o sentimento da vontade de viver, de criar e de mudar. Cf. GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 261.

9 MEIHY, José C. S. B. **Prostituição à brasileira**: cinco histórias. São Paulo: Contexto, 2015.

10 MEIHY, José C. S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007, p. 34.

11 O conceito de subjetividade se refere ao processo contínuo de produção subjetiva, chamado de “subjetivação”, por meio dos efeitos de poder

narrativas de memória, as colocamos não somente como objetos, mas, sobretudo, enquanto sujeitas de sua própria história. Dessa forma, mais do que falar *sobre*, dialogamos *com* elas, procurando acompanhar a sutileza de suas lembranças, de seus silêncios, de suas omissões e das ênfases que colocam em determinados pontos de suas narrativas. Isso, visando compreender seus processos singulares de construção de subjetividades de resistência, em meio à rede de relações de poder no qual estavam inseridas. Para Michel Foucault, mais do que a repressão, o poder produz individualidades que, amiúde, alteram os termos das relações de força, construindo pontos de resistência e de subversão.¹² Nesse sentido, a proposta é entender como Eny e Solange construíram suas subjetividades em meio às ações e aos discursos de exclusão e de marginalização da prostituição por parte do poder estadual. Seus relatos de memória sobre os eventos ocorridos é que direcionam a análise, em uma aproximação subjetiva de uma história que é tanto singular, quanto totalizante, que diz respeito não somente às próprias entrevistadas, como também à História das Mulheres, das Relações de Gênero, do Espírito Santo e do Brasil.

Trajetórias de vida: a construção do “território do desejo”

Em 1967, tão logo Christiano Dias Lopes assumiu o cargo de governador do Espírito Santo, a Secretaria de

da configuração social vivenciada (Cf. GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica...** *Op. cit.* O conceito foi desenvolvido por Foucault, sobretudo nas duas obras que dão sequência à “História da sexualidade I: a vontade de saber”, visando mostrar como o poder é vivido singularmente. Cf. FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984; FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III: o cuidado de si.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

12 FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Segurança Pública do estado, sob a chefia de José Dias Lopes, irmão do governador, convocou uma reunião com todas as donas de casas de prostituição do centro de Vitória para anunciar a determinação do executivo estadual em acabar com o meretrício nesta região da cidade. Conforme Eny, o encontro ocorreu na delegacia de polícia e reuniu todas as chefes de prostíbulo da região. Ela foi à reunião enquanto gerente da boate 130, da rua General Osório, pois a dona do prostíbulo não pôde ir. Na sua percepção, a reunião mostrou que a indústria sexual era “como se fosse uma empresa de alto escalão”, com grande prestígio e poder. No encontro, o secretário anunciou a determinação de que todos os bordéis da área central da cidade fossem fechados em, no máximo, 90 dias, incluindo a região da Volta de Caratoíra, a rua General Osório e os prostíbulos que existiam na Vila Rubim e na rua São João. Caso contrário, os policiais iriam se utilizar da força para efetivar a ordem do poder executivo estadual. O destino do meretrício da RMGV era o recém delimitado território de São Sebastião, também chamado de Carapeba ou Carapebus, pois se localizava próximo à praia de Carapebus, na Serra, voltado exclusivamente para o comércio de corpos femininos. Não por acaso, o local se situava perto do Porto de Tubarão, inaugurado em 1966, garantindo a clientela frequente de marinheiros e estrangeiros vindos do porto marítimo para a região, além dos homens da sociedade capixaba que já não contavam mais com os bordéis do centro da capital para se divertirem e socializarem entre si.

Por ocasião da construção do Porto de Tubarão, toda a área no entorno, na região de Carapina, foi loteada, incluindo a antiga fazenda São Judas Tadeu, parte da qual se tornou o bairro de São Sebastião. Os agentes imobiliários iam vender os novos lotes justamente nos prostíbulos do centro de Vitória, como relata Eny. Sabendo que as prostitutas e as donas de bordéis

se interessavam por áreas próximas de portos marítimos, os territórios de bordéis no centro da cidade se apresentavam como os locais apropriados para eles fazerem negócios. Ademais, talvez já fosse de conhecimento desses agentes o projeto de higienização da capital e da posterior expulsão do meretrício do centro da capital, e eles estivessem antevendo a futura delimitação de São Sebastião enquanto a nova “zona” prostitucional capixaba. O fato é que eles venderam os lotes da região para as prostitutas e as donas de boates de Vitória, que tinham interesse e dinheiro para investir na região.

Eny explica que, antes mesmo de o decreto baixado pelo executivo estadual, expulsando as prostitutas do centro de Vitória, ela já havia adquirido um terreno em São Sebastião, assim como outras prostitutas e cafetinas haviam feito. Quando a Secretaria de Segurança Pública anunciou para todas as cafetinas do centro de Vitória a decisão, muitas já contavam com seus lotes em São Sebastião. Contudo, para aquelas que enriqueciam cotidianamente com o comércio de corpos femininos no centro da capital, ir para São Sebastião, um área recém-loteada, sem saneamento básico, água encanada, iluminação pública, calçamento e ainda longe da área urbana vitoriense, significava um rombo em seu faturamento, um prejuízo sem medida. Por isso o repórter policial Pedro Maia, em entrevista à reportagem televisiva “São Sebastião dos boêmios”, em 1976, menciona o protesto e a recusa de algumas proprietárias de boates do centro de Vitória em aderir à ordem policial e abandonar as suas lucrativas casas de prostituição na capital do Espírito Santo.

Mas, se para as cafetinas de sucesso de Vitória, a mudança para São Sebastião simbolizava um retrocesso, para aquelas que ainda não tinham uma posição de destaque na indústria sexual capixaba, a configuração de uma nova “geografia do prazer” na RMGV significou uma possibilidade

de ascensão social no mercado de corpos femininos. Assim que a ordem de expulsão foi dada, Eny, que já contava com um terreno em São Sebastião, só precisou providenciar a instalação de uma casa para inaugurar seu próprio prostíbulo na região. Faltando cerca de 90 dias para ser obrigada a sair definitivamente do centro da cidade, ela narra que, por sorte, uma empresa de Curitiba estava expondo casas pré-moldadas para a venda em uma galeria do centro de Vitória. As moradias eram feitas de friso, em tamanhos que variavam de 45m², 50m² e 60m². Eny e uma amiga, Yolanda, compraram uma casa cada uma, para colocarem em seus terrenos em São Sebastião e transformar em bordéis. Eny escolheu a casa maior, que contava com 3 quartos, sala, cozinha, banheiro e ainda uma varanda com telha colonial. Um de seus namorados, um abastado fazendeiro de cacau do município de São Mateus, no norte do estado, arcou com a compra do imóvel e, em aproximadamente 8 dias, a casa de Eny estava montada em São Sebastião, quase pronta para atender os clientes.

Além da residência de Eny, logo estavam erguidas no “território do desejo” a boate Atlântica, a mais luxuosa de Carapeba, feita já com tijolos, de propriedade de Dinorá, antiga dona da Casa Verde, na Volta de Caratoíra, a boate Patiá, feita de palha, de propriedade de Elza Pernambucana, que antes era inquilina de Dinorá na Casa Verde, a boate de Yolanda, também pré-moldada de friso, a boate 92, feita de tábuas de taipa, de propriedade de Vera, antiga inquilina do bordel 92, da rua General Osório, e a boate feita de tábuas de Elza Mendes, que também trabalhou no bordel de Dinorá, na Volta de Caratoíra. Foram cerca de 6 boates, construídas com palha, tábuas de madeira, friso ou mesmo com tijolos, que marcaram os primórdios da região de prostituição de São Sebastião, em 1967.

Com exceção de Dinorá, que já era estabelecida enquanto cafetina de um bordel extremamente lucrativo na região central de Vitória, as demais mulheres, que antes eram prostitutas ou gerentes de bordéis na capital, ascenderam na indústria sexual da RMGV tornando-se proprietárias de boates em Carapeba. Ou seja, o poder repressivo estatal, para além de seu caráter violento e truculento, produziu efeitos de reação singular que deslocaram seu objetivo primeiro e tornaram-se potência e resistência para algumas mulheres que encontraram possibilidades de ampliar suas expectativas e seu poder, com o fim do meretrício no centro da cidade, como foi o caso de Eny, Yolanda, Elza Pernambucana, Elza Mendes e Vera. Já Aurora Gorda, uma conhecida cafetina que enriquecera com a exploração sexual na Volta de Caratoíra, parece que não teve o mesmo sucesso em São Sebastião. Eny relata que ela chegou a comprar uma casa na região para fazer de prostíbulo, mas não teve êxito. Então, Aurora Gorda preferiu focar a sua atenção e o seu investimento na construção do Motel Rezende, no final da praia de Camburi, também próximo do Porto de Tubarão.¹³

Para as mulheres que ascenderam no mercado sexual com a construção de São Sebastião, por sua vez, é importante ressaltar que a tarefa não foi nada fácil. Quando os prostíbulos foram construídos no território, o bairro não contava com nenhuma infraestrutura para dar suporte as casas recém-instaladas na região. As estradas que davam acesso ao bairro eram de barro, que viravam lama quando chovia. Apesar da casa pré-moldada de Eny ter ficado logo pronta, não era possível começar a utilizá-la ainda, por problemas estruturais. A nova cafetina precisou providenciar imediatamente a construção de uma fossa séptica para dar vazão ao esgoto produzido na casa e um poço artesiano, com uma bomba

¹³ TUDO à meia luz. **Espírito Santo Agora**, Vitória, n. 40, p. 5-7, set. 1980.

potente, para retirar água do subsolo e abastecer a residência. Com isso, a casa tornou-se habitável e Eny trouxe entre 8 e 10 meninas que trabalhavam como inquilinas¹⁴ da boate 130, na rua General Osório, para serem suas inquilinas em Carapeba. Com a expulsão do centro de Vitória, as meninas não tinham muitas alternativas se não irem para outros prostíbulos que lhe parecessem mais vantajosos. E foi isso que fizeram. Algumas foram com Eny, outras para as demais boates de São Sebastião, e outras foram para diferentes locais na RMGV.

Carapebus, entretanto, era a região de comércio sexual mais promissora, construída pelas próprias prostitutas. Como salienta Eny,

Quem comprou isso aqui? Quem fundou isso aqui? Foi as prostitutas. Não foi as famílias não, as famílias foram vindo depois, se encostando, né? Se chegando. Que onde tem prostituta tem família, tá? De verdade. Porque a maioria vive disso. Baixa renda, né?

Para a cafetina, não foram as famílias que fundaram São Sebastião, não obstante Novo Horizonte hoje ser um bairro familiar, e sim as prostitutas. Foram elas, incluindo Eny, as responsáveis pela construção e fundação do território e, posteriormente, com o crescimento do comércio da região, outras pessoas e famílias foram se estabelecendo no local.

Não obstante as dificuldades iniciais, logo o bordel de Eny passou a ser frequentado por homens da alta sociedade capixaba, como juízes, advogados, políticos, policiais e fazendeiros. Durante a noite, dada a falta de energia, a cafetina acendia lampiões para clarear o ambiente, a geladeira era mantida ligada com o uso de querosene e Eny mandava trazer

¹⁴ Inquilina é o termo utilizado por Eny para se referir às meninas que viviam e trabalhavam nos prostíbulos, ou seja, elas se prostituíam e habitavam no mesmo local, o que era comum nos bordéis.

gelo de Vitória, que vinha dentro de latões, com pó de serra misturado, para tardar a derreter. Assim, com muito improviso e agilidade, a cafetina ia mantendo o seu negócio e retirando já bastante lucro com as suas inquilinas e a venda de bebidas na sua boate. Tamanho foi o sucesso de sua primeira boate que, já em 1968, Eny decidiu comprar uma casa construída recentemente em um terreno na frente de seu prostíbulo, para transformar no bordel que se chamaria Veneza. Ela conta que havia adquirido um apartamento na Praia do Suá, em Vitória, e trocou o imóvel pela nova residência em São Sebastião.

Inicialmente, a boate Veneza tinha apenas um pavimento e alguns quartos, mas logo se transformaria em uma grande construção de dois andares, com 45 suítes, um grande salão com copa e com o apartamento privativo da cafetina, ocupando todo o terreno de 900m². Na época, Eny era amante do então prefeito da Serra, Aldary Nunes¹⁵, que arcou com as despesas de reforma para aumentar a casa. “Ele não, a prefeitura”, de onde saíam os recursos que Aldary destinava à ampliação do prostíbulo de Eny. Segundo a cafetina, o amante mandou fazer uma estrada atrás do bordel, para, depois das 18 horas, os caminhões da prefeitura levarem material de construção para a sua obra, sem serem muito notados pela população local. Ela acrescenta que até mesmo a mão de obra utilizada na reforma era contratada pela prefeitura do município. A regalia acabou, entretanto, quando a esposa de Aldary encontrou os dois se divertindo juntos no carnaval, em Jacaraípe (Serra/ES), e o prefeito se viu obrigado a romper com a amante. Sem os recursos fornecidos pelo prefeito, Eny precisou arcar com o término da reforma da Veneza e, para desembolsar o mínimo possível, colocou seu filho, então com cerca de 11 anos, para auxiliar na reforma trabalhando como servente de pedreiro.

15 Aldary Nunes foi prefeito da Serra de 1973 a 1976, eleito pela legenda da Arena. Cf. BORGES, Clério José. **História da Serra**. 3 ed. Serra: Editora CTC, 2009.

O menino vivia com a avó no bairro vizinho à São Sebastião, em São Diogo, exercia as atividades no prostíbulo da mãe e voltava para a casa diariamente.

Antes, a mãe e o filho da cafetina moravam em um apartamento de sua propriedade na Enseada do Suá, bairro nobre de Vitória, mas, ao trocar o imóvel pela residência que seria reformada para se transformar na grande boate Veneza, Eny precisou alugar uma casa para ambos, agora perto dela. O pai de Eny havia falecido pouco tempo antes, com 45 anos, por conta de um câncer na garganta, ainda quando a cafetina tinha somente o primeiro bordel em Carapeba. Desde então, a mãe não se casou novamente e vivia dedicada ao lar. Não gostava do ofício da filha, mas tampouco interferia em seus negócios. Só não se atrevia a entrar na região de São Sebastião, preferia se manter no bairro vizinho, alheia às atividades exercidas e administradas pela filha. Eny mantinha um contato constante com a família. Arcava com todas as despesas da mãe e mantinha o filho e os irmãos por perto.

Um de seus irmãos chegou a trabalhar diretamente com ela na administração da Veneza, e duas de suas irmãs, depois de terem seus matrimônios desfeitos, tornaram-se inquilinas de Eny por certo tempo, escondidas da mãe, que não aceitava a situação. Seu filho, adquirida a maioridade, também ajudou a mãe na administração de suas boates. Enfim, Eny construiu um grande império na indústria sexual de São Sebastião, empregando seus familiares e garantindo renda para uma grande rede de pessoas que atuavam nas atividades relacionadas aos empreendimentos da cafetina. Ela chegou a contar com um total de 3 prostíbulos na região, 5 pontos de táxi no Porto de Tubarão, além de outros imóveis em Vitória e na Serra, que foi comprando no decorrer do tempo. Eny só interrompeu o processo de expansão de seus negócios, quando o movimento de clientes do território diminuiu, a partir de

meados da década de 1970, e ela já não conseguia mais ter o lucro de outrora. Foi a partir daí que a cafetina começou a parar de construir e expandir seus negócios em Carapeba, enfrentou algumas decepções e procurou outras formas de continuar tendo vultuosos lucros com o mercado sexual.

Em finais dos anos de 1960, contudo, enquanto Eny iniciava a construção de si mesma e do território existencial de São Sebastião, Solange atuava como inquilina da boate Casa Nova, de propriedade de Cigana, em Jardim Camburi, último bairro da cidade de Vitória, construído recentemente, na divisa com o município da Serra. Ela se mudou para o prostíbulo com o fechamento das boates do centro de Vitória. Entretanto, as investidas policiais no prostíbulo eram constantes e a clientela estava cada vez mais escassa no estabelecimento. Ciente da fama de Carapeba e visando ganhar mais dinheiro, Solange, então, foi para o “território de desejo” da RMGV, especificamente para a Veneza, a segunda boate de Eny. Ela narra que chegou na boate por intermédio do seu “homem”, como se refere ao seu amante/namorado, que na época era taxista e trabalhava para a cafetina fazendo viagens pela RMGV. Em 1968, Solange tornou-se inquilina da boate de Eny, que ainda não contava com a estrutura, a amplitude e o movimento de clientes e de prostitutas que teria nos anos seguintes. Quando Solange ali chegou, o bordel ainda era pequeno, situado em uma região ainda pouco habitada e construída. Em questão de pouco tempo, outros prostíbulos, dormitórios, bares, restaurantes, lanchonetes e diversos tipos de comércios se estabeleceriam na região.

Dada a experiência prostitucional anterior, Solange chegou na boate de Eny com as roupas e os calçados usados para atuar no mercado sexual e, por isso, não contraiu nenhuma dívida com a cafetina. Ela explica que Eny buscava a maioria de suas inquilinas no estado da Bahia e, chegando no bordel,

providenciava as vestimentas e todo o adorno necessário para elas começarem a exercer o ofício prostitucional logo na mesma noite, no salão da Veneza. Assim que as meninas faziam os primeiros programas, precisavam quitar a dívida com a cafetina, relativas ao embelezamento que fizeram para poderem trabalhar na boate. Solange, contudo, explica que foi para a “geografia do prazer” da RMGV arcando com os custos da viagem e com suas próprias vestimentas, portanto, não devia nada à cafetina.

Importante ressaltar como Solange faz questão de se diferenciar das demais prostitutas de São Sebastião e de se colocar em posição de independência em relação à Eny. Ao contar da chegada na boate Veneza, referindo-se à antiga cafetina, ela comenta: “aquela velha muxibenta. Mas ela era linda, linda, parecia uma bonequinha de louça. Como a pessoa acaba, né?” Por meio da depreciação da imagem de Eny, da afirmação de sua autonomia diante da ex-cafetina e da diferenciação que estabelece com relação às outras prostitutas, Solange constrói sua memória enquanto sujeita de sua própria história, produz seu presente como resistência às estratégias de submissão que enfrentou durante a vida. Tanto quanto Eny, que, por ter sido proprietária de boates em São Sebastião e ter ascendido no mercado sexual, Solange foi sujeita ativa no processo de construção do “território do desejo” da RMGV, uma vez que também produziu este território.

Apesar de não ter tido uma posição hegemônica de poder e de prestígio na indústria sexual de Carapeba, Solange produziu uma rede de relações sociais ao redor de si mesma e se articulou de diferentes formas, em múltiplos espaços, construindo tanto a sua própria subjetividade, quanto atuando na produção da subjetividade coletiva de São Sebastião. É isso que ela afirma a todo instante em suas narrativas e em suas percepções do passado, que são guiadas por sua intenção

atual de ser ativa, viva, potente e, se mesmo assim se sente atualmente velha e pecadora, mostra que não é tão diferente das suas antigas colegas de profissão, na sua opinião, tão ou mais velhas e pecadoras do que ela. Falando que Eny está velha e perdera a beleza, é como se Solange desculpasse a própria condição, afinal, se mesmo Eny que era “linda” ficou dessa maneira, com ela não poderia ser diferente.

Considerações finais

Cada uma à sua maneira, em seu período específico, Eny e Solange não somente produziram suas próprias subjetividades, como também construíram São Sebastião. Elas foram alvos diretos das políticas higienistas implantadas na região central de Vitória, de forma que as práticas e os discursos de poder atuaram na construção de suas subjetividades enquanto positividade, elas vivenciaram o novo território prostiucional com o desejo de melhoria de vida, de ampliação dos seus poderes, da criação de redes de afeto e de solidariedade. Elas sentiram os efeitos das relações de poder e reagiram a eles, indo para o território, na esperança de melhorarem de vida. Ambas criaram suas próprias redes de relações sociais e de poder, seus próprios mecanismos de aceitação e de afeto por si mesmas, suas próprias formas de lidar com suas lembranças e as diversas situações que vivenciaram. Em suas singularidades, elas produziram a subjetividade coletiva de Carapeba, elas construíram o território junto com todas as mulheres que viveram e trabalharam cotidianamente no “território do desejo” da RMGV.

E, afinal, o que é construir se não um processo subjetivo, que só termina quando acaba para cada individualidade, que é vivido na intimidade afetiva? Não se trata aqui de estipular a construção de São Sebastião por um viés externo

e determinista, com uma datação precisa que marcaria o fim desta etapa e o início de uma pretensa etapa seguinte, quando o território já estaria construído e consolidado, pronto para ser vivido pelos “objetos” de pesquisa. Diferente disso, entende-se que este momento de construção de Carapeba foi vivido de maneira singular por cada mulher entrevistada, com diferentes datas e processos de início e de fim da construção de São Sebastião, ou melhor, da construção delas em e com São Sebastião. Por isso, o começo e o término do período de construção de Carapeba estão presentes nas memórias de Eny e de Solange de diferentes maneiras, em conformidade com as lembranças de cada uma delas.

A produção da região enquanto um “território do desejo” da RMGV, não deve ser vista somente em termos da configuração de uma nova geografia do desejo masculino, onde os homens puderam vivenciar uma diversidade de práticas sexuais, mas, sobretudo, como um espaço do desejo das mulheres que iniciaram e deram continuidade à produção subjetiva e material do local. Entendendo o desejo de maneira forma ampliada, à maneira de Guattari, como “todas as formas de vontade de viver, de vontade de criar, de vontade de amar, de vontade de inventar uma outra sociedade, outra percepção de mundo, outros sistemas de valores”,¹⁶ as memórias de Eny e de Solange mostram o quanto a construção de Carapeba significou para elas a vazão de seus desejos mais íntimos, sua vontade de poder, de independência e de integração social. É nesse sentido que elas construíram geográfica e afetivamente São Sebastião, de forma individual e coletiva, como um lugar de esperança, de resistência e de poder.

Entretanto, no decorrer de suas lembranças, o lugar se mostrou também como um espaço de desilusão, de violências, de sonhos desfeitos e de submissão. Aí termina, para elas, a

16 GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica...* *Op. cit.*, p. 261.

construção do “território do desejo” da RMGV, quando, depois da euforia inicial presente nas memórias da chegada das entrevistadas em São Sebastião, as narrativas cedem espaço para o desencanto e as dificuldades aparecem. A partir desse momento, considera-se que finda a etapa de construção de Carapeba para cada uma das sujeitas da pesquisa e começa, a partir de então, outro momento de construção, mas agora não mais de um território desejado por elas, carregado de sonhos e de esperanças, e sim de um espaço que se tornou a sua realidade, repleto de contradições e de decepções, que suscitam nelas, constantemente, reações e resistências, em prol do afeto por si mesmas.

Referências

Fontes

ENY. **História oral de vida**. 2019. Entrevista concedida a Mirela Marin Morgante, Vitória, 27 nov. 2019.

SÃO SEBASTIÃO DOS BOÊMIOS. Direção: Amylton de Almeida. Produção: TV Gazeta do Espírito Santo. Vitória, TV Gazeta, 1976. 1 DVD (42 min), son., color.

TUDO à meia luz. **Espírito Santo Agora**, Vitória, n. 40, p. 5-7, set. 1980.

VITÓRIA, Prefeitura de. Vitória em dados. [s.d.]. Disponível em: http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados_regiao/regiao_1/regiao1.asp. Acesso: 20 ago. 2019.

Bibliografia

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BORGES, Clério José. **História da Serra**. 3 ed. Serra: Editora CTC, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismos e subversão da identidade. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. **Diálogos**, v. 18, n. 1, p. 75-92, jan.-abr./2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 261.

MEIHY, José C. S. B. **Prostituição à brasileira**: cinco histórias. São Paulo: Contexto, 2015.

MEIHY, José C. S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MORGANTE, Mirela Marin. **Memórias da prostituição**: território, poder e resistências em São Sebastião. Serra-ES (1960-1980). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

MORGANTE, Mirela Marin. **“Se você não for minha, não será de mais ninguém”**: as denúncias registradas na DEAM/Vitória-ES (2002-2010). Vitória: Editora Milfontes, 2019.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. 2 ed. Vitória: EDUFES, 2001.

NADER, Maria Beatriz. **Paradoxos do progresso**: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho. Vitória: EDUFES, 2008.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NORMA BAHIA PONTES E RITA MOREIRA: DAS EXPERIMENTAÇÕES VIDEOGRÁFICAS AO OLHAR LÉSBICO BRASILEIRO

Maíra Tristão Nogueira

Maura Castanheira Grimaldi

Rita Moreira (São Paulo, 1944) e Norma Bahia Pontes (Salvador, 1942-2012) são uma dupla de diretoras-documentaristas que no auge da ditadura militar brasileira se autoexilaram nos Estados Unidos, especificamente na cidade de Nova Iorque. Norma Bahia formou-se em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, alcançando, no final da década 1960, uma importante reputação profissional como crítica de cinema, segundo Moreira da Costa,¹ e também como jornalista. Juntamente com outros críticos, interpretou o nascimento de uma nova estética cinematográfica do Cinema Novo Brasileiro.² Nesse contexto, escreveu uma das primeiras críticas da imprensa sobre os filmes de Glauber Rocha em 1968, intitulada *Cine y realidad Social* e publicada na revista cubana *Pensamiento Crítico*.³ Norma Bahia foi membra do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), fazendo forte oposição à ditadura; atualmente, Moreira a descreve como uma “esquerdista”. Enquanto isso, Rita estava mais ligada ao que a

1 COSTA *apud* ROSA, María. *Disidencias sexuales y video documental feminista en los años 70: Las cineastas brasileñas Rita Morena y Norma Bahia Pontes pioneras en las denuncias sobre la opresión de las mujeres y la invisibilidad lesbica*. *Arte y Políticas de Identidad*, v. 16, jun. 2017.

2 *Ibidem*.

3 PONTES, Norma Bahia. *Cine y Realidade Social*. *Pensamiento Crítico*, Habana, n. 13, febrero de 1968. Interessante destacar, que ao pesquisar as revistas sobre a circulação do material sobre o *Nuevo Cine Latinoamericano*, essa foi a única publicação, até onde pudemos apurar, de uma mulher sobre o surgimento dos cinemas no subcontinente.

própria entende hoje como “revolução dos costumes”.⁴

A saída de Norma e Rita do Brasil, em 1970, foi marcada por um momento de endurecimento do regime militar através de decretos de leis que legitimaram a perda de direitos civis. Em 1968, menos de dois anos antes da partida da dupla aos Estados Unidos, foi elaborado o quinto Ato Institucional, conhecido como AI-5, que teve como resultado o fechamento do Congresso Nacional, em outubro de 1969, e também de Assembleias Legislativas estaduais, até a legalização de censura prévia à produção artística e intelectual, bem como à imprensa e meios de comunicação. Feria, portanto, diretamente as atividades com as quais a dupla estava ligada, lembrando da conexão que elas tinham com a imprensa: Rita Moreira trabalhava como jornalista antes e durante o período em que esteve no exterior, colaborando com jornais e revistas, tais como *Opinião*, *Realidade*, *Nova*, *Psicologia Atual*, *Globo*, *Time Life* e *Abril*.⁵ Apesar de não terem sido perseguidas em *stricto sensus* pelo regime militar, estavam decididas a migrar por não “suportarem mais o clima da ditadura”.⁶

Até 1978 elas viveram nos Estados Unidos, estabelecendo-se principalmente em Nova Iorque, onde frequentaram a *New School for Social Research*, sendo uma das primeiras estudantes de vídeo portátil da instituição.⁷ Em 1974, Bahia ganhou uma bolsa da *Fundação Guggenheim*⁸

4 Cf. MOREIRA, Rita. **Em conversa pessoal com as autoras**. Novembro de 2019.

5 Disponível em: <http://centrocultural.pagina-oficial.ws/site/eventos/evento/de-volta-a-militancia-underground-os-videos-de-rita-moreira-2/>. Acesso: 04 dez. 2019.

6 Cf. MOREIRA, Rita. **Em conversa pessoal com as autoras...** *Op. cit.*

7 Entrevista de Rita Moreira ao canal Guia Maria Firmina. Disponível em: <https://guiamariafirmina.com/rita-moreira/>. Acesso: 02 dez. 2019.

8 Trata-se de um célebre apoio financeiro oferecido todos os anos pela Fundação Memorial John Simon Guggenheim. O programa de financiamento tem mais de noventa anos e já contemplou inúmeros artistas.

e juntas fundaram a distribuidora independente *Amazon Media Project*. Os vídeos-documentários realizados durante esses anos compuseram parte da série *Living in New York*, organizada pela distribuidora. Estes trabalhos foram: *Lesbian Mothers*, 1972; *She has beard*, 1975; *The Apartament*, 1975/1976; *Walking Around*, 1976 e *On drugs*, 1977. Essas peças circularam por universidades, museus, centros culturais e espaços feministas com um objetivo ativista de conscientização.

Segundo Arlindo Machado, teórico, professor e pesquisador no campo das mídias, o trabalho da dupla pode ser considerado pioneiro no vídeo independente brasileiro.⁹ O uso da câmera portátil Sony Portapak possibilitou a artistas e ativistas sociais registrarem com mais frequência os seus trabalhos. Estas câmeras eram capazes de gravar imagens em preto e branco a partir de fitas magnéticas de ½ polegada, em rolo aberto, com duração aproximada de 30 minutos. A forma como as câmeras Sony foram projetadas possibilitou, aos poucos, um maior acesso a esses equipamentos, pois eram mais leves que os dispositivos anteriores, possuíam uma maior duração de suas baterias e gradativamente os preços tornavam-se mais acessíveis, em especial no contexto norte-americano. Segundo o pesquisador e professor Gilberto Alexandre Sobrinho:

Historicamente, do ponto de vista tecnológico, o vídeo surgiu após a televisão e antes das chamadas novas mídias, ao mesmo tempo em que seu desenvolvimento se embaralha com esses meios e com o cinema. A câmera Sony Portapak, lançada em 1965, parece ser mais um ponto de ancoragem didática, que um lugar definidor de uma origem.¹⁰

9 Cf. MACHADO, Arlindo (org.). **Made In Brasil**. Três décadas do vídeo Brasileiro. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007.

10 ALEXANDRE SOBRINHO, Gilberto. Vídeo e televisão independentes no Brasil e a realização de documentários. **Lumina Online**, v. 1, p. 1, 2014.

A respeito da perspectiva de cunho didático, cabe notar o alinhamento e a pertinência com a forma como as próprias autoras se posicionavam diante de suas produções. Em entrevista recente com Rita Moreira, a videasta argumentou que os materiais produzidos ao longo dos anos 1970 no exterior, bem como os produzidos *a posteriori* já em contexto brasileiro, jamais tiveram um propósito de circulação comercial, mas sim educativo. E completa, salientando uma certa modéstia técnica dos vídeos, dando ênfase ao seu conteúdo pedagógico e político.¹¹

As mulheres e as experimentações videográficas

A recente história desse dispositivo, que data de meados dos anos 1960, relaciona-se diretamente com uma intensa produção videográfica de cunho feminista. Nos Estados Unidos e Europa é marcante a profusão entre grupos de mulheres ativistas e/ou artistas que buscavam de variadas formas estéticas problematizar questões sobre o corpo, sexualidade, direitos civis e gênero. O surgimento desse aparelho coincide com o fortalecimento das políticas feministas e com a inclusão das mulheres no mercado de trabalho e na militância política, provocando um momento frutífero e numericamente expressivo das obras audiovisuais realizadas por mulheres. Os vídeos de Bahia e Moreira surgem nesse momento propício, acarretando uma aproximação direta e íntima com a câmera.

Alguns aspectos que salientam esse trânsito são constatados, por exemplo, na elaboração de festivais com foco de interesse, encontros de grupos ativistas, marchas e manifestações, e até programas acadêmicos¹² e artísticos

11 MOREIRA, Rita. **Em conversa pessoal com as autoras**. Novembro de 2019.

12 Entre eles o programa universitário *Feminist Art Program* (FAP) desenvolvido em 1970 pelas artistas Judy Chicago e Miriam Shapiro, um programa pioneiro nos Estados Unidos.

com foco exclusivo na pauta. Sem dúvida, a década de 1970 é uma chave importante para compreender as reivindicações e conquistas das questões feministas na cena norte-americana. Entre eventos de destaque, citamos o *New York Women's Video Festival*, ocorrido entre 1972 e 1980, e que contemplava peças de diferentes perfis, documentários, performance, instalação e outros. Segundo a curadora Abina Manning, podemos verificar nesse período as seguintes propensões discursivas dessas produções videográficas:¹³ reflexões sobre a autorrepresentação, o interesse em contestar ideias de verdade, originalidade, e frequentemente, o questionamento sobre padrões hierárquicos de uma sociedade ocidental patriarcal.¹⁴

Para além das condições materiais do equipamento, uma das discussões que cercava o dispositivo dentro da pauta feminista era o seu surgimento recente, caracterizando-se como uma mídia sem uma história constituída.¹⁵ Portanto, seria uma linguagem que ainda não estaria impregnada por um domínio de uma perspectiva e olhar masculino prévio ou cânones estabelecidos. A ideia de o vídeo ser um dispositivo com uma história a ser construída era recebida de maneira eufórica pelos grupos. Para além disso, a sua manipulação privilegiava estruturas reduzidas: era um aparelho capaz de ser operado por uma única pessoa, garantindo certa liberdade, conforto e segurança aos grupos e indivíduos, sem a necessidade de mediação.

13 Em texto de abertura do programa 'Looking in the mirror, i see me early women's video art from the vídeo data bank collection' ocorrida no Museu de Arte Contemporânea de Barcelona - MACBA em 2017, organizada pela diretora executiva do Vídeo Data Bank, Abina Manning. Disponível em: <https://www.macba.cat/en/looking-in-the-mirror-i-see-me-loop-2017>. Acesso: 10 dez. 2019.

14 *Ibidem*.

15 Sobre essa questão, ver Suzane Lacy (artista e professora norte-americana) em relato no catálogo Califórnia Vídeo: Artists and histories. Cf. PHILLIPS, Glenn. **California Vídeo: Artists and Histories**. Getty Research Institute, 2008, p. 155.

O contexto brasileiro - apesar de em uma escala mais reduzida de produção e massificação das pautas e articulações políticas como ocorrido nos Estados Unidos - não deixou de contemplar tais questões. A presença de mulheres artistas trabalhando com o vídeo no Brasil é algo que foi e é levado em consideração, diferentemente da realidade da indústria cinematográfica. A inclusão das mulheres no mercado do cinema foi tardia, só nos anos 1980 que as mulheres apareceram em maior número no posto de diretoras. Antes desse ano, elas encontravam uma grande dificuldade de inserção e, as poucas que conseguiram, tiveram de enfrentar diversos impasses, não conseguindo dar continuidade à carreira cinematográfica. Segundo Munerato e Oliveira, citadas por Karla de Holanda, a quantidade de diretoras de longa de ficção, até 1979, no Brasil, era de 15 cineastas e 21 filmes; sendo que alguns deles, como é o caso do filme *Os homens que eu tive* (1973), da diretora Tereza Trautman, recebeu dura censura, sendo liberado apenas nos anos 1980, comprometendo a carreira da diretora, que só realizou um longa-metragem ao longo da sua vida profissional.¹⁶

Na linguagem do vídeo, um grupo de mulheres artistas ganhou certa atenção pelas suas experimentações, sobretudo no que tocava mais especificamente o campo das artes visuais e os circuitos de museus e galerias. Entre os nomes mais lembrados estão Sônia Andrade, Analívia Cordeiro, Anna Bella Geiger, Carmela Gros, Letícia Parente, Regina Silveira e Regina Vater. Em 2013, a pesquisadora brasileira Talita Trizoli aproxima a produção de Bahia e Moreira à de Vater, e discorre sobre uma produção feminista durante a ditadura militar brasileira:

16 MUNERATO; OLIVEIRA *apud* HOLANDA, Karla. Cinema brasileiro (moderno) de autoria feminina. *In.*: HOLANDA. K; TEDESCO. M. (org.). **Feminino e Plural**: Mulheres no Cinema Brasileiro. Campinas: Papirus. Brasil, 2017.

Existe entre os trabalhos dessas artistas mulheres uma evidente convergência de proposições na crítica aos modelos de beleza e cultura reificados pela televisão, cinema, revistas e demais meios de comunicação no período, principalmente no modo como esses discursos “oficiais” moldam as subjetividades e a alteridade dos espectadores.¹⁷

Outra importante reflexão sobre o dispositivo, e que não circunscreve-se exatamente nas questões de gênero, diz respeito ao seu forte frescor discursivo e estético para as décadas de 1960 e 1970. Segundo a pesquisadora, crítica e curadora Christine Mello, o vídeo representava uma linguagem extremamente experimental, atribuindo um caráter vanguardista a essa ferramenta durante os anos 1970.¹⁸ Para Mello esta é uma linguagem que parte de sua condição híbrida, evocando a ideia de extremidade, desvio e estranhamento para entender esse suporte produtor de imagens técnicas que, a partir de então, seria o vídeo:

Como linguagem interdisciplinar, é capaz de expressar imagens e sons por se tratar de uma escritura do movimento e do tempo concebida por linhas (de varredura) e pontos (os pixels), dotada de textura, densidade e volume, e possibilitadora de novas relações entre espaço e tempo na arte. Sistema híbrido, o vídeo opera tanto sob a forma analógica quanto digital, na simultaneidade do tempo real, das múltiplas narrativas, espaços e pontos de vista, atuando na passagem dos ambientes imersivo e dos fluxos de artemídia.¹⁹

17 TRIZOLI, Talita. MAKINGL'AGE' de Regina Vater: alteridades femininas na videoarte brasileira. *In.*: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Desafios Atuais dos Feminismos, 2013, Florianópolis. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**. Desafios Atuais dos Feminismos, 2013, p. 9.

18 Cf. MELLO, Christine. Arte nas extremidades. *In.*: MACHADO, Arlindo (org.). **Made In Brazil**. Três décadas do vídeo Brasileiro. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2007.

19 MELLO, Christine. Arte nas extremidades... *Op. cit.*, p. 140.

Ao mesmo tempo em que Mello aponta para esse momento de efervescência artística diante desse novo aparato, discorre sobre certa dificuldade quanto à disponibilidade dessa tecnologia no contexto brasileiro, à época. Sobre essa questão, o curador Walter Zanini - figura central para se compreender a incorporação do vídeo nos circuitos artísticos brasileiros - alertava para os custos expressivos dos equipamentos no Brasil, mas também afirmava que “o seu barateamento nos países de tecnologia avançada, ou que desfrutam de acesso fácil ao instrumental necessário, é um indício de que pode haver sua disseminação em escala maior”. Igualmente lembrava do “terreno muito favorável nos Estados Unidos e no Canadá”.²⁰ Podemos pensar, portanto, que a produtividade da dupla, chegando a produzir uma série de documentários naquele momento, também relacionava-se com o seu contexto geográfico, o nova iorquino.²¹

20 ZANINI, Walter. Vídeo-arte: uma poética aberta. In.: MACHADO, Arlindo (org.). **Made In Brasil**. Três décadas do vídeo Brasileiro. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2007, p. 54.

21 A respeito dos circuitos de produção e profusão de materiais videográficos, é interessante observar a distinção que Yvana Fechini realiza em seu texto *O vídeo como projeto utópico de televisão* (2007). Ali ela comenta: “Enquanto, no Brasil, a primeira geração de artistas do vídeo se debatia para conseguir ao menos um gravador de vídeo portátil, nos Estados Unidos as emissoras públicas de televisão, graças às verbas de instituições filantrópicas e aos fundos do Public Broadcasting Service, PSB, mantiveram, ao longo de quase duas décadas, workshops, programas e laboratórios de investigação das possibilidades técnicas e potencialidades estéticas do suporte eletrônico. Nessas emissoras públicas, foram produzidos e veiculados alguns dos trabalhos mais marcantes da história da videoarte, como *Global Groove* (1973), de Nam June Paik, e *The Medium Is the Medium* (1969), um projeto de Fred Barzyk, que contava com a participação de vários artistas e que foi considerada a primeira antologia de videoarte transmitida pela própria TV. Abrigados, desde o fim dos anos 60, por canais como o WGBH (Boston) ou o WNET (NOVA YORK), artistas visuais, designers, músicos, performers, entre outros, tiveram a oportunidade de trabalhar, com engenheiros e técnicos, nos equipamentos de produção e pós-produção das emissoras, apontando estruturas possíveis de comunicação, novos formatos e usos mais criativos do próprio aparato da televisão broadcasting. Nos anos 80, vários dos artistas que foram beneficiados por esses programas de experimentação técnica e formal do vídeo já

O trabalho realizado no Museu de Arte Contemporânea de São Paulo – onde o mesmo Zanini encabeçou projetos, tendo sido diretor entre 1963 e 1978 – possibilitou a circulação de obras da dupla em ambiente nacional. Em 1977, Norma e Rita realizaram uma mostra dos seus vídeos no MAC/USP (Parque Ibirapuera). Segundo Cacilda Teixeira da Costa, as autoras “não pertenciam ao meio das artes plásticas, [e] mostraram vídeo-documentários polêmicos”.²² Essa exibição ocorreu, pois na época participariam da XIV Bienal de São Paulo,²³ entretanto, devido a problemas técnicos, não se integraram ao evento.²⁴ Com o acolhimento do MAC/USP, as artistas apresentaram, em outubro de 1977, as obras *Born in Prison* e *Looking for the Amazons*, o primeiro documentava em 30 minutos as relações sociais construídas com espécies de animais exóticos que foram domesticados, enquanto o segundo, durante quase uma hora, registrou a jornada da dupla à procura de indícios das amazonas no norte brasileiro.

A resenha veiculada no jornal *Folha de S. Paulo* daquele ano, citando a organizadora da exposição no MAC/USP, Cacilda Teixeira da Costa, deixa transparecer certo otimismo com relação à produção da dupla que “mostram como pode

apresentavam seus videoteipes como ‘trabalhos para televisão’”. Cf. FECHINI, Yvana. O vídeo como projeto utópico de televisão. In: MACHADO, Arlindo (org.). **Made In Brazil**. Três décadas do vídeo Brasileiro. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2007, p. 88.

22 A Curadora e pesquisadora, Cacilda foi coordenadora do Setor de Vídeo do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo em 1977 e 1978. Cf. TEIXEIRA DA COSTA, Cacilda. Videoarte no MAC. In: MACHADO, Arlindo (org.). **Made In Brazil**. Três décadas do vídeo Brasileiro. São Paulo: Iluminuras/ Itaú Cultural, 2007, p. 5.

23 Essa edição da Bienal guardava uma sessão exclusiva à videoarte. Ver catálogo - Fundação Bienal De São Paulo (1977). **XIV Bienal Internacional de São Paulo**: Catálogo. São Paulo: FBSP.

24 Informação presente na resenha “As vídeo-reportagens de duas amazonas” publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em São Paulo, no dia 16 outubro 1977.

ser um trabalho de vídeo bem realizado [...] [n]estes trabalhos sente-se o domínio das artistas sobre o equipamento”.²⁵

Quase um ano depois, em dezembro de 1978, a dupla voltou a apresentar trabalhos, dessa vez no I Encontro Internacional de Vídeo-Arte São Paulo com curadoria de Walter Zanini, ocorrida no Museu da Imagem e do Som (MIS) na capital paulista. Segundo o catálogo da exposição, as autoras apresentaram os seguintes vídeos: *Walking around* (1972-1976), *On drugs* (1977) e *Mulher e Raça* (1978).²⁶

A representação *queer* nos vídeos de Bahia e Moreira

O primeiro trabalho da dupla, *Lesbian Mothers*, de 1972, representou a *New School for Social Research* no I Festival de Vídeo de Tóquio. Tratava da questão da maternidade assumida por casais de mulheres lésbicas, que se separaram dos maridos para viverem juntas. Através de entrevistas, a obra abordava as próprias mulheres que fizeram essa escolha, aprofundando-se em suas experiências individuais e na relação com seus filhos. Paralelamente, as diretoras interpelavam transeuntes de Nova Iorque, a fim de criar uma montagem fílmica intercalada entre dois perfis distintos de entrevistados. Repleto de opiniões controversas sobre a maternidade entre lésbicas, *Lesbian Mothers* evidencia a invisibilidade e discriminação das relações homoafetivas entre mulheres. A primeira e a

25 TEIXEIRA DA COSTA, Cacilda. A video-reportagem de duas amazonas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 de outubro de 1977.

26 *Walking around*: vídeo-documentário da série *Living in New York*, abrangendo entrevistas de rua realizadas de 1972 a 1976, sobre a cidade de Nova Iorque (b/w- ½” open reel - sound), *On drugs*, 1977: vídeo-documentário da série *Living in New York*, sobre mulheres drogadas (b/w- ½” open reel - sound), *Mulher e Raça*, 1978: vídeo-documentário rodado no Rio de Janeiro, sobre o problema do preconceito sexual e racial específico das negras no Brasil. Câmera: Maria Leal (b/w- ½” open reel - sound)”, in Catálogo, I Encontro Internacional de Vídeo-Arte São Paulo no Museu da Imagem e do Som (MIS) de São Paulo, 1978.

última cena do filme é uma câmera sensível que acompanha casais de mulheres cujos corpos se entrelaçam ao som de Nina Simone interpretando *Just Like a Woman*, de Bob Dylan. A escolha de tal canção não é inócua, ela reforça o tom militante do documentário. A cena é imediatamente cortada para os discursos onde são relatados os medos e as homofobias vivenciadas pelos casais de lésbicas diante de uma sociedade heteronormativa. A invisibilidade desses casais também foi questionada por teóricas do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, apontando para uma crítica a determinadas correntes do feminismo.

Adrienne Rich no seu consagrado ensaio de 1980, *Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence*,²⁷ afirma que:

A teoria feminista não pode mais afirmar ou meramente declarar uma tolerância ao 'lesbianismo' como um 'estilo de vida alternativo', ou fazer alusão às lésbicas. Uma crítica feminista da orientação compulsoriamente heterossexual das mulheres já está longamente atrasada.²⁸

Rich critica a teoria feminista a partir de uma limitação de discurso dentro de uma perspectiva heterocêntrica, onde o problema não se resume à “desigualdade de gênero”, nem à dominação cultural e social por parte dos homens, tampouco ao “tabu contra a homossexualidade”, mas, acima de tudo, “o reforço da heterossexualidade para as mulheres como um meio de assegurar o direito masculino de acesso físico, econômico e emocional a ela”.²⁹ Ou seja, a instituição política que retira esse poder das mulheres é reconhecida

27 Foi traduzido em 2012 para o português como “Heterossexualidade Compulsória e existência lésbica” e publicado na revista *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*. Ver mais informações nas Referências.

28 RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Revista Bagoas*. n. 5, p. 22, 2010.

29 *Ibidem*, p. 34.

como heterossexualidade compulsória. Em contrapartida à institucionalização da heterossexualidade compulsória, Rich utiliza o termo *existência lésbica* ou *continuum lésbico* para descrever, ao longo da história, a contínua elaboração de significados para a existência e presença das lésbicas. A *existência lésbica* inclui rupturas de padrões contra um modo ordenado de vida. Além disso, pode ser considerado como um ataque direto e indireto ao direito masculino sobre a acessibilidade das mulheres.³⁰

Gayle Rubin, em 1975, aborda a institucionalização da família como unidade de poder para a proteção do capital masculino e das relações de poder e controle do gênero masculino sobre o feminino. O sistema sexo e gênero aparece como ferramenta cultural que regula os gêneros hierárquicos dentro de um mecanismo de poder. Nesse sentido, além de um gênero ser a identificação direta com um sexo, há uma obrigação do desejo sexual ser destinado para o outro sexo, ou seja, a

supressão do componente homossexual da sexualidade humana e, por consequência, a opressão dos homossexuais, é, portanto, produto do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres.³¹

O vídeo *She has a beard*, de 1975, é o trabalho mais conhecido de Bahia e Moreira e, talvez, um dos mais intrigantes. Na cidade de Nova Iorque, uma jovem dançarina feminista, Forest Hope, que decidiu não raspar os pêlos

30 RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica... *Op. cit.*

31 RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**. Notas sobre a Economia Política do sexo. Trad. de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993, p. 28. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1740519/mod_resource/content/1/Gayle%20Rubin%20trafico%20texto%20traduzido%20%286%29.pdf. Acesso: 02 dez. 2019.

faciais, gerando o crescimento da barba, sai pelas ruas com um microfone na mão, questionando mulheres de diferentes idades e classes sociais sobre suas opiniões a respeito da depilação facial. Nesse processo, Hope faz referência a si mesma. O trabalho traz à tona questões relacionadas à política das aparências e à imagem feminina construída para satisfazer um desejo masculino, tema que estava então em destaque no feminismo internacional, principalmente nos Estados Unidos.³²

Uma mulher com barba, transitando livremente pelas ruas, afronta as construções de gênero: o permitido, o proibido, o que rompe com o estabelecido, gera rejeição e até repulsa. Durante as entrevistas realizadas com os transeuntes, surgiram questões relacionadas à indeterminação de gênero, à heteronormatividade e à orientação sexual da bailarina. Interessante destacar a inversão dos papéis sociais explicitados no vídeo, ou seja, ao invés da “mulher barbuda” se excluir socialmente ou aceitar os padrões normativos, ela se torna sujeito ativo e autônomo, onde é apresentada como personagem principal da narrativa, com um microfone na mão, questionando a própria *performance*. Sobre esse trânsito funcional do indivíduo, entre o objeto e o sujeito, Arlindo Machado defende:

Não se trata mais de um vídeo ‘sobre’ a mulher barbuda, condição que marcaria a nossa distância e nos manteria imunes ao contágio do objeto exótico. Aqui, numa virada perturbadora, o objeto da investigação se torna também o sujeito da investigação, impedindo qualquer abordagem ridicularizadora.³³

32 MOREIRA *apud* ROSA, María. **Disidencias sexuales y video documental feminista en los años 70...** *Op. cit.*

33 MACHADO, Arlindo (org.). **Made In Brasil...** *Op. cit.*, p. 40.

Retomando a afronta à construção de gênero, ressaltamos aqui, que Judith Butler, ao questionar tal noção enquanto um conjunto regulatório rígido, e as identidades, como expressões dessa regulamentação, afirma a inexistência de um sujeito único por de trás das identidades. A autora chama a atenção para as constantes encenações das identidades, que só existem enquanto discursos. O conceito de *performatividades de gênero* seria as representações constantes, e incessantes, assumidas pelos sujeitos como forma de revelar essas identidades.³⁴

Pensar que diante do discurso já está prevista a dimensão construtiva dessas identidades e desses gêneros, ajuda-nos a entender porque, antes mesmo de acessar a obra, já temos um estranhamento morfológico ao ler o título *She has a beard*. A enunciação “ela tem uma barba”, dentro de uma perspectiva normativa, cria de antemão um curto-circuito na língua. Como o sujeito da oração, marcado pela terceira pessoa do singular flexionado no “gênero gramatical feminino”, levando em consideração uma gramática normativa, pode possuir uma “barba”, substantivo que faz referência (normativa) ao corpo masculino?

Dessa forma, quando Forest Hope assume a *performance* das identidades não fixas a partir do pêlo facial, a dançarina coloca em questão, tanto a ficcionalidade das identidades, como também o enfrentamento da sua própria imagem diante das exigências aos corpos femininos na construção de uma imagem idealizada de mulher. Como já citamos, o conceito de *heteronormatividade compulsória* demonstra as categorias de sexo-gênero como denominadores sociais de regulamentação da dominação e do poder dos homens sobre as mulheres.³⁵

34 Cf. BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Trad. Renato Aguiar. 13 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

35 Cf. RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência*

Produzido alguns anos mais tarde, o vídeo *The Apartment* de 1975/1976, difere metodologicamente dos dois primeiros, pois não possui as características de uma vídeo-reportagem, e sim relata o cotidiano de uma única personagem: Carol, uma dramaturga e taxista que reformou sozinha o seu apartamento. A obra opera como uma espécie de metáfora consecutiva da condição feminina. Na primeira cena, a personagem é apresentada com “a mão na massa”, manuseando pesadas ferramentas da construção civil. A personagem mostra-se como uma mulher independente, que na sua intimidade enfrenta estereótipos de feminilidade na reforma do seu próprio lar. Ao mesmo tempo, acompanhamos o seu trabalho de taxista, circulando pelas ruas de Manhattan, juntamente aos relatos sobre sua condição de mulher em uma profissão destinada ao universo masculino. Carol dirige seu carro da mesma forma que conduz suas identidades. Ela assume a performatividade de gênero de acordo com as exigências sociais, revelando-a provisória e em constante reconstrução. Como afirma Butler, o sujeito é entendido em constante processo, sendo a linguagem a responsável por construir as ações. Ou seja, a identidade de gênero é um eterno devir, sem início, meio e fim, diretamente relacionada às práticas discursivas que ressignificam constantemente esse percurso.³⁶

Como postula Karla Bessa na análise de *The Apartment*, é só no final do filme que Carol demonstra sua relação com o movimento feminista e das mulheres lésbicas.³⁷ Seu depoimento segue ambíguo, onde a personagem afirma se sentir dividida em participar do movimento: por um lado,

lésbica... *Op. cit.*

36 BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero...** *Op. cit.*

37 Cf. BESSA, Karla. Um teto por si mesma: multidimensões da imagem-som sob uma perspectiva feminista-queer. **ArtCultura**, v. 17, n. 30, 17 jun. 2015.

um sentimento de isolamento social e por outro, a sensação de pertencimento e acolhimento por uma determinada comunidade. Talvez, o encontro de Carol com o feminismo tenha sido a possibilidade de experienciar o *continuum lésbico* descrito por Rich, tanto a partir da conexão entre os aspectos da identificação das mulheres – como amizades, intimidades e companheirismos – quanto a percepção do erótico em termos femininos “[...] uma energia não apenas difusa, mas a ser”.³⁸

Considerações finais

Podemos dizer que o trabalho da dupla fortalece, em meados dos anos 1970, o que Claire Johnson chamou de *contra-cinema*, desenvolvido, posteriormente, por Laura Mulvey.³⁹ Mulvey conceitua o *contra-cinema* a partir da desestruturação de uma produção baseada no *Male Gaze* (olhar masculino), o controle dos códigos narrativos e a submissão da mulher (passiva) a esse olhar.⁴⁰ A partir da perspectiva do rompimento do *Male Gaze*, no qual o cinema tradicional se constituiu junto a esse “inconsciente da sociedade patriarcal”, novas linguagens e novas experiências cinematográficas seriam elaboradas. Um dos principais pontos seria a desconstrução desse “prazer visual” elaborado pelo cinema de Hollywood, que por sua vez poderia ser interpretado como a satisfação pura do ego masculino. Importante dizer que é necessário recontextualizar o conceito *contra-cinema* atualmente, até mesmo pelo fato de que a própria autora revisita o seu texto em tom autocrítico,

38 RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica... *Op. cit.*, p. 37.

39 Cf. MULVEY, Laura. Prazer Visual e o Cinema Narrativo. *In.*: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (org.) **Gênero, Cultura Visual e Performance**. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho; Edições Húmus. 2011.

40 *Ibidem*.

afirmando sua limitação de conhecimento no que concerne aos filmes produzidos fora do eixo euro-estadunidense.

Alguns anos mais tarde, na década de 1980, intelectuais e artistas norte-americanos começam a desenvolver a teoria do *New Queer Cinema*. A teoria nasce como resposta de insatisfação da comunidade LGBT às representações homossexuais no cinema tradicional que surgem no período dos anos 1980. Enfrentando a crise da aids,

a resposta da comunidade cinematográfica foi em grande parte fazer um cinema conciliador, que apresentava homossexuais, transgêneros e bissexuais como engrenagens da mesma sociedade de ‘todos nós’.⁴¹

Assim, cineastas e intelectuais questionavam a forma conservadora de representar a comunidade LGBT, dentro de um padrão estético e moral exigido por uma sociedade de consumo. A palavra “queer” em inglês, tem uma história de transições em seu significado, sendo utilizada para referir-se a questões da sexualidade apenas no século XX, e ressignificada sobretudo na década de 1980 por grupos identitários. Esse termo acabou sendo reapropriado; se em um primeiro momento conotava pejorativamente o “equivalente ao ‘viado’, ‘maricas’ e ‘bicha’ brasileiro”, logo passou a designar um termo autorreferenciado e transgressor do movimento, reivindicando força para si.⁴² De algum modo, e talvez um pouco ousado, poderíamos dizer que o *contra-cinema* de Mulvey relaciona-se com o *New Queer Cinema* do final dos anos 1980.⁴³ Ambos os conceitos tangenciam os trabalhos de Bahia e Moreira, que

41 LOPES, Denilson; NAGIME, Mateus. New queer cinema e um novo cinema queer no Brasil. In.: MURARI, Lucas; NAGIME, Mateus (org.). *New Queer Cinema*: cinema, sexualidade e política. Caixa Cultural, 2015, p. 12.

42 *Ibidem*, p. 12.

43 MULVEY, Laura. Prazer Visual e o Cinema Narrativo... *Op. cit.*

contemplavam imagens plurais e configuravam um desejo de representar sujeitos reais e corpos diversos. Assim, a dupla criou trabalhos polêmicos e desconfortáveis, levando-os para o centro do combate de uma sociedade conservadora.

Podemos dizer que a produção identitária da dupla vai além do cinema feminista dos anos 1970 e 1980 que, muitas vezes, atua como ficção reguladora de gênero como resistência aos modelos performáticos (assim como toda a produção teórica do momento que se utiliza da linguagem performática do gênero feminino para mostrar a submissão da figura da mulher no cinema, como papel *voyeurístico* para satisfação do ego masculino). Bahia e Moreira propuseram representar essas identidades múltiplas e em constante transformação que ultrapassam as fronteiras da orientação sexual das entrevistadas. Dessa forma, questionam as vulnerabilidades que estão marcadas nos corpos femininos frente a uma sociedade opressora.

Neste trabalho trouxemos como análise diferentes campos de estudos, igualmente fundamentais, para pensarmos um conjunto de obras da dupla: história da arte, cinema, arqueologia das mídias e estudos de gênero. O debate sobre a produção de vídeo como uma nova experiência de linguagem que surge nos anos 1970 é algo que está incorporado pelo próprio campo institucional das artes. A despeito dos conteúdos insurgentes apresentados pelas autoras, é notável a circulação de suas obras em espaços públicos tais como museus, galerias e espaços alternativos, mesmo dentro do contexto da ditadura militar. Diferentemente das novas mídias do período, o cinema mantinha estruturas de produção e economia já estabelecidas e se encontrava em um estágio de submissão às ordens do poder militar que acusavam essa produção de excessivo “cunho ideológico”. Será que se o trabalho dessas autoras fosse reconhecido dentro de uma

linguagem cinematográfica e circulasse por meios massivos em salas para médias e grandes audiências, ele teria sido impedido de circular no Brasil durante os anos de chumbo? Dificilmente essa questão poderia ser respondida. Mesmo com o fato dos vídeos não terem sido censurados, cabe lembrar os casos de perseguição às artes visuais durante a ditadura, como o da Bienal da Bahia em 1968, a violência militar contra o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro em 1969,⁴⁴ e que acarretariam nos episódios de boicote à X Bienal de São Paulo, além de outras exposições em Minas Gerais e São Paulo que foram reprimidas.⁴⁵ O fato é que é possível rastrear uma forte influência de outros contextos geopolíticos, tal como o norte-americano, como algo fundamental na trajetória, escolhas discursivas e estéticas da dupla, fomentando uma produção ímpar para a conjuntura política.

Ao mesmo tempo, nos anos 1970, teóricas que discutiam a imagem em movimento aparecem como peças fundamentais para analisarmos as categorias de gênero representadas por Bahia e Moreira, assim como as diversas críticas das teóricas feministas do cinema às produções cinematográficas anteriores. Por fim, podemos ressaltar como o próprio dispositivo foi decisivo para a articulação de grupos de militância, e a presença notável de artistas mulheres durante o período.

44 Este episódio marca o fechamento pelos militares de uma exposição com os artistas brasileiros que participariam da VI Bienal de Jovens de Paris.

45 Outros casos de perseguição podem ser lembrados, como o afastamento de professores da área artística na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o exílio dos críticos Ferreira Gullar e Mário Pedrosa, bem como a censura sofrida pelo artista Antonio Manuel. Cf. LOPES, Fernanda Cardoso. **Éramos o Time do Rei**: a experiência Rex. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

Referências

Artigos de jornais

TEIXEIRA DA COSTA, Cacilda. A vídeo-reportagem de duas amazonas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 de outubro de 1977.

Outras

CCSP. **De Volta à Militância Underground**: Os Vídeos de Rita Moreira. Disponível em: <http://centrocultural.pagina-oficial.ws/site/eventos/evento/de-volta-a-militancia-underground-os-videos-de-rita-moreira-2/>. Acesso: 04 dez. 2019.

GUIA MARIA FIRMINA. **Entrevista de Rita Moreira ao canal**. Disponível em: <https://guiamariafirmina.com/rita-moreira/>. Acesso: 02 dez. 2019.

MANNING, Abina. “Looking in the mirror, I see me early women’s video art from the Video Data Bank Collection”. **Museu de Arte Contemporânea de Barcelona - MACBA** em 2017. Disponível em: <https://www.macba.cat/en/looking-in-the-mirror-i-see-me-loop-2017>. Acesso: 10 dez. 2019.

MOREIRA, Rita. **Em conversa pessoal com as autoras**. Novembro de 2019.

Bibliografia

ALEXANDRE SOBRINHO, Gilberto. Vídeo e televisão independentes no Brasil e a realização de documentários. **Lumina**, Online, v. 1, p. 01-24, 2014.

BESSA, Karla. Um teto por si mesma: multidimensões da imagem-som sob uma perspectiva feminista-queer. **ArtCultura**, v. 17, n. 30, 17 jun. 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Tradução: Renato Aguiar. 13 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

HOLANDA, Karla. Cinema brasileiro (moderno) de autoria feminina.

In.: HOLANDA, K; TEDESCO, M. (org.). **Feminino e Plural: Mulheres no Cinema Brasileiro**. Campinas: Papirus. Brasil, 2017.

FECHINI, Yvana. O vídeo como projeto utópico de televisão. In.: MACHADO, Arlindo (org.). **Made In Brazil. Três décadas do vídeo Brasileiro**. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2007.

LOPES, Denilson; NAGIME, Mateus. *New queer cinema e um novo cinema queer no Brasil*. In.: MURARI, Lucas; NAGIME, Mateus (org.). **New Queer Cinema: cinema, sexualidade e política**. Caixa Cultural, 2015.

LOPES, Fernanda Cardoso. **Éramos o Time do Rei: a experiência Rex**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

MACHADO, Arlindo (org.). **Made In Brasil. Três décadas do vídeo Brasileiro**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007.

MELLO, Christine. *Arte nas extremidades*. In.: MACHADO, Arlindo (org.). **Made In Brazil. Três décadas do vídeo Brasileiro**. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2007.

MULVEY, Laura. *Prazer Visual e o Cinema Narrativo*. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (org.) **Gênero, Cultura Visual e Performance**. Edição: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. Edições Húmus. 2011.

PHILLIPS, Glenn. **California Vídeo: Artists and Histories**. Getty Research Institute, 2008.

PONTES, Norma Bahia. **Cine y Realidade Social**. Pensamiento Crítico, Habana, nº 13, febrero de 1968.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Tradução Carlos Guilherme do Valle. Revista Bagoas. N. 05, 2010, pp. 14-44.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**. Notas sobre a Economia Política do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

ROSA, María. **Disidencias sexuales y video documental feminista en los años 70: Las cineastas brasileñas Rita Morena y Norma Bahia Pontes pioneras en las denúncias sobre la opresión de las mujeres y la**

invisibilidad lésbica. Arte y Políticas de Identidad. Vol. 16/ jun. 2017.

TEIXEIRA DA COSTA, Cacilda. Videoarte no MAC. In: MACHADO, Arlindo (Org.). Made In Brazil. **Três décadas do vídeo Brasileiro**. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2007.

TRIZOLI, Talita. MAKINGL'AGE' de Regina Vater - alteridades femininas na videoarte brasileira. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** - Desafios Atuais dos Feminismos, 2013, Florianópolis. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismos, 2013.

ZANINI, Walter. Vídeo-arte: uma poética aberta. In: MACHADO, Arlindo (Org.). Made In Brasil. **Três décadas do vídeo Brasileiro**. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2007.

ANOS DE CHUMBO E VIOLAÇÕES DE GÊNERO: UMA RESPOSTA À RESISTÊNCIA DAS MILITANTES POLÍTICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Maria Beatriz Nader

Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine

A ditadura militar no Brasil (1964-1985) apresenta uma larga produção historiográfica. Todavia, é nítido o predomínio de uma ótica estritamente política e androcêntrica nas análises sobre os eventos e as memórias do período. Discussões sobre temas como o caráter militar ou civil-militar do golpe, a constituição e atuação do aparelho repressivo, a luta armada de enfrentamento ao regime e o movimento civil-democrático pela anistia – todos sob lideranças majoritariamente masculinas – são clássicas, sendo frequentemente revisitadas pelos pesquisadores. Enquanto isso, o debate acerca dos lugares ocupados pelas mulheres e aos quais elas foram submetidas em tempos de acirramento das práticas discriminatórias e violentas permanece minorado, sobretudo sob uma perspectiva das relações gênero. Marcelino endossa essa percepção ao pontuar que:

De fato, a memória construída sobre os anos da ditadura, de forma geral, tende a ressaltar somente a dimensão política [...] então existente. Na verdade, a época é lida, como um todo, sobretudo a partir da chave política. Questões como a sexualidade e o gênero e outras referidas ao plano comportamental, quando mencionadas, são tomadas apenas como epifenômenos de uma variante política fundamental.¹

1 MARCELINO, Douglas. **Subversivos e Pornográficos**. Censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011, p. 22.

Colling e Rago concordam que a narrativa histórica da ditadura militar é androcêntrica e política porque espelha claramente as posições normativas de gênero construídas no interior da sociedade patriarcal brasileira e reflete a própria interpretação histórica de cunho dualista.² Tal perspectiva dual considera o masculino como sujeito humano universal e, portanto, confirma o protagonismo dos homens no desenvolvimento do espaço público, na politização da vida cotidiana, na ocupação dos espaços de poder e dos lugares legítimos de fala, no monopólio do uso da violência. Por outro lado, reduz as mulheres ao silêncio do mundo público e político e as faz invisíveis nos arquivos públicos, oficiais, portanto, no relato histórico.³ A história oral funciona assim como uma espécie de revanche das mulheres.⁴

Nas últimas décadas, notam-se alguns avanços no sentido de romper com esse viés interpretativo político e androcêntrico. Esse esforço deve ser percebido na esteira de um movimento maior que se dá na dinâmica social: as lutas feministas, que eclodem a partir da década de 1970 nos Estados Unidos e em outras regiões do mundo – inclusive no Brasil em pleno contexto autoritário. As reivindicações das mulheres são mostradas às sociedades e, mais do que isso, a produção do saber histórico é impactada, alargando suas fronteiras, pluralizando seus sujeitos, objetos e métodos. A consolidação do feminino como campo de pesquisa e a expansão dos estudos sobre as mulheres a partir da ótica das relações de gênero são fenômenos intrinsecamente ligados às

2 Cf. COLLING, A. M. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro, Record/ Rosa dos Tempos, 1997; RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

3 Cf. PERROT, Michele. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos PAGU**, Campinas, n. 4, 1995.

4 Cf. *Idem*. Práticas da Memória Feminina. In.: BRESCIANI, Maria Stella Martins (org.). **A Mulher no Espaço Público**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

mudanças no arranjo social com a irrupção do feminismo.⁵

A partir desse movimento, muitas análises buscaram compreender o sujeito político feminino na ditadura militar, concentrando-se, principalmente, na participação feminina na resistência armada, na importância numérica nas organizações de guerrilha e na preponderância de algumas mulheres em postos de comando e na elaboração de estratégias e ações contra o governo, na não existência de uma proposta feminista deliberada.⁶ Não obstante sua relevância, essas discussões apresentam algumas limitações ao não explorar o tema a partir da perspectiva de gênero, desconsiderando as relações de poder entre homens e mulheres e os papéis sociais pré-determinados conforme o sexo, e ao deixar de ponderar sobre como as distinções estabelecidas para homens e mulheres impactaram nas tentativas de resistência ao regime e foram manipuladas pelo Estado autoritário na repressão.

Quando abordam a repressão da ditadura militar contra as militantes políticas, muitos estudos se utilizam dos conceitos tradicionais da sociologia política, como violência de Estado ou violência institucional. Percebem, assim, o Estado como um órgão central de controle social e detentor do monopólio legítimo da violência.⁷ Por essa ótica, deixam de observar a

5 SOIHET, Rachel. História das mulheres. *In.* CARDOSO, Ciro Flamarión; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 399-429.

6 Como exemplo ver: CARVALHO, L. M. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998; COLLING, A. M. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil...** *Op. cit.*; FERREIRA, E. F. X. **Mulheres, militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996; LIMA, R.R. **Mulher: brasileira e guerrilheira**. **Diálogos DH/UEM**, v. IV, n. 4, p. 203-217, 2000; RIDENTI, Marcelo. S. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990.

7 BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

violência contra as militantes como uma violência de gênero, ou seja, sofrida não somente pelo fato de serem mulheres atuando na resistência e se levantando na luta política contra um Estado despótico, mas por serem mulheres desafiando a hierarquia das relações sociais de gênero e ousando escapar do reduto privado e dos papéis sociais aos quais estão determinadas.

É preciso ir além, pois é pela perspectiva de gênero que se entende que a violência contra as militantes, cometida por agentes majoritariamente homens do Estado autoritário, emergiu da questão da alteridade. As violações não se resumiram somente a ações políticas com vistas à aniquilação do inimigo político, um indivíduo visto nas mesmas condições de existência e valor que seu perpetrador. Elas foram, sobretudo, motivadas pelas relações assimétricas de poder baseadas na condição de sexo. Portanto, a violência de gênero possibilita reconhecer que as violações são produzidas em contextos sociais e históricos específicos, nos quais a centralidade das ações violentas – físicas, sexuais, psicológicas, morais ou patrimoniais – incide sobre a mulher, no âmbito privado ou público. Esse tipo de violência concentra-se, historicamente, sobre os corpos femininos e expressa as desigualdades marcantes das relações hierárquicas de gênero, frutos da construção social.

Na cultura patriarcal brasileira, a construção social é bastante rígida e os mitos da virilidade masculina e da feminilidade funcionam como elementos substanciais na formação de homens e mulheres, dando suporte e fortalecendo as diferenças hierárquicas entre ambos.⁸ O patriarcado possui como paradigma a ideia de que os homens dispõem do poder

⁸ Cf. NADER, Maria Beatriz. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. Vitória: EDUFES, 2001.

de usar da violência para submeter as mulheres.⁹ Desde a extensa e rural família colonial e passando pela urbano-nuclear e burguesa do século XIX, esse sistema de divisão e hierarquização dos padrões comportamentais e sociais conforme o sexo sobrevive às inúmeras mudanças sociais no Brasil. Durante a ditadura militar, esse sistema de valores é duramente confrontado, uma vez que as ideias feministas ganharam corpo e influenciaram novos comportamentos – mesmo em pleno cenário contrário às manifestações sociais. A reação militar a essa ameaça foi conservadora, moralista, antifeminista e violenta.

Anos de chumbo e a violência de gênero como reação à resistência feminina

No governo do general Emílio Médici (1969-1974), as práticas violentas atingiram níveis altíssimos¹⁰, especialmente nos espaços compreendidos pelos militares como proliferadores do comunismo. Durante a agudização do conflito mundial da Guerra Fria, o comunismo tornou-se muito mais que um espectro e o anticomunismo experimentou um de seus momentos mais exaltados. No Brasil, ele serviu não apenas para justificar o golpe de 1964 e o rompimento brusco na ordem institucional republicana, mas para legitimar o recurso às práticas violadoras pelo regime imposto em seguida. As universidades, percebidas pelos militares como ninhos de recrutamento para subversão, em função do engajamento estudantil na resistência ao regime, figuraram

9 GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In.: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 293 -313.

10 Os dados oferecidos pelo relatório do projeto *Brasil: nunca mais* (1985, p. 64) mostram que o número de denúncias teve uma evolução nítida: subiu de uma média de 50, em 1967, e 85, em 1968, para 1.027, em 1969, quando Médici assumiu o governo, e 1.206, em 1970.

como alvos privilegiados da máquina repressiva e sofreram a instalação de mecanismos diretos¹¹ de vigilância e repressão.¹²

Nos chamados anos de chumbo, as práticas violentas adquiriram não somente caráter de política de Estado, mas instrumentaram o poder e a dominação baseada no gênero. Em função disso, é indispensável considerar o peso dos valores patriarcais e da ordem normativa de gênero para entender como a violência dos militares operou no controle social e na violação do corpo das militantes durante esse período. Carrera observa que a ditadura enaltecia uma única identidade feminina, estritamente relacionada ao patriarcado e cujas características as mulheres devem se ajustar.¹³ Essa representação do feminino é relacionada à identidade mariana, de mãe-esposa, fiel companheira, salvadora da pátria, grande mãe, e será acompanhada de uma série de mecanismos discursivos e de controle social, jurídico e, via de regra, repressivos que efetivarão a nova ordem de gênero. A ideologia militar, como expressão do masculino e com o poder do aparato do Estado em suas mãos, impôs um projeto de tutela sobre os corpos das mulheres, censurando sua expressão política e comportamental.

11 Além da imposição do Decreto n. 477, em fevereiro de 1969, que estabeleceu punições às “transgressões” de cunho político-ideológico cometidas por professores, alunos e funcionários nos campi, o governo Médici determinou, através do Ministério da Educação (MEC), a criação das Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI) no interior dos campi, a partir de janeiro de 1971. Segundo a documentação oficial, as Aesis universitárias eram órgãos subordinados aos reitores e encarregados de assessorá-los nos assuntos relativos à segurança nacional e informação. No entanto, elas estavam sujeitas a orientação normativa e de supervisão da Diretoria de Segurança e Informação (DSI) do MEC. Por vias indiretas, ao SNI.

12 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

13 CARRERA, Carolina. Un secreto a voces. *In.*: ZAVALA, Ximena (org.). **Memorias de ocupación: violencia sexual contra mujeres detenidas durante la dictadura**. Santiago: Fundacion Instituto de la Mujer/Humanas, 2005, p. 51-72.

Prova disso é a prática da tortura. Nela, transparência a assimetria de poder entre homens e mulheres, além da relação entre poder, corpo, gênero e ideologia.¹⁴ Em sua base, residia a noção patriarcal de que os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais e a autorização – ou ao menos a tolerância – para vigiar e punir o que se apresenta enquanto desvio, como pontua Saffioti.¹⁵ Desse modo, ainda que a tortura apresentasse métodos físicos e psicológicos padronizados de maus tratos, como os choques elétricos, as palmatórias, os afogamentos, os sufocamentos, os estrangulamentos, as simulações de fuzilamento, o telefone¹⁶, a geladeira¹⁷, o pau de arara¹⁸ e o impedimento de sono, comida e água, homens e mulheres eram violentados de maneiras específicas em função de seu gênero.

Conforme os apontamentos do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, as militantes políticas presas tiveram seus corpos encaixados em lugares tidos como ilegítimos da identidade feminina pelo modelo patriarcal: prostitutas,

14 SAPRIZA, Graciela. *Memorias del cuerpo*. In.: ANDÚJAR, Andrea; DOMÍNGUEZ, Nora; RODRÍGUEZ, María Inés. **Historia, género y política en los 70**. Buenos Aires, Feminaria, 2005.

15 SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 16, p. 115-136, 2001.

16 Técnica de aplicação de pancada com as mãos em concha nos dois ouvidos, ao mesmo tempo, que poderia levar ao rompimento dos tímpanos e à surdez. Cf. BRASIL. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014, p. 369.

17 Técnica de origem britânica em que o preso é confinado em uma pequena cela forrada com placas isolantes, sem orifício por onde penetre luz ou som externo. Um sistema de refrigeração alterna temperaturas baixas com temperaturas altas. Acendem-se, em ritmo rápido e intermitente, pequenas luzes coloridas, ao mesmo tempo em que um alto-falante instalado dentro da cela emite sons de gritos, buzinas e outros, em altíssimo volume. A vítima, geralmente despida, é mantida por períodos que variam de horas a dias, muitas vezes sem qualquer alimentação ou água. *Ibidem*, p. 372.

18 Técnica de suspensão do indivíduo através de um travessão de madeira ou metal, com pés e mãos atados, geralmente para aplicação de outras técnicas de tortura. *Ibidem*, p. 373.

adúlteras, esposas desviantes de seu papel, mães desvirtuadas. Ao mesmo tempo, foram tratadas a partir de categorias construídas como masculinas, a saber, força e resistência física, e conseqüentemente foram emasculadas. Essas mulheres estavam subvertendo seus papéis sociais tradicionais, ultrapassando os limites do privado e questionando a ordem política, ou seja, estavam subvertendo os padrões normativos do feminino e se aproximando do extremo oposto, o estereótipo masculino. Em função disso, habilitaram-se merecedoras de punição pelos militares – homens.

As violações de gênero psicológicas e morais incluíam ações de discriminação, desrespeito, rejeição, depreciação, humilhação, agressão contra sua idoneidade, acusações falsas, insultos, agressões verbais, difamação e injúria. Mas, talvez a mais cruel forma de violência contra as militantes presas foi a transformação de seus corpos em objetos. Os militares impuseram diferentes abusos contra os corpos dessas mulheres, sendo os mais comuns as agressões verbais de cunho sexual, o impedimento do acesso livre e privado ao banheiro, a nudez forçada, os choques elétricos nos seios, mamilos, vagina, as penetrações não consentidas, o sexo oral forçado. As militantes presas gestantes foram também submetidas aos abusos, existindo, inclusive, uma peritagem distinta na tortura de seus corpos, com a utilização de técnicas para evitar ou efetivar o aborto e a esterilização. Além da exposição aos inúmeros militares que imputavam as violações, essas mulheres ainda tinham o constrangimento e a dor potencializados ao serem abusadas, muitas vezes, na presença de familiares.¹⁹

Nos testemunhos das militantes universitárias presas, aparecem sistematicamente relatos de humilhações, maus-tratos e torturas com Referências explícitas ao fato de terem

¹⁹ Cf. BRASIL. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

se afastado de seus lugares tradicionais de filhas, esposas e mães, e ousado participar do mundo político, entendido como masculino. No depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade, a ex-militante da Dissidência Universitária de São Paulo, Maria Aparecida Costa, presa entre dezembro de 1969 e janeiro de 1970, trouxe à público a violência de gênero que a vitimou:

O simples fato, eu acho, de você estar no meio de homens, só homens. Só homens que têm sobre você um olhar, como eu diria? É o olhar que te.... Pelo fato de você ser mulher, também você percebe que há talvez, às vezes, uma raiva muito maior, eu não sei se é pela questão de achar 'por que uma mulher está fazendo isso? Por que uma moça está fazendo isso?' E é uma forma, talvez, muito de querer te desqualificar de todas as maneiras. Inclusive, o mínimo que você ouve é que você é uma 'vaca'. São as boas-vindas. É a maneira como você é chamado. E isso foi crescendo e eu acho que você se sente exposto e você é exposto, você enfim, se encontra diante deles de uma dupla maneira: você está inteiramente nas mãos enquanto ser humano e na tua condição feminina você está nu, você está à mercê, não é? [...]. Por ser uma mulher, eu acho que isso tem um peso terrível. Pela tua formação, pela formação social, ideológica. Por si já é uma exposição e aumenta ainda mais a tua exposição [...]. Normalmente você é educada e vista para proteger a sua feminilidade para que ela se exponha em outras situações.²⁰

Entre as militantes presas na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), os depoimentos concedidos à Comissão da Verdade UFES igualmente trazem à tona as nuances da violência de gênero praticada pelos militares.²¹ É

20 BRASIL. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014, p. 404.

21 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório**

preciso mencionar que, no período imediatamente anterior aos anos de chumbo, havia intensa mobilização política, efervescência cultural, experiências de trocas sociais e grande circulação de livros nas bibliotecas dos Diretórios Acadêmicos dos cursos da UFES, além de atividades culturais inéditas na capital Vitória. As militantes políticas universitárias experimentavam nos espaços de sociabilidade, participação nas atividades de luta pela autonomia da Universidade e de resistência contra a ditadura. Mas, com a chegada de Médici ao poder, a Universidade capixaba, sob a gestão do reitor biônico Máximo Borgo Filho, sofreu a instalação da AESI. Iniciava a mais intensa onda repressiva.

Em março de 1971, numa ação nacional de desmantelamento da “subversão” nas universidades, quatro estudantes da UFES foram detidos, entre tais Laura Maria da Silva Coutinho, do curso de Odontologia. Assim como outras militantes da Universidade que viriam a ser presas tempos depois, ela fora levada para o quartel do 3º Batalhão de Caçadores e submetida a torturas por agentes do Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Ordem Interna (DOI-CODI). Laura relatou que:

Fomos levados para o hospital militar. Fiz um exame de urina que comprovou que eu estava grávida e voltei do hospital militar com aquele resultado, na certeza que nada aconteceria comigo porque estava grávida [...]. Pela madrugada, não obstante eu tivesse esse documento que provava a gravidez, fui chamada e levada para o segundo andar, onde o meu companheiro João Amorim Coutinho estava sendo interrogado e também sendo torturado. Eles tentaram negociar com ele para que eu fosse poupada, desde que ele entregasse algumas pessoas, alguns companheiros que queriam. Quando ele se negou a fazê-lo, eles começaram a me torturar [...]. Eu fui torturada

com palmatória, choques elétricos na vagina, no seio e na língua. Fui colocada no pau-de-arara, só aguentei cinco minutos e desmaiei. Fiquei sendo torturada durante a madrugada toda. Na realidade, como não era organizada, não tinha muito que entregar, então o que a gente sentia era o sadismo dos torturadores. Dava para eles saberem que uma garota de 21 anos pouco teria para apresentar. Na realidade, o que eles queriam mesmo era exercitar o sadismo, o poder e o autoritarismo. Então, de madrugada, quando terminou essa sessão de tortura, eu não conseguia andar. Fui engatinhando, descendo as escadas para a cela e, nesse processo, os torturadores ofereciam uma arma. ‘Não quer se suicidar? Tem aqui um revólver, você não vai sair daqui com vida. Você pode resolver logo isso agora’.²²

Ex-aluna do curso de Medicina, a militante Maria Magdalena Frechiani fora presa em dezembro de 1972. Contou em seu testemunho que estava grávida à época. Apesar do fato, ficou juntamente com outras mulheres numa cela escura e sem banheiro, alimentou-se de comida perecida. Quando precisava ir ao banheiro, era acompanhada por dois militares, homens, e dois cães treinados para o ataque, que, ao comando da palavra “terrorista”, avançavam sobre seu corpo. Ela chegou a ser forçada a abortar sob o argumento de que ela e o bebê ficariam presos por muitos anos. Frechiani mostrou outra dimensão da tortura psicológica que sofreu ao relatar que, antes dos “interrogatórios”, faziam-na aguardar por horas a fio numa sala escura em que havia uma poltrona e uma grande fotografia do general-presidente Emílio Médici. Depois, perguntavam dezenas de vezes as mesmas coisas, coagiam-na para que fornecesse informações que não possuía ou nomes de pessoas que, inclusive, já haviam sido capturadas.²³

22 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório Comissão da Verdade UFES...** *Op. cit.*, p. 82.

23 *Ibidem*, p. 99.

A militante e ex-aluna do curso de Medicina, Elizabeth Madeira, também fora presa em dezembro de 1972. Em seu testemunho à Comissão da Verdade da UFES, relatou o marcante cenário do 3º Batalhão de Caçadores, local de sua prisão e de outras mulheres, onde “tudo era escuro, povoado por sujeitos horríveis e orientado a impressionar, a infligir sofrimento”. Elizabeth foi vítima de interrogatórios agressivos, em que era xingada com nomes como puta, vadia, vaca, e jogada contra um sofá por homens armados com fuzis. Assim como outras militantes presas, fora mantida numa cela sem banheiro constantemente vigiada por militares – homens – e era acompanhada quando precisava urinar ou defecar, o que imputava constrangimento. Não havia banho de sol e comida adequada. Ela recordou a existência de um capitão, nomeado Guilherme, que chefiava a prática da tortura aos gritos histéricos de “mulher presa para mim é homem”.²⁴

A militante e ex-aluna do curso de Geografia, Ângela Milanez, também fora presa em dezembro de 1972. Relatou à Comissão da Verdade da UFES que, assim que chegou ao 3º Batalhão de Caçadores, teve as roupas rasgadas e foi mantida nua durante o período de sua detenção. Também foi mantida em celas sem banheiro, que não eram trancadas e ficavam sob vigilância permanente de militares. O uso do banheiro também era inibido pela presença desses homens. A tortura que sofreu incluiu ser encapuzada e ameaçada de transferência para uma unidade desconhecida, caso ela se negasse a prestar as informações exigidas. Ângela relatou que teve o corpo enrolado com uma cobra jiboia, como forma de punição contra seu silêncio. Além disso, quando não estava nua, era presa em celas solitárias enrolada em cobertores – em pleno verão capixaba. Em certa ocasião, ela deparou-se com a

24 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório Comissão da Verdade UFES...** *Op. cit.*, p. 98.

própria mãe numa sala do então 3º BC, sendo interrogada aos prantos e coagida a confessar coisas que desconhecia sobre a filha.²⁵

Considerações finais

A partir desse debate, é possível observar que, apesar dos avanços na consolidação do feminino como campo de pesquisa e da incorporação de novos objetos, métodos e sujeitos pela historiografia, a história da ditadura militar brasileira é ainda uma história a ser contada do ponto de vista das mulheres. Nesse sentido, o gênero é fundamental. Isso porque a categoria oportuniza entender como a estruturação baseada na hierarquia de gênero e sexualidade, nos papéis sociais determinados ao masculino e ao feminino no seio de determinada construção social, transparece nas relações cotidianas entre homens e mulheres. Na ditadura, o gênero ajuda a compreender as práticas militares contra as mulheres que se envolveram na resistência ao regime. Ele explicita o caráter tradicionalmente patriarcal das representações compartilhadas acerca do feminino que embasaram as violações cometidas contra as militantes políticas.

Os informes do relatório da Comissão Nacional da Verdade e os testemunhos das ex-alunas militantes à Comissão da Verdade UFES confirmam que as militantes políticas presas foram as principais vítimas da violência de gênero praticada pelo Estado autoritário, sobretudo durante nos anos de chumbo, quando a tortura adquiriu caráter de política oficial. Ao se arriscaram a desafiar um regime político autoritário e, principalmente, a ordem social de gênero, as mulheres se elegeram “merecedoras” das violações. O abuso do corpo feminino pelos militares – homens – revelou um viés muito

25 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório Comissão da Verdade UFES...** *Op. cit.*, p. 100.

específico, de natureza psicológica, moral, física e, sobretudo, sexual. Em um contexto no qual as mulheres reclamavam emancipação, liberdades no campo da sexualidade e direitos ao seu próprio corpo, as militantes políticas foram violentadas exemplarmente, como forma de serem silenciadas e servirem como exemplo a outras mulheres que ousassem subverter a ordem política e a normatividade de gênero.

Referências

Fontes

BRASIL. Relatório Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório Comissão da Verdade UFES.** Vitória: Edufes, 2016.

Bibliografia

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

CARRERA, Carolina. Un secreto a voces. *In.*: ZAVALA, Ximena (org.). **Memorias de ocupación: violencia sexual contra mujeres detenidas durante la dictadura.** Santiago: Fundacion Instituto de la Mujer/ Humanas, 2005, p. 51-72.

CARVALHO, L. M. **Mulheres que foram à luta armada.** São Paulo, Globo, 1998.

COLLING, A. M. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil.** Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 1997.

FERREIRA, E.F.X. **Mulheres, militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência,** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. *In.*: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam

Pillar (org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 293 -313.

LIMA, R.R. Mulher: brasileira e guerrilheira. **Diálogos DH/UEM**, v. IV, n. 4, p. 203-217, 2000.

MARCELINO, Douglas. **Subversivos e Pornográficos**. Censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. Vitória: EDUFES, 2001.

PERROT, Michele. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos PAGU**, Campinas, n. 4, 1995.

PERROT, Michele. Práticas da Memória Feminina. *In.*: BRESCIANI, Maria Stella Martins (org.). **A Mulher no Espaço Público**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RIDENTI, Marcelo. S. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, v. 16, p. 115-136, 2001.

SAPRIZA, Graciela. Memorias del cuerpo. *In.*: ANDÚJAR, Andrea; DOMÍNGUEZ, Nora; RODRÍGUEZ, María Inés. **Historia, género y política en los 70**. Buenos Aires, Feminaria, 2005.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. *In.*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 399-429.

**MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA À DITADURA
CIVIL-MILITAR: ATUAÇÃO FEMININA NO
MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO
DURANTE A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL
(PELOTAS/RS: 1977-1985)**

Luisiane da Silveira Gomes

O presente trabalho pretende analisar o ressurgimento do movimento estudantil na cidade de Pelotas durante o processo de redemocratização do Brasil. Para tanto, o mesmo girará em torno das memórias de atuação de mulheres no movimento supracitado, o qual se mostrou suficientemente organizado para promover manifestações contrárias às políticas adotadas pelo regime militar, bem como lutar pela recuperação das liberdades democráticas. Desta forma, buscamos, por meio desta pesquisa, refletir acerca dos espaços ocupados por essas mulheres no interior deste movimento, uma vez que os espaços públicos eram (e ainda o são) ocupados majoritariamente por homens.

Delimitamos o período compreendido entre a transição da ditadura civil-militar para a democracia, abordando, sobretudo, os anos de 1977 a 1985. O ano que dá início ao nosso recorte temporal é marcado pelo ressurgimento das lutas estudantis em quase todas as partes do país em resposta a um conjunto de leis que ficou conhecido como “Pacote de Abril” e resultou na organização do Dia Nacional de Lutas, que foi marcado para o dia 19 de maio daquele ano. E balizamos nosso recorte temporal até o ano de 1985 por ser este o ano em que o período ditatorial chega ao seu fim no Brasil¹.

¹ Acreditamos que, apesar de o regime militar ter chegado ao fim naquele ano, ainda convivemos com estruturas repressivas desenvolvidas durante os vinte e um anos de sua vigência, uma vez que ainda temos casos de pessoas

Assim, através desse artigo, pretendemos investigar algumas questões a respeito do processo de redemocratização no Brasil, bem como colocar a cidade de Pelotas, mesmo com seu conservadorismo e contradições, inserida na reação nacional contra a ditadura e, ainda, destacar o movimento estudantil universitário como um importante agente social de mudança diante do conturbado momento político.

O movimento estudantil no contexto da ditadura civil-militar no Brasil

Após a desarticulação do movimento estudantil em consequência do AI-5, somente em meados de 1976 que começaram a surgir algumas manifestações isoladas em determinadas cidades. De acordo com David Maciel, a partir daquele ano, notamos um aparente enfraquecimento do governo militar devido à crise do “milagre econômico”, a qual se deu em razão da carência de acumulação, ou seja, a “inundação” de dólares cessou após a crise do petróleo de 1973 e a relação deficitária da balança de pagamentos dificultou progressivamente a capacidade de financiamento do Estado. Ainda de acordo com o mesmo autor, o governo militar conseguia mascarar esses problemas que a economia do país vinha sofrendo, pois havia um rígido controle de preços; assim reprimia-se uma forte pressão inflacionária, que era gerada

desaparecidas, vide o caso do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza, de 43 anos, ocorrido em julho de 2013 numa favela do Rio de Janeiro, por exemplo. O caso Amarildo de Souza foi amplamente divulgado pela imprensa à época, pois o mesmo desapareceu após ser conduzido por policiais militares para ser interrogado na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) entre os dias 13 e 14 de julho e nunca foi visto desde então. Somente em fevereiro de 2016 a juíza Daniella Alvarez Prado, da 35ª Vara Criminal da Capital, julgou e condenou 12 dos 25 policiais militares envolvidos na morte e desaparecimento do corpo de Amarildo. Para saber mais acerca deste caso: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/eliane-brum/noticia/2013/08/onde-esta-bamarildob.html>; <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-juiza-condena-13-dos-25-policiais-militares-acusados.html>. Acesso: 20 out. 2019.

pela escassez de produtos e matéria-prima, bem como pela inflação vigente no mercado internacional.²

Para Renato Della Vechia no ano de 1977, a mobilização estudantil atingiu outro patamar, pois ocorreram manifestações em praticamente todos os estados do país.³ Além disso, o movimento estudantil aliou-se a outros setores e movimentos sociais, intensificando sua luta; promovendo greves, passeatas e manifestações públicas contra o governo militar. Muitas dessas manifestações eram de cunho econômico e político, visto que os estudantes lutavam pelo aumento do número de vagas nas universidades públicas, mais verbas para a educação, melhorias nos Restaurantes Universitários, assim como, pediam o fim das prisões, das torturas e dos assassinatos. Lutavam, também, por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e pelo fim da ditadura civil-militar. É nesse período que o Movimento Sindical atinge seu ápice e polariza o enfrentamento da oposição com o regime militar.⁴

Diante da crise conjuntural que o regime militar estava sofrendo no início da década de 1980, a qual eliminou qualquer possibilidade do grupo governista de preservar sua unidade e conquistar legitimidade, membros de oposição da Câmara dos Deputados tentaram articular uma lei que instituisse o voto direto na escolha do sucessor do presidente João Batista Figueiredo. Em janeiro de 1983, essa movimentação tomou a forma de um projeto de lei elaborado pelo deputado do PMDB Dante de Oliveira. A divulgação da chamada “Emenda Dante

2 MACIEL, David. **A argamassa da ordem**: da ditadura à nova República. São Paulo: Xamã, 2004, p. 91 *et. seq.*

3 VECHIA, Renato da Silva Della. **O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização**: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985). Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

4 MACIEL, David. **A argamassa da ordem... Op. cit.**

de Oliveira” repercutiu entre vários grupos mais politizados das capitais e grandes cidades do país, porém apenas em novembro daquele ano é que acontece um comício em São Paulo, convocado pelo Comitê Suprapartidário Pró-Diretas, dando início à campanha pelas eleições diretas.⁵

A militância feminina no movimento estudantil universitário pelotense: memórias de atuação

A década de 1960 foi nosso ponto de partida para a discussão acerca do papel feminino e sua trajetória de militância no movimento estudantil, pois foi neste período que o Brasil passou por profundas transformações econômicas, políticas e culturais. Tais transformações suscitaram em nossa sociedade uma série de instabilidades e rupturas, mas também “possibilitaram o surgimento de novas pretensões e projetos individuais alternativos ao que era tradicionalmente estabelecido”.⁶

Para Joan Scott a questão da igualdade e da diferença deve ser compreendida em termos de paradoxo, isto é, em termos de uma afirmação que não pode ser solucionada, mas somente negociada, uma vez que é verdadeira e falsa ao mesmo tempo.⁷ Já Fraisse entende que a questão da relação entre igualdade-diferença sobrepõe-se à questão política, incutindo a ideia de que as diferentes subjetividades, masculinas e femininas, ainda que não idênticas, podem ser iguais, no sentido de

5 Cf. VECHIA, Renato da Silva Della. **O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização...** *Op. cit.*; MACIEL, David. **A argamassa da ordem...** *Op. cit.*

6 GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; SANTOS, Maria de Fátima; TRINDADE, Zeidi. **Mulheres e militância:** encontros e confrontos durante a ditadura militar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 227.

7 SCOTT *apud* KOLLER, Sílvia Helena; NARVAZ, Martha Giudice. Metodologias feministas e estudos de gênero. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 64, set./dez. 2006.

serem equivalentes.⁸ Segundo as autoras, introduziu-se, assim, a noção de equidade e paridade no debate igualdade-diferença dentro dos movimentos feministas.

Em relação ao Brasil, assim como nos demais países da América Latina, o contexto político no qual o país estava inserido durante as décadas de 1960 e 1970 foram decisivos para barrar o desenvolvimento do movimento feminista, uma vez que o nosso país, bem como nossos vizinhos, vivia sob governos autoritários. Dessa forma, o cenário político “tornou difícil, senão impossível, em alguns lugares, durante as ditaduras, qualquer forma de manifestação, reunião, panfletagem e reivindicações.”⁹ Neste sentido, ao analisarmos o contexto histórico que acabou propiciando o surgimento de todos estes movimentos libertários em diversos países do ocidente, fica evidente que, no Brasil, segundo Céli Pinto, a década de 1960, e também a de 1970, transcorreu de maneira diversa do restante do mundo. Tal afirmação se baseia no fato de que o país viveu uma grande efervescência tanto no cenário cultural bem como no político durante os primeiros anos da década de 1960, contudo, após o golpe de 1964 e, em consequência de seus incessantes atos restritivos, acabou ceifando o desenvolvimento destes movimentos supracitados. Abaixo, a transcrição do relato de Vera Lopes exemplifica o momento:

Nós tivemos dois períodos bem diferentes: a primeira fase aquela pré-64 e depois pós-64; foram também completamente antagônicas. A pré-64 dava a impressão de que havia um Brasil sendo construído, com a participação muito vigorosa do movimento estudantil e

8 FRAISSE *apud* KOLLER, Sílvia Helena; NARVAZ, Martha Giudice. Metodologias feministas e estudos de gênero... *Op. cit.*, p. 649.

9 PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). *In.*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. (org.). **Gêneros, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 116.

também do movimento operário e segmentos da Igreja Católica, sobretudo alguns segmentos da juventude Católica. [...] além desse movimento estudantil muito vigoroso, havia uma UNE muito ativa, bem como uma União Gaúcha de Estudantes muito ativa também. Enfim, existia muita atividade política permanente, núcleos de cultura popular, mesmo que estes tenham sido muito centralizados, pois, na verdade, além de centralizados aqueles eram igualmente verticalizados. Havia uma grande efervescência cultural, uma coisa que é muito fácil de perceber na própria música popular brasileira e na própria dramaturgia.¹⁰

Neste período da redemocratização do Brasil, outro fator que contribuiu com a disseminação do movimento feminista no país foi o retorno das exiladas brasileiras, sobretudo aquelas vindas da França. Havia, naquele país, um movimento de mulheres bastante expressivo e aquelas tiveram a oportunidade de aprofundarem-se nas leituras pertinentes, bem como trazer para o Brasil livros sobre a temática e novas pautas de discussão, possibilitando uma “imensa influência do movimento feminista no Brasil e também no papel das mulheres no novo cenário partidário nacional, com o retorno do pluripartidarismo”.¹¹

Neste sentido, Vera Garcia¹² nos relata a experiência da criação, no final dos anos 1970, de um grupo feminista na cidade de Pelotas. O grupo feminista Gênese surgiu no

10 LOPES, Vera Maria de Oliveira. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 18 fev. 2014

11 POHNDORF, Marília da Rocha Hofstätter. **O movimento estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978 - 1985): memórias de atuações contra a ditadura.** Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013, p. 98.

12 Vera Garcia foi nossa única entrevistada que fez parte do Gênese desde sua criação, pois foi militante da Resistência ao longo de toda sua graduação e continuou no partido por algum tempo.

meio estudantil através de uma deliberação de mulheres que militavam no Partido Revolucionário Comunista (PRC), que influenciava a tendência estudantil Resistência, tendência esta muito significativa dentro do movimento estudantil pelotense por lançar diversos líderes estudantis. O Gênese nasceu em decorrência da necessidade de trazer à tona discussões mais específicas, tais como a questão da mulher, para o interior do movimento estudantil num momento em que a principal bandeira de luta era o fim da ditadura civil-militar e a redemocratização do país. Com isso, no contexto em que o grupo feminista surgiu, era evidente a falta de abertura para demandas específicas, fossem elas de gênero, raciais ou direitos homoafetivos, tanto no movimento estudantil como nos partidos políticos (mesmo os de esquerda), onde as bandeiras eram mais genéricas.

Importante salientar que o Gênese foi articulado por mulheres e, apesar do mesmo ter sido criado por militantes do PRC, ele era autônomo e independente de partidos políticos, uma vez que participavam mulheres de diferentes tendências estudantis e também de diferentes partidos. Mais tarde, acabou sendo criado o Movimento Feminista de Pelotas, onde este reunia o grupo Gênese, algumas mulheres da ala feminina do MDB e de outros partidos, assim como realizava fóruns de discussão na cidade. E, já naquele momento, uma das pautas destes encontros dizia respeito à violência sofrida pelas mulheres. Além disso, era proibida a participação de homens no grupo. Havia os que eram “aliados”, no entanto, as discussões eram comandadas somente pelas mulheres, isso para manter a total autonomia destas. A seguir, Vera Garcia nos explica melhor essa afirmação:

Não tínhamos essa visão de que “ah os homens podiam participar”, não, eram somente as mulheres mesmo, porque a gente tinha essa discussão de que nós sofríamos

efetivamente isso. Os homens eram até aliados, podiam ajudar em várias coisas, mas a discussão era nossa, para evitar mais uma vez o aparelhamento, ou redirecionamento para outras questões.¹³

O Gênese acabou semeando dentro do movimento estudantil a discussão acerca da questão feminina e, em muitas situações, as integrantes eram convidadas a fomentar debates sobre sexualidade e a questão da mulher em alguns diretórios acadêmicos da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), especialmente nos cursos de Medicina Veterinária e Agronomia, uma vez estes eram constituídos majoritariamente por homens. Podemos inferir que havia mulheres cursando estes cursos, porém em número bem inferior. Talvez esse fato seja reflexo do comportamento esperado pela sociedade para com as mulheres. Assim, de acordo com Ferreira, “no processo social de construção da realidade, os papéis masculinos e femininos são socialmente constituídos e culturalmente definidos, estabelecendo-se para cada gênero um código específico”.¹⁴

Desta forma, a posição da mulher no interior do espaço social é marcada através do binômio público/privado por sua inclusão no campo do doméstico, do interno, do privado. Enquanto aos homens é reservada a esfera de domínio público e estes, “são definidos em termos de categorias de *status* (guerreiro, governante, caçador), a vida das mulheres no âmbito do privado as define em termos *relacionais* (mãe, esposa, irmã)”.¹⁵ Por conseguinte, o ideal socialmente concebido a respeito das mulheres, e no qual lhes é assegurada uma conotação positiva relaciona-se com o privado. Convergiendo

13 GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014

14 FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 50.

15 *Ibidem*, p. 54.

com a ideia de Ferreira, Michele Perrot afirma que “a mulher foi criada para a família e para as coisas domésticas. Mãe e dona de casa, esta é a sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade inteira”.¹⁶ Sendo assim, conforme afirma Andréia Orsato, há espaços nos quais as mulheres ainda não possuem passagem livre, ou pelo menos, apresentam uma tímida participação, como no caso da participação política.¹⁷ Como sugere Michele Perrot,

A entrada das mulheres na política não é normal em nenhum lugar, quer se trate de partidos, do legislativo e do executivo. A política é uma profissão concebida e organizada no masculino. Em seus ritmos, em seus horários, em suas formas de sociabilidade, em sua apresentação de si, que molda também a expectativa do público, eventualmente decepcionado por ser representado por uma mulher, porque tem a sensação de ser desvalorizado ou menos bem representado.¹⁸

Além dessa discussão acerca dos espaços ocupados pelas mulheres nas universidades, o objetivo norteador do grupo Gênese era transpor os muros da universidade e levar a discussão feminista até as mulheres trabalhadoras, principalmente aquelas que trabalhavam em fábricas, ou as safristas. Ademais, havia também a participação do grupo em alguns bairros de Pelotas. Segundo Vera Garcia,

Nós íamos às categorias, como, por exemplo, o sindicato da alimentação, porque a maioria das mulheres

16 PERROT, Michele. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 8.

17 ORSATO, Andréia. **Gênero e democracia: rupturas e permanências no orçamento participativo de Porto Alegre** (2005). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008, p. 54.

18 PERROT, Michele. **Mulheres Públicas...** *Op. cit.*, p. 129 *et. seq.*

trabalhava no sindicato da alimentação na época da safra (as chamadas safristas), nós éramos convidadas a falar. Eu me lembro de ir numa fábrica, onde havia um monte de mulher e nós falávamos para elas sobre a condição feminina e a luta feminista e o que isso significava. Em alguns bairros também participávamos, mas assim, como era só esse grupo que existia, o pessoal procurava bastante, mas na verdade a nossa luta principal era fazer essa discussão dentro do movimento estudantil, mas depois se ampliou. Nós acabamos fazendo esses tipos de atividades.¹⁹

O grupo Gênese permaneceu em atividade por quatro anos e durante o período de funcionamento, o mesmo realizava encontros semanais em que eram discutidos diversos temas pertinentes, dentre eles a questão da violência contra mulher, como já mencionado em outro momento. Para tanto, o grupo realizava atos e contava com o apoio e participação do movimento estudantil. Segundo Vera Garcia, o grupo Gênese não foi adiante porque ele cumpriu seu papel naquele momento, que era fomentar a discussão no meio estudantil e partidário, bem como provocar inquietação, em outras mulheres, acerca da situação da mulher brasileira. Ao longo desse período foi criado, em Pelotas, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e, conforme Garcia, a partir desse espaço, elas conseguiriam atingir um número maior de mulheres. Na sua percepção, o Gênese, enquanto movimento feminista, estava muito relacionado com a academia, uma vez que todas as mulheres que participavam daquele eram universitárias e também militantes no movimento estudantil, ou seja, não havia participação efetiva de operárias ou mulheres trabalhadoras construindo em conjunto o grupo. Portanto,

19 GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes... *Op. cit.*

naquele momento nós paramos de reunir o Gênese para irmos para o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, porque achávamos que ali ia ser a forma de atingir o maior número de mulheres. Nós nos achávamos que o grupo feminista podia ter um conteúdo pequeno burguês, porque na verdade eram somente mulheres do movimento estudantil que participavam, não havia operárias, trabalhadoras; a nossa intenção era atingir essas mulheres. E nós também não queríamos ficar com aquela concepção de “mulheres pensantes”, que ficam pensando o movimento e depois vão lá falar para essas mulheres. Outra coisa era divisão social do trabalho intelectual e do trabalho braçal, não queríamos isso, e a gente quis participar mais desses órgãos do Estado.²⁰

Mais adiante, já nos anos 1990, surgiu o Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas (GAMP)²¹, grupo este também criado por feministas e que, segundo Vera Garcia, pode ser considerado um remanescente do grupo feminista Gênese. O GAMP surgiu através de uma articulação entre vários segmentos da sociedade, como sindicatos, partidos políticos, grupos de mulheres, etc. Além disso, o intuito do grupo é orientar mulheres e a sociedade em geral acerca dos seus direitos e chamar a atenção à discriminação sofrida pelas mulheres, materializada em vários aspectos, principalmente os homicídios e a maneira como são julgados. Atualmente, um dos projetos de trabalho desenvolvido pelo grupo visa à divulgação e a plena implantação da Lei Maria da Penha em Pelotas.

Um episódio que marcou a trajetória dessa geração de militantes do movimento estudantil pelotense foi a invasão à

20 GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes... *Op. cit.*

21 Para conhecer o trabalho desenvolvido pelo GAMP, acessar: http://gampelotas.blogspot.com.br/2008/08/nossa-histria_27.html. Acesso: 22 de out. 2019.

Casa do Estudante da Universidade Federal de Pelotas (CEU/UFPel). Isso se deu, talvez, muito em razão da abertura de espaço, no movimento estudantil pelotense, para a discussão de temas relacionados às questões femininas. Em março de 1981 o DCE/UFPel preparou um ato na Casa do Estudante em represália à proibição da entrada de mulheres naquele recinto. No dia 20 de março daquele ano, os estudantes deliberaram, em assembleia geral, um dos pontos da pauta de reivindicações que dizia respeito ao favorecimento do livre acesso feminino à casa do estudante. O pedido foi encaminhado à reitoria, porém tal reivindicação estudantil acabou não sendo atendida. Com o pedido negado, os estudantes, sobretudo as mulheres, ameaçaram invadir a CEU. O estopim ocorreu quando a mãe de um aluno do curso de Medicina Veterinária que se encontrava doente e necessitava de amparo foi impedida de adentrar nas dependências da CEU.

No dia marcado para a invasão, às 18h30 min., um grupo de mulheres já estava com todas as tarefas deliberadas a partir de diversas assembleias ocorridas anteriormente. A ação foi bem articulada e as estudantes foram divididas entre aquelas que iriam ficar na frente do prédio, para uma espécie de vigília contra qualquer tentativa de repressão, e aquelas que iriam fazer a ocupação da CEU. Após o comando, as mulheres adentraram à CEU, onde foram recebidas com uma chuva de papéis picados e aplausos pelos moradores da casa, bem como por populares que acompanhavam toda a movimentação. Além disso, segundo Renato Della Vecchia, a manifestação contou com o apoio de estudantes vindos de Porto Alegre²² e

22 A invasão feminina à CEU/UFRGS aconteceu no dia 29 de abril de 1980. As participantes reivindicavam o direito à moradia mista, uma vez que a moradia era assegurada somente aos homens e a entrada de mulheres (fossem mães, irmãs, amigas, etc.) era proibida. O grupo feminista Liberta, em conjunto com os moradores da CEU, foram os responsáveis pela articulação do movimento, e a conquista desse direito ocorreu somente em 1982. Sobre o assunto ver: <https://www.youtube.com/watch?v=N5it9NYzyMc>. Acesso: 22

Santa Maria, cidades que também tiveram episódios parecidos anteriormente.²³ Ademais, também foram prestar apoio aos manifestantes os grupos feministas atuantes naquelas cidades, como o Germinal, de Santa Maria, e o Coletivo de Mulheres da UFRGS. Vera Garcia participou da invasão e conta em detalhes como a mesma ocorreu. Revela que, ainda hoje, sente por ter sido designada para ficar de vigília no lado externo da CEU, enquanto outras militantes entraram na Casa:

E eu participei, várias mulheres participaram também. A única situação que eu lembro que ficou ruim para mim, vou fazer uma confissão que é dolorosa até hoje... eu fiquei designada para ficar na frente, porque como foi uma coisa organizada de antemão, algumas mulheres ficaram na frente e outras entraram junto com todo mundo. E tinha essa coisa assim: como tu eras do movimento e tu estavas ali ajudando a deliberar aquelas questões, então algumas mulheres tinham que ficar cuidando, e homens também, para não ter repressão, para não ter brigada [militar]. Então, eu e outras mulheres ficamos na frente da casa do estudante fazendo, o que eu posso dizer assim, uma vigília, e chamando outras pessoas para entrar. Eu participei com essa tarefa, cada um tinha uma tarefa, porque no movimento as tarefas eram deliberadas para cada um e tinha essas especificidades. Mas participei sim, foi muito bom! Teve cobertura da televisão na época, eu lembro muito bem que no outro dia todo mundo foi para TV ver a invasão da casa. Foi muito interessante, um marco na cidade.²⁴

Além disso, diferentemente da fala de Vera Garcia, que afirma que toda a ação foi bem articulada, Lessa, talvez por

out. 2019.

23 VECHIA, Renato da Silva Della. **O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização...** *Op. cit.*

24 GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes... *Op. cit.*

motivo de sua gravidez, não tenha estado presente em todas as assembleias deliberativas, nos conta que, mesmo grávida de quase nove meses, estava presente na invasão à CEU:

eu estava com a minha filha com quase nove meses na barriga, não sabia o que eu fazia, mas a gente subiu as escadas, invadiu e a partir dali nunca mais a casa do estudante foi só masculina, foi casa para mulheres também.²⁵

Portanto, conforme a afirmação de Maria do Carmo Lessa no parágrafo acima, a principal conquista após a invasão à CEU/UFPel foi que a mesma passou a ter um andar destinado somente a mulheres, uma vez que, ao ser proibida a entrada destas na casa, não havia moradia feminina gratuita para aquelas mulheres que não possuíam uma condição financeira confortável. Este fato prejudicava muitas meninas de diferentes lugares do Brasil que buscavam ingressar na universidade, o que fica evidenciado no artigo publicado pelos estudantes no jornal *Diário da Manhã*; ademais, mulheres cujas famílias possuíam melhores condições financeiras, residiam em casas ou apartamentos alugados, os quais eram divididos com outras mulheres. As moças, oriundas de famílias mais controladoras podiam residir em pensionatos. De acordo com Renato Della Vecchia, em sua entrevista, essa situação interferiu na adesão feminina ao movimento estudantil naquele momento, ainda que a repressão ao movimento, neste período de nossa pesquisa, fosse um pouco mais branda do que nos anos anteriores. O país vivia ainda sob uma ditadura e medo pairava. Assim, aquelas mulheres que viviam nos pensionatos, ou as que possuíam família na cidade, sofriam com proibição familiar, ao passo que aquelas que moravam sozinhas possuíam liberdade maior de atuação.

25 LESSA, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 fev. 2014

As mulheres normalmente ficavam em pensão, [...]. Os homens, normalmente, criavam repúblicas (um grupo de estudantes alugava um apartamento). Algumas mulheres faziam isso [...]. Então, as estudantes que vinham de fora, de qualquer forma, elas ainda tinham a liberdade maior, principalmente aquelas que alugavam de forma conjunta apartamento, então tinha maior liberdade em relação a isso. As da cidade de Pelotas, bom, aí a repressão era familiar, no contexto aonde ainda havia um controle muito mais rigoroso do que hoje. Embora houvesse mulheres que não aceitassem essa condição, brigavam, mas era aquele jogo tradicional de pressão familiar que tinha mais ou menos peso.²⁶

Em sua entrevista, Renato Della Vecchia afirma que não percebia o preconceito explícito de homens para com as mulheres que militavam no movimento estudantil, porém, ao analisarmos as entrevistas, percebemos, nas falas das próprias militantes, que, de alguma forma, o machismo estava presente no interior desse movimento, assim como na universidade como um todo. Um exemplo disso é a publicação de um boletim informativo emitido pelo DCE/UFPel (Gestão 1983), que foi assinado pelas universitárias Angela Amaral, Maria Rosilane Romero e Luiza Schwambach, todas acadêmicas do curso de Agronomia. Nesse boletim, foi relatada a questão do preconceito contra mulheres em cursos que tinham, majoritariamente, estudantes homens entre seus alunos, como era o caso da Agronomia. Além disso, esse boletim ainda trazia à tona a disparidade no mercado de trabalho no campo da Agronomia, chamando a atenção para a expressiva taxa de desemprego feminino na área se comparado aos índices de desemprego masculino. Segundo Marília Pohndorf,

²⁶ VECHIA, Renato Della. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 nov. 2011

A discriminação da mulher na Agronomia é uma questão frequentemente levantada entre estudantes e profissionais e fica comprovado quando nos deparamos com a constatação de que o nível de desemprego nesta área está em 5% para homens e 12% para as mulheres. [...] Mas, este não é um fato isolado na sociedade, e quando se pretende fazer uma análise a procurar as reais causas desta situação. Essas causas soam bastante remotas e não podem mais ser analisadas de forma simplista e equivocadas de que as mulheres vêm sendo historicamente relegadas a um plano inferior, mas isso se deu em função de uma formação social. De um modo geral, foi sempre reservado ao homem a posição de lutadores, na qual manteve um maior contato com o exterior, cresceu, criou e assegurou uma noção da realidade muito maior que a mulher. [...]. Um clima de insatisfação foi se gerando e eclodiu numa forma organizada de luta, ou seja, o Movimento Feminista, que, portanto, não é novo. Já no fim do século XIX, na Inglaterra, as mulheres passaram a reivindicar atuação ativa nos sindicatos, [...] O Movimento Feminista foi então deturpado com os movimentos burgueses, sendo canalizado exatamente para manifestação que posicionava a mulher conta o homem. Apesar dessas distorções, o Movimento Feminista persiste até nossos dias, evidenciando sua importância. Abrange, e deve seguir abrangendo, vários setores da sociedade, inclusive universidade e o curso de Agronomia. A universidade deveria ser local de amplas discussões, pois, uma vez profissionais, devemos ter clareza diária dos problemas para intervirmos conscientemente na sociedade. Sabemos, no entanto, que essa discussão ampla e constante não ocorre. [...]. Em função disso, a mulher universitária constata que a sua libertação dos vínculos patriarcais através do estudo e de independência econômica é falsa. Ela continuará sendo explorada como segundo sexo e como trabalhadora.²⁷

27 POHNDORF, Marília da Rocha Hofstätter. **O movimento estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978 – 1985)**... *Op. cit.*, p. 96.

Neste sentido, ao relatar uma movimentação em razão de uma greve de estudantes, percebemos que, mesmo velado, o machismo estava presente no movimento e muitas mulheres não tinham percepção de tal. Essa afirmação se baseia na passagem da entrevista de Maria do Carmo Lessa em que ela afirma que

quem mais falava, quem mais se destacava, geralmente, eram os homens, até porque já era de praxe e isso a gente não muda de uma hora para outra, tanto é que a gente teve presidentes, diretores de DAs e DCE quase sempre homens.²⁸

Lígia Maria Chiarelli, por sua vez, nos conta que, diversas vezes, passava pela mesma situação quando eram realizadas reuniões tanto do D.A. da Arquitetura como do DCE/UFRGS. Além da sua participação enquanto militante, cabia a ela a limpeza da sala e a preparação do café para os demais estudantes. Ela relata uma situação que a marcou. A cada dois ou três meses eram realizados encontros entre os DCEs das universidades gaúchas na cidade de Porto Alegre e, segundo ela, a falta de comprometimento com horário por parte dos seus companheiros que compunham o DCE/UFRGS a irritava profundamente. Ela, por ser uma das dirigentes, chegava no horário marcado para recepcionar as delegações, mas enquanto os companheiros (homens) não chegassem, a reunião não iniciava. Chiarelli admite que demorou algum tempo para compreender “a real situação”, ou seja, que ela, enquanto dirigente, tinha capacidade para prosseguir com o encontro mesmo sem a presença dos companheiros. Mas, devido a essa imposição machista de que somente os homens detinham o poder da fala, ela não se sentia apta a iniciar a sessão. Abaixo temos a transcrição de seu relato para exemplificar:

28 LESSA, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes... *Op. cit.*

Tem um episódio que me marcou! A cada 2 ou 3 meses fazíamos encontros de DCEs em Porto Alegre, e tinha uma coisa que eu me irritava profundamente, porque marcávamos a reunião para às 9h, então 9h em ponto eu estava lá, eu tinha a chave. Começava a chegar as delegações de Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, da Unisinos e os camaradas não chegavam, eles iam chegar às 11h, 11h30 da manhã, e eu furiosa com a falta de compromisso deles, mas nunca me passou pela cabeça a real situação. A real situação era a seguinte: eu era uma dirigente do DCE também, por que as reuniões não começavam antes deles chegarem? E eu mesma esperava por eles para começar; eu achava um absurdo que eles não começavam a reunião, mas eu deveria, se o pessoal chegou na hora, que dirigisse o início da reunião. Então eu ficava brava com eles, mas quando na verdade essa era uma deficiência minha também.²⁹

Ao concluir seu relato, Lígia Maria Chiarelli afirma que essa questão era uma “deficiência” sua, quando, na realidade, em consequência do machismo estar enraizado em nossa sociedade, muitas mulheres não percebiam essas pequenas demonstrações de preconceito e as enxergavam com naturalidade. Assim, como já abordamos anteriormente, o esperado era que as mulheres se envolvessem somente nos cuidados com o outro, desempenhando tarefas que remetessem à vida privada, como, por exemplo, a preparação das refeições para os estudantes, quando o restaurante universitário foi tomado, segundo nos relatou Maria do Carmo Lessa. Ou que estivessem na preparação da sala e do café para a recepção das demais delegações para as reuniões de DCEs, conforme relatado por Chiarelli.

Outro ponto abordado nas entrevistas fez referência à militância desempenhada por esses jovens e a relação familiar.

²⁹ CHIARELLI, Lígia Maria Ávila. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014

Essa questão fez parte do nosso roteiro propositalmente, uma vez que a grande maioria dos entrevistados era jovem no período analisado e muitos moravam com suas famílias em Pelotas, sobretudo no caso das mulheres. Além disso, através desse questionamento podemos perceber as pequenas nuances do preconceito que permeava as relações de gênero entre os militantes de ambos os sexos. Sendo assim, por unanimidade, nossos entrevistados relataram que suas famílias tinham algum conhecimento de sua militância no movimento estudantil, porém desconheciam o fato das tendências estudantis serem influenciadas por partidos políticos que ainda permaneciam na clandestinidade.

Ademais, nossos entrevistados afirmaram também que diversas ações articuladas pelo movimento estudantil não eram reveladas às suas famílias, pois o medo da repressão ainda estava muito presente na vida dos brasileiros. Uma questão interessante enfrentada neste momento diz respeito à escala de repressão, pois, apesar do país encontrar-se ainda submerso na repressão ditatorial no final da década de 1970, nota-se uma diminuição de intensidade nos métodos de cerceamento utilizados pelo governo. Com isso,

podemos considerar que os grandes riscos enfrentados por aqueles que ousaram combater a ditadura no Brasil no final da década de 1960 até metade da década de 1970 foram sendo progressivamente atenuados.³⁰

Em sua entrevista, Maria do Carmo Lessa afirmou que, mesmo que sua família não a proibisse de militar, eles tinham algum receio, pois era corriqueiro o recebimento de mensagens denunciando a entrevistada e afirmando que a mesma estaria

30 POHNDORF, Marília da Rocha Hofstätter. **O movimento estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978 – 1985)**... *Op. cit.*, p. 9.

fichada no DOPS. Além disso, outras questões permeavam essa relação da militância com questões familiares, uma vez que acreditavam que, por conta de tal atividade, a entrevistada jamais fosse concluir a graduação. Afirmavam, também, que os militantes eram uma “cambada de loucos” e que talvez fizessem uso de drogas, explicitando, assim, certo preconceito para com os jovens. Duca relata,

As famílias não concordavam muito, eles achavam que a gente era maluca, que talvez a gente usasse droga, que a gente não ia conseguir nunca sair da faculdade e que a gente era uma cambada de louco. Se eles pudessem, eles encerravam a gente, porque a gente a toda hora recebia mensagenzinhas “olha, tua filha tá fichada no DOPS e qualquer hora.”³¹

Deste modo, fica evidente que havia um prejulgamento por parte de uma parcela conservadora da sociedade em virtude da aparência dos militantes, o que criou uma identidade para estes jovens que integravam o movimento estudantil na cidade. De acordo com Marília Pohndorf “muitas vezes, também era utilizada como uma espécie de registro da identidade daquele Movimento, refletindo seus ideais políticos e sua postura de enfrentamento”.³² Duca complementa:

Eles nos achavam todos malucos né, malucos beleza, eles nos achavam a gente... Nossa aparência de hippie, meio desarrumados, o cabelo meio desajeitado, achavam que a gente devia ser drogada, todos, porque a gente era alternativa, então a droga faz parte né. Mas graças a Deus, todos nós, mostramos o que fizemos e prá que viemos né

31 LESSA, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 fev. 2014

32 POHNDORF, Marília da Rocha Hofstätter. **O movimento estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978 – 1985)**... *Op. cit.*, p. 24.

[...] a gente não tinha medo de nada, a gente fazia greve, parava ônibus, fazia muralha humana, ‘ah, vamos ataca esse ônibus!’, ficava todo mundo de braço, um agarrado no outro e ninguém passava, e não tinha ônibus que saísse de garagem.³³

Ademais, para além da questão de identidade do Movimento Estudantil estar relacionada à aparência desses militantes, a ideia do uso de drogas por parte destes parecia intrínseca ao referido movimento naquele momento, ideia esta que era corroborada pelos mais conservadores. De um lado, alguns militantes viam o uso de entorpecentes, sobretudo aqueles relacionados a substâncias naturais ou alucinógenas, como um meio de ampliar a percepção, ou, ainda, um meio oportuno de identificação daqueles que não estavam de acordo com o sistema vigente, fazendo uso, assim, de substâncias proibidas como forma de transgressão. Contudo, para os militantes mais engajados politicamente, o uso dessas substâncias “era entendido como um empecilho burguês alienante e, portanto, contrário aos ideais revolucionários, urgentes naquele momento”.³⁴ Além do mais, acreditavam que o uso de drogas faria com que os militantes estivessem mais expostos às investidas policiais, fato que traria grandes consequências para o meio estudantil.

Desta maneira, fica evidente que, apesar do nosso recorte temporal compreender um momento de maior abertura política, assim como de abrandamento da repressão ao movimento estudantil, ainda assim a sociedade vivia com medo. O medo foi uma das táticas mais eficientes, pois foi implantado como forma de ameaça e intimidação àqueles que iam contra o regime vigente. Havia, ainda, a preocupação

33 LESSA, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes... *Op. cit.*

34 POHNDORF, Marília da Rocha Hofstätter. **O movimento estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978 - 1985)**... *Op. cit.*, p. 24.

com os agentes infiltrados no meio estudantil, os quais eram responsáveis por enviar relatórios de tudo o que acontecia nas universidades da cidade, como nos esclarece Vera Garcia:

era um período que ainda não estava muito fácil, ainda tinha repressão, a brigada militar estava sempre presente, a gente não conhecia os agentes da repressão que estavam infiltrados no movimento, sempre tinha, todo mundo dizia “tem alguém”, mas ninguém sabia nada, e acho que tinha um pouco assim, de encantamento, uma coisa poética com a própria militância e de achar que estavam nos perseguindo.³⁵

Para encerrarmos, durante a entrevista, nossos entrevistados eram instigados a refletir sobre algum arrependimento, bem como acerca das experiências adquiridas ao longo da militância e, sem exceção, todos afirmaram que o período em que militaram no movimento estudantil foi enriquecedor e serviu para moldar os sujeitos que se tornaram, com olhos mais atentos e críticos à sociedade na qual estão inseridos. Assim, para destacar esta questão, transcrevemos abaixo a emoção de Vera Garcia ao fazer essa pequena análise do seu período de militância, em que várias memórias vieram à tona:

Olha, posso te dizer com certeza, eu trago tudo, tudo o que eu sou, até me emociono em falar, o sujeito que me constituiu ou a mulher que eu me constituí, ela é totalmente em função da minha experiência como estudante e a minha participação no movimento estudantil. Não tenho dúvida nenhuma disso e quando eu digo que eu trago tudo, eu trago mesmo né porque pra mim ainda hoje o ser feminista é essencial, não consigo me ver de outra forma. [...]. É uma luta que eu travo diariamente

35 GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas... *Op. cit.*

desde cuidar dos meus filhos, na concepção de vida e trabalhar isso com filho e filha da mesma forma, de criá-los assim, humanizados e respeitando o outro, sempre, e tendo muito cuidado prá eles não reproduzirem esses estereótipos que eu abomino totalmente. Até o compromisso com essas questões sociais, hoje prá mim, continuam mais fortes do que nunca e foi, sem dúvida nenhuma, o movimento estudantil que me deu isso.³⁶

Considerações finais

Quando iniciamos essa pesquisa, sabíamos que encontraríamos diversos obstáculos pela frente devido à natureza do tema proposto, trabalhar a partir da memória de mulheres militantes políticas no movimento estudantil na cidade de Pelotas durante o período da redemocratização do Brasil. Além disso, não havia nenhuma publicação que levasse em conta, especificamente, a participação de mulheres naquele movimento. Outro desafio dizia respeito à escolha de trabalhar com uma cidade do interior, que apresenta suas particularidades em relação à uma capital.

Diante disso, partimos, então, para as primeiras entrevistas nas quais, ao ouvir os relatos de memória dos entrevistados, pudemos compreender melhor como o movimento estudantil universitário se organizava em Pelotas e tomava frente em diversas mobilizações que possuíam bandeiras específicas, tais como melhorias no ensino público, mas também aquelas gerais, uma vez que lutavam pelo fim da ditadura civil-militar no Brasil. Assim, adentramos num universo que se mostrou cada vez mais cativante e nos possibilitou compreender que ainda há muitas questões a serem averiguadas, bem como muitas memórias a serem contempladas deste instigante tema da história recente do país.

³⁶ GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas... *Op. cit.*

Diante do exposto, abordamos especificamente a participação de mulheres no movimento estudantil universitário na cidade de Pelotas, buscando compreender em quais os espaços essas mulheres estavam inseridas no interior do referido movimento. Para tanto, fizemos uma análise de conjuntura das décadas anteriores que propiciaram a expansão do movimento feminista no mundo, que possibilitou que mulheres se libertassem de antigas amarras morais impostas por uma sociedade conservadora e machista.

Assim, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por uma verdadeira revolução nos costumes, pois as instituições como o casamento, por exemplo, foram questionadas. Além disso, a mulher passou a ter mais controle sobre o seu corpo, explorando sua sexualidade sem tantos rótulos. A questão da opressão e a busca por igualdade entra na pauta do movimento feminista norte-americano, enquanto o francês defendia a valorização das diferenças entre homens e mulheres, enfatizando a questão da invisibilidade da experiência feminina. Contudo, o contexto político autoritário no qual o Brasil, assim como outros países da América Latina, estava inserido fez com que o movimento feminista não encontrasse maneiras de adentrar as discussões, nem em organizações mais progressistas, uma vez que estas viam a luta específica das mulheres como secundária, sendo a luta contra o regime militar prioridade. Portanto, a ditadura tornou quase impossível qualquer forma de manifestação, reunião, panfletagem ou reivindicações.

Por fim, ao analisarmos as entrevistas, fica evidente a influência que o movimento feminista teve no desenvolvimento das mulheres que estavam inseridas no movimento estudantil, pois estas ousaram romper com os padrões estabelecidos e estavam ocupando os espaços públicos, que foram, por séculos, designados somente aos homens. Essas militantes, mesmo

não ocupando cargos de chefia, se fizeram importantes para a história do movimento estudantil universitário em Pelotas, sobretudo num período em que a repressão ainda vigorava. Ademais, driblaram também a repressão familiar, já que mulheres que participavam de manifestações não eram vistas com bons olhos pela sociedade.

Destacamos também a importância que o período de militância no referido movimento desempenhou na vida dos nossos entrevistados, já que eles afirmaram que as experiências adquiridas durante esse momento foram de extrema importância para moldar os sujeitos que se tornaram. Fez com que se tornassem pessoas mais críticas, que lutam incessantemente em busca de uma sociedade mais justa e igualitária para todos, sem perder a esperança em dias melhores para o país.

Referências

- FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; SANTOS, Maria de Fátima; TRINDADE, Zeidi. **Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- GOMES, Luisiane da Silveira. **A atuação feminina no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil** (Pelotas/RS:1977-1985). Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2018.
- KOLLER, Sílvia Helena; NARVAZ, Martha Giudice. Metodologias feministas e estudos de gênero. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.
- MACIEL, David. **A argamassa da ordem: da ditadura à nova República**. São Paulo: Xamã, 2004.

ORSATO, Andréia. **Gênero e democracia: rupturas e permanências no orçamento participativo de Porto Alegre (2005)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas (UFPel), 2008.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. (orgs). **Gêneros, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 115- 137.

PERROT, Michele. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

POHNDORF, Marília da Rocha Hofstätter. **O movimento estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978 – 1985): memórias de atuações contra a ditadura**. 2013. 139f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2013.

VECHIA, Renato da Silva Della. **O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

AS MULHERES VÃO ÀS RUAS: O MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA COMO RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR NO BRASIL

Ariel Cherxes Batista

Tanya Mayara Kruger

Entre 1964 e 1985 aconteceu a Ditadura Militar no Brasil. Iniciada a partir de um golpe civil-militar, os mentores desse regime força afirmaram terem mudado o Brasil. Contudo, é necessário discutir que mudanças foram essas e quais as consequências de tal processo, no tempo presente.

Os generais diziam estar numa guerra em que não entraram para perder, os opositores ao regime, considerados “terroristas”, lutavam como podiam e, assim, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, a sociedade brasileira viveu um período ainda hoje bastante discutível pela sua gama de acontecimentos. Cinco generais eleitos indiretamente governaram, tendo como prerrogativas os Atos Institucionais e o uso da repressão. Graves violações aos direitos humanos marcaram o período e formas diversas de resistência foram desenvolvidas, em diferentes ocasiões, nas duas décadas posteriores ao Golpe civil-militar de 1964.

Breve histórico sobre a Ditadura Militar no Brasil

O golpismo representa um aspecto da cultura política brasileira, que segundo Serge Berstein, compreende a um sistema de Referências em que se reconhecem os membros de uma família política, suas lembranças históricas comuns, além de seus símbolos, mitos e ritos, em uma sociedade global.¹

¹ BERSTEIN, Serge. Os Partidos. *In.*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 63.

Afirmamos isto, a partir do fato de que a Ditadura se estruturou, por um golpe de estado, sob João Goulart. Desde 1961, o político gaúcho, vice-presidente do Brasil, eleito pelo PTB em 1960, herda o poder, após Jânio Quadros, eleito para a chefia do Executivo ter renunciado com apenas nove meses de governo.

Entre 1961 (ano da renúncia de Quadros), e 1963, o país passou por um regime parlamentarista, em que Jango é presidente, mas não possui todas as prerrogativas de seu cargo, como levar a cabo algumas reformas, ficando isso como responsabilidade do primeiro ministro.

Em 1963, após muito se debater no Congresso Nacional sobre a volta do presidencialismo, um plebiscito é convocado com o objetivo de levar a sociedade brasileira, em decidir-se entre as duas formas de governo. Em votação ocorrida no dia 06 de janeiro de 1963, ficou decidido o retorno do regime presidencialista, e João Goulart, político Trabalhista, e herdeiro político de Getúlio Vargas assume o Poder Executivo brasileiro.

Jango sofreu grande oposição de setores civis e militares. O temor ao comunismo foi um dos pretextos para se empreender sua deposição em 1964, mesmo que este nunca houvesse se declarado comunista. Como dito, sua trajetória política era ligada ao Getulismo que possuía como um aspecto preponderante o anticomunismo, fator estruturante da Ditadura no Brasil.

Após o golpe, a presidência foi exercida provisoriamente por Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, que permaneceu no cargo até 15 de abril, quando o primeiro presidente, escolhido pelo congresso nacional em eleição indireta foi eleito, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Os quinze primeiros dias após o golpe em João Goulart tiveram como chefes do Executivo, além de Mazzilli, um triunvirato governamental composto por três ministros militares, Arthur da Costa e Silva, Augusto Rademaker e Francisco de Assis Correia de Melo, representantes do Exército, Marinha e Aeronáutica do Brasil, respectivamente, chamado de “Comando Supremo da Revolução”. A principal ação desta junta militar foi a promulgação do Ato Institucional nº1 (AI-1), aparato jurídico que fortaleceu o Poder Executivo e concedeu ao presidente poderes para suspender direitos políticos, cassar mandatos e exonerar funcionários públicos, além de permitir que as garantias constitucionais fossem suspensas por seis meses.

O Ato Institucional foi um instrumento utilizado em vários momentos pelos militares para institucionalizar seus atos políticos, que não eram previstos pela Carta Magna brasileira. O Congresso permaneceu aberto e a Constituição Federal de 1946 vigente, o objetivo era transparecer que havia no país uma democracia em pleno funcionamento, contudo os Atos Institucionais serviram para que ocorresse de forma velada um governo ditatorial. Afirmamos isto, pois o governo de Castelo Branco foi marcado por uma série de atos de força, por exemplo, a cassação de direitos políticos, o fechamento de associações civis, a proibição da realização de greves, a ordem para que tropas invadissem e fechassem a Universidade de Brasília (UNB), entre outras arbitrariedades que marcaram o ano de 1964

Inicialmente o governo não objetivava criar outros Atos Institucionais, o primeiro AI, por exemplo, não tinha sequer um número, contudo, em outubro de 1965, a oposição saiu vitoriosa nas eleições estaduais em Minas Gerais e na Guanabara, e, o governo reagiu, editando o AI-2. O ato:

Basicamente, reforçava os poderes do presidente da República, em matérias constitucionais, legislativas e orçamentarias. Além disso, reforçava a abrangência e a competência da Justiça Militar na punição dos crimes considerados lesivos à segurança nacional. O presidente da República ainda poderia decretar Estado de Sítio por 180 dias, fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores, intervir em estados, cassar deputados e suspender os direitos dos cidadãos por dez anos. Na prática, tratava-se de uma reforma constitucional imposta pelo Executivo Federal.²

Sendo assim, a ditadura iniciada por um golpe orquestrado pelas Forças Armadas e legitimado pela sociedade civil, mostrava para que razão veio a existir. O movimento que iniciou com a promessa de ser breve, transformou-se em um regime de força que em suas ações jurídicas, parlamentares e militares, reprimia as oposições.

Em fevereiro de 1966, Castelo Branco decreta o AI-3, este ato estabelecia eleições indiretas para governadores e a nomeação de prefeitos para capitais (consideradas áreas de segurança nacional) pelo Governo Federal. Foi a partir deste ato que todos os partidos políticos existentes até então são fechados e se autoriza a formação de apenas duas legendas: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A Arena era o partido do governo, estavam ali os políticos que apoiavam a ditadura. Estes parlamentares tinham como legendas anteriores a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Social Progressista (PSP). O MDB, por sua vez era o partido da oposição, e inicialmente foi visto como uma resistência de tipo consentida, à Ditadura. Entretanto, durante os anos subsequentes do regime, apresentou-se como

2 NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p. 79.

uma legenda bastante plural, visto os quadros que compunham suas fileiras.

A Ditadura, buscava uma imagem de garantidora da democracia, e por isso permitiu a existência de um partido que lhe fizesse uma oposição leve. Desse modo, o MDB era formado por indivíduos que por algum motivo não foram cassados, por exemplo ex-integrantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além de quadros ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB), ilegal desde 1947 por lei sancionada durante o governo Dutra (1946-1951).

No tempo presente brasileiro existem setores que defendem a ideia de que os anos iniciais da ditadura foram brandos e não necessariamente um regime de força³. As ações do governo de Castelo Branco provam exatamente o contrário, pois de certa maneira, apesar de passar a história como um presidente “liberal”, foi o que mais cassou os direitos políticos e mandatos parlamentares, além de estruturar as bases jurídicas do regime autoritário com vista a uma ação política institucional e de longo prazo.⁴ Sendo assim, as bases para seu sucessor estavam estabelecidas, por mais que no interior das Forças Armadas houvesse divergências de ideias quanto ao andamento da “Revolução”, era consenso o fato de que o regime deveria permanecer em vigor, pois apenas com o controle do poder pelo Exército o comunismo seria contido.

Em novembro de 1966, Castello Branco fechou o Congresso e iniciou uma nova onda de cassações de parlamentares. O AI-4, de 7 de dezembro de 1966, atribuiu poderes constituintes ao Congresso para que aprovasse o projeto constitucional elaborado pelo ministro da Justiça, Carlos Medeiros Silva.

3 Mais sobre isto: O mito da “ditabranda” ver: NAPOLITANO, Marcos. 1964... *Op. cit.*

4 *Ibidem*, p. 81.

Esta nova carta constitucional do país traduzia a ordem estabelecida pelo Regime Militar e era mais um mecanismo de institucionalizar a Ditadura. Foi incorporada nela decisões instituídas pelos atos institucionais, o aumento do poder do Executivo e a redução dos poderes do Legislativo. A nova Carta foi votada em 24 de janeiro de 1967 e entrou em vigor no dia 15 de março do mesmo ano. Por fim, foi publicada a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, o objetivo de ambas era facilitar a atuação dos órgãos de segurança do Estado contra os “inimigos internos”. No entanto, o Congresso conseguiu inserir duas ressalvas: a proibição em se fechar o Congresso Nacional e a criação da Imunidade Parlamentar.

Em fins de 1966, teve início o processo de sucessão presidencial que dependia da luta interna travada nos bastidores militares: de um lado estavam os oficiais que prezavam por um maior endurecimento do regime; de outro, militares mais moderados. Em março de 1967 assumiu o poder o marechal Arthur da Costa e Silva, presente no regime desde seu início, por ter sido um dos ministros militares da junta que assume antes de Castelo Branco, era ligado aos integrantes da caserna que defendiam maior rigor nas ações repressivas.

Costa e Silva iniciou o governo demitindo todos os civis que compunham o quadro de cargos públicos de confiança, e nomeou militares para os seus lugares. Somente dois civis permaneceram no quadro: Delfim Neto (Ministro da Fazenda) e Hélio Beltrão (Ministro do Planejamento). Os dois ministros iniciaram um projeto econômico que visava retomar o crescimento sem aumentar a inflação. As novas medidas incluíam o aumento da linha de crédito bancário para o setor privado e o controle de preços, por meio do CIP (Conselho Interministerial de Preços). O governo fixou oficialmente os valores dos salários do setor público e do setor privado. A nova política econômica trouxe resultados positivos, uma vez que o

PIB alcançou índices de crescimento na casa dos 10 e 11,2% percentuais, iniciava-se o “Milagre econômico brasileiro”.

Em contrapartida ao “sucesso econômico” que se apresentava para um futuro próximo, a reação popular contra a arbitrariedade dos militares foi imediata. Nas ruas, renasceu o movimento estudantil. Além disso, movimentos e passeatas tomaram conta dos centros urbanos, que foram respondidas pelo governo com violência e truculência. Neste período, também foi anunciada a formação da Frente Ampla, movimento que reunia opositores das mais variadas correntes políticas, como Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e Jango. Sem conseguir apoio popular e unidade política, a Frente Ampla acabou desaparecendo.

Nas ruas a oposição a Costa e Silva era grande, principalmente a estudantil. As manifestações políticas do ano de 1968 marcam o mundo ainda hoje, pela força apresentada pelo movimento⁵, no período. Em 13 de dezembro de 1968, no auge dessas mobilizações, a Ditadura publicou o AI-5.

Este ato foi o principal instrumento de arbítrio do regime, e pode ser considerado como mais um elemento de institucionalização do mesmo, pois o presidente poderia, sem dar satisfações a ninguém, fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos de parlamentares, demitir juízes, suspender garantias do Poder Judiciário, legislar por decretos, decretar Estado de Sítio, e, até mesmo suspender o direito de *habeas corpus*, enfim, o chefe do Executivo com esta medida teria plenos poderes.

Costa e Silva instituiu as bases do aparato repressivo do regime, contudo não usufruiu de seu uso no exercício do poder. Em meados de 1969 sofreu um derrame cerebral e novamente uma crise institucional tomou conta do governo.

5 Mais sobre isto: MARTINS FILHO, João Roberto. Movimento estudantil e militarização do Estado (1964-1968). In.: MÜLLER, Angélica (org). **1968 em movimento**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

Segundo a Constituição, o vice (civil), Pedro Aleixo, deveria assumir o poder em seu lugar, o que não aconteceu. Novamente uma junta militar assume e após processo eleitoral interno e indireto, é escolhido como sucessor do Marechal, o General Emílio Garrastazu Médici, o qual governará o Brasil entre os anos de 1969 e 1974, marcados por forte ufanismo, repressão a opositores e também pelo auge do que ficou conhecido como “Milagre Brasileiro”. Este último elemento recebeu esta alcunha, pois os índices econômicos foram positivos para uma parcela da população. O Produto Interno Bruto (PIB) alcançou índices de crescimento na casa dos 10 a 11,2% percentuais como já mencionado anteriormente. Tal marca fez o país figurar entre as dez maiores economias do mundo.

Contudo, havia um lado B no milagre. O *superávit* na balança de pagamentos, garantido pela entrada de dinheiro estrangeiro, a partir de empréstimos e investimentos, convivia com regulares *déficits* comerciais, assim, a economia se apresentava frágil.⁶

Os dois choques do petróleo ocorridos em 1973 aliados ao endividamento externo contraído pelo governo para financiamento de suas “obras faraônicas”, ou seja, construções de pontes, rodovias e até mesmo estádios em diversos estados do Brasil, faz surgir uma recessão econômica no país, ao fim do governo Médici, que se ampliou nos anos subsequentes.

Desse modo, o presente artigo versa sobre a criação do Movimento Contra o Custo de Vida (MCV), o qual, de certa maneira, se relaciona ao fracasso do “Milagre econômico brasileiro”, a partir de 1973, e contribuiu para o surgimento de reivindicações por parte da sociedade civil brasileira durante os anos que compreendem o processo de “Abertura política”.

6 NAPOLITANO, Marcos. 1964... *Op. cit.*, p. 164.

O governo Geisel (1974-1979), por muito tempo foi considerado aquele que tornou possível a abertura, no sentido de seu mandato ter sido marcado por discussões relacionadas a aprovação do projeto da Lei de Anistia, a qual foi posta em vigor no governo de seu sucessor, o militar João Baptista de Figueiredo. Contudo, pesquisas recentes⁷ apontam que o período considerado pelo próprio presidente como de “democracia relativa”, na verdade representou mais do mesmo, que já ocorria desde 1964. Por exemplo, a Guerrilha do Araguaia foi combatida e vencida em 1974, o assassinato de Vladimir Herzog, jornalista da TV Cultura, de São Paulo, aconteceu em 1975, e arbitrariedades como a Lei Falcão e o Pacote de Abril, foram instauradas, nos anos de 1976 e 1977, respectivamente, por temor a oposição emedebista que havia saído vitoriosa do pleito legislativo de 1974.

Neste artigo trataremos em especial do ano de 1978, em que o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), o Movimento Feminino Pela Anistia (MPFA), as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e, nosso objeto de estudo neste texto, o Movimento do Custo de Vida, desenvolvem forte atuação na sociedade.

Elas não ficaram em casa: mulheres e o movimento contra o custo de vida

No final da década de 1940, mulheres das mais diversas classes sociais lutavam pelo fim da carestia. No movimento, encontravam-se mulheres ligadas à Federação de Mulheres do Brasil, que era vinculada ao Partido Comunista, e também mulheres de elite, ligadas à Associação das Senhoras de Santa Teresa.⁸ As mulheres, de uma forma geral, foram

⁷ FAGUNDES, Pedro Ernesto. Ernesto Geisel: o general da “abertura”? *Ágora*, n. 28, p.104-115, jul./dez. 2018.

⁸ CF. PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

presença majoritária no movimento contra a carestia, pois eram elas as responsáveis pelo abastecimento de suas casas. Consequentemente, percebiam que a inflação era bem maior do que a divulgada pelo governo.⁹

De acordo com Fanny Tabak, movimentos de mulheres se tornaram importantes como grupo de pressão.¹⁰ Naquele período, organizações como a Federação de Mulheres do Brasil possibilitaram uma mobilização ampla de mulheres, em movimentos que reuniam, principalmente, as donas de casa, que se manifestavam contra o alto custo de vida. Desse modo, por intermédio dessas manifestações, foram criadas as Associações de Donas de Casa Contra a Carestia, sendo que algumas dessas organizações perpetuaram-se até a década de 1970. Vale ressaltar que a Associação das Donas de Casa desenvolveu intensa atividade junto aos órgãos públicos responsáveis pelo abastecimento de produtos do gênero alimentício a fim de defender os interesses familiares.¹¹

Segundo a historiadora Céli Regina Jardim Pinto não podem ser considerados de viés feminista, na medida em que as mulheres que neles estavam envolvidas não lutavam por uma mudança nos papéis socialmente impostos.¹²

A revolta social contra o custo de vida levaria, no ano de 1953, à marcha da Panela Vazia, momento que reuniu milhares de pessoas nas ruas do Rio de Janeiro e de São Paulo. A priori, o movimento da “Panela Vazia”, que era liderado pelo

9 Cf. DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. **O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia**: memórias e experiências dos Clubes das Mães da zona sul de São Paulo (1972-1988). Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, UNESP, São Paulo, 2018.

10 Cf. TABAK, Fanny. **Mulheres públicas**: participação política e poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

11 *Ibidem*.

12 Cf. PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil... Op. cit.**

PCB, tinha uma marca social, todavia, em 1954, transformou-se em movimento de caráter eleitoral.¹³ Uma semana depois da marcha da Panela Vazia, diversos segmentos dos setores sociais paralisaram suas atividades laborais, na mobilização conhecida como a Greve dos 300 mil.

Esses movimentos contra o alto custo de vida, orquestrados majoritariamente, por mulheres periféricas ligadas aos clubes de mães, na região sul de São Paulo, vão se estender até a década de 1970. Além de protestarem contra o alto custo de vida, lutavam pela melhoria nos postos de saúde, nas creches, escolas e nos serviços públicos de um modo geral.¹⁴

Segundo Thiago Monteiro, a primeira reunião do clube de mães aconteceu no dia 6 de janeiro de 1972, e contou com a participação de aproximadamente 46 mães que se reuniam todas as quintas-feiras.¹⁵

De acordo com Eder Sader, no início, os clubes de mães não tinham autonomia e acabavam dependendo das mulheres de classe média do Lions Clube para realizarem suas atividades. Contudo, a partir do momento em que as mulheres dos clubes conseguiram coordenar o grupo, elas passaram a refletir sobre a sua própria realidade social. Dentre suas diretrizes, estava a Teologia da Libertação, que era uma corrente metodológica cristã que, em meio a várias discussões, colocava os oprimidos no centro dos debates teológicos.¹⁶

13 NETO, Pereira Murilo Lima. A fábrica, o sindicato, o bairro e a política. *Revista Mundos do Trabalho*, v.1, p. 225-259, 2009.

14 Cf. PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil...** *Op. cit.*

15 Cf. MONTEIRO, Thiago Willian Nunes Gusmão. **“Como pode um povo vivo viver nesta carestia”**: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

16 Cf. SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiência e luta dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Vale frisar que, os espaços de participação popular foram reduzidos, com o advento da ditadura militar, tendo a Igreja Católica um importante papel como espaço de organização dos trabalhadores. A presença da Igreja Católica e dos agentes pastorais, com grande apoio das CEBs na formação dos clubes de mães, foi decisiva. Todavia, apesar dessa suma importância, o protagonismo e a autonomia eram das mulheres da comunidade.¹⁷

Segundo Sader, havia três motivos principais que levavam as mães a participarem dos clubes. O primeiro deles era a socialização entre as mulheres da comunidade. O segundo era a rotina em comum da maioria das mulheres da comunidade, tendo em vista que elas ficavam no espaço doméstico por um longo período, sendo que o acesso aos espaços públicos e à convivência com outras mulheres era um fator extremamente atrativo. A terceira e última motivação era participar dos cursos oferecidos pelos clubes de mães, tais como: oficinas de crochê, pintura, artesanato, bordado, e as leituras e debates sobre os temas sociais do cotidiano.¹⁸

Conforme Marcos Napolitano, a periferia da cidade de São Paulo, nos anos 1970, era a síntese do lado B do milagre brasileiro.¹⁹ Os “novos movimentos sociais” floresceram a partir de ações humanitárias e religiosas desenvolvidas pela Igreja Católica em bairros pobres da cidade. Por exemplo, os “clubes de mães”, criados em 1972, auge dos anos de chumbo. Dos primeiros clubes, surgiram lideranças que foram a bairros vizinhos incentivar outras mulheres a criarem novos clubes, que seriam geridos pelo clube das mães.

De acordo com o historiador Carlos Alberto Nogueira Diniz, o clube da zona sul de São Paulo, durante as décadas

17 Cf. DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. **O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia...** *Op. cit.*

18 Cf. SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena...** *Op. cit.*

19 NAPOLITANO, Marcos. 1964... *Op. cit.*, p. 272.

de 1970 e 1980, era um importante espaço de resistência e de luta feminina que, por meio de reuniões, de mobilizações e de manifestações, pôde ressignificar seu papel social.²⁰ Sobre o conceito de papel social, pode-se dizer que serve para esclarecer as ações desempenhadas pelas mulheres e pelos homens na sociedade, visando a obter uma posição social.

Maria Beatriz Nader explica que todos os seres humanos desempenham um papel social e acrescenta que “pode-se definir papel social como um conjunto de direitos e deveres, definindo da mesma forma a palavra papel como a viabilização desses direitos e deveres”.²¹ Dessa forma, o papel social da mulher não estava atrelado ao espaço público, já que este era visto como espaço exclusivamente masculino, mostrando a oposição histórica que essas mulheres tiveram ao adentrarem os espaços formais de poder.

Ao saírem do ambiente doméstico e se inserirem nos espaços públicos para lutar e manifestar-se por melhores condições de vida, essas mulheres, aos poucos, ressignificaram seus papéis sociais e se tornaram sujeitos históricos ativos.

No ano de 1972, foi criada a coordenação dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo que a priori, já contabilizava mais de 30 clubes, localizados nos bairros ao longo da Estrada M’Boi-Mirim. Por intermédio de uma das reuniões, no Clube de Mães de Jardim Nakamura, situado próximo à Vila Remo, em 1972, surgiu a ideia de se discutir nos clubes a questão do custo de vida, alegando-se que esse problema era uma adversidade de todas as participantes.²²

20 Cf. DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. **O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia...** *Op. cit.*

21 Cf. NADER, Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. **Dimensões**, v. 14, p. 463, 2002.

22 MONTEIRO, Thiago Willian Nunes Gusmão. “**Como pode um povo vivo viver nesta carestia**”... *Op. cit.*

No mesmo ano, integrantes do clube escreveram uma carta reclamando do alto preço dos alimentos para o presidente Médici. Posteriormente, a carta foi divulgada em uma rádio de São Paulo. A princípio, essa manifestação tinha o objetivo de chamar a atenção das autoridades sobre as dificuldades da classe trabalhadora, todavia, esse ato acabou se tornando a semente de um movimento que se espalhariá por todo o Brasil: o Movimento Contra o Custo de Vida.²³

Carlos Alberto Diniz afirma que a primeira ação do MCV ocorreu entre outubro de 1972 e 1973, por meio de um questionário elaborado pelos clubes de mães. Nesse questionário, fizeram-se perguntas sobre os preços de artigos de primeira necessidade.²⁴

Com o passar do tempo, o clube foi ganhando um caráter político. As discussões abrangiam desde a falta de escola, saúde, saneamento, transporte, até os preços dos alimentos. Dessa maneira, foi por intermédio do clube de mães que o movimento contra a carestia surgiu. Com base nas necessidades básicas, o movimento passou a contestar toda forma de organização social.²⁵

No que diz respeito à relação entre o surgimento da MCV e o clube das mães, explica Sader:

Na história dos clubes de mães, o Movimento do Custo de Vida surge como se fosse um desdobramento natural. Quer dizer que a partir do momento em que as lideranças dos clubes de mães assumem o Movimento do Custo de Vida, este torna-se a forma concreta e unificação e politização das atividades de base daquelas organizações [...]. Em 1975 o Movimento do Custo de Vida toma novo

23 Cf. DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. **O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia...** *Op. cit.*

24 *Ibidem.*

25 *Ibidem.*

impulso quando os clubes de mães da zona sul organizam uma pesquisa, que as próprias mulheres realizam, sobre a alta dos preços dos artigos básicos consumidos pelas famílias de trabalhadores.²⁶

De acordo com Diniz:

O MCV, através das pesquisas feitas pelas mulheres, de mobilizações, de abaixo-assinados e de cartas às autoridades buscou chamar atenção para o arrocho salarial e para as dificuldades que a classe trabalhadora enfrentava no início da década de 1970.²⁷

No ano de 1976, ocorreu a assembleia do Colégio Santa Maria, em que foi divulgada uma carta às autoridades, além de disponibilizados dados obtidos nas pesquisas feitas pelos participantes do movimento. Aos poucos, o MCV foi crescendo e, no final de década de 1970, já produzia seus próprios jornais.²⁸

Segundo Diniz, à medida que o MCV ia crescendo, outros setores sociais de oposição ao regime militar começaram a participar do movimento, como políticos do MDB, membros de organizações clandestinas, intelectuais, estudantes universitários, e religiosos. O MCV foi se espalhando pelo Brasil e ganhando notoriedade.²⁹

Inicialmente o movimento não havia causado incômodo aos governantes, pois estes achavam que essas manifestações eram apenas coisas de “donas de casa ingênuas e desocupadas”. Todavia, em 1978, mais de 20 mil pessoas lotaram a Catedral

26 Cf. SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena...** *Op. cit.*, p. 212 *et. seq.*

27 DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. **O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia...** *Op. cit.*, p. 142.

28 *Ibidem.*

29 *Ibidem.*

da Sé, em São Paulo, para a assembleia do MCV, o que gerou uma repressão por parte do governo, na qual muitas pessoas foram atacadas.³⁰

Passada a assembleia, o objetivo central do MCV era enviar uma comissão a Brasília para levar o abaixo-assinado, com mais de 1,3 milhão de assinaturas coletadas em todo o Brasil. A comissão foi enviada, entretanto ela sequer foi recebida pelas autoridades do Planalto Central. Na ocasião, 21 representantes do MCV procuraram um meio de conseguir uma audiência com as autoridades. Para isso, contataram diversos parlamentares, mas mesmo assim não conseguiram.³¹

Depois de muita pressão, o então senador da ARENA, Petrônio Portella, prometeu conseguir uma audiência para a comissão. Porém, ao chegarem ao Planalto com os abaixo-assinados, dos 21, somente 5 membros da comissão puderam entrar.³²

A viagem para Brasília foi o ápice do movimento, mas também demonstrou suas fragilidades e limitações quanto às possibilidades de mobilização. Com seu crescimento, os diversos setores sociais que nele estavam alinhados, como o PCdoB, setores do MDB e militantes de organizações de esquerda na clandestinidade, começaram a disputar a hegemonia do movimento.³³

Desse modo, as controvérsias ideológicas presentes no MCV contribuíram para o processo de divisão e esvaziamento do movimento, a partir de 1978, principalmente quando o PC do B chegou à direção e mudou a nomenclatura de

30 Cf. DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. **O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia...** *Op. cit.*

31 *Ibidem.*

32 *Ibidem.*

33 *Ibidem.*

Movimento Contra o Custo de Vida para Movimento Contra a Carestia.³⁴

Como dito, a princípio, o movimento contra o custo de vida não pode ser caracterizado como um movimento feminista, visto que as mulheres dos clubes de mães não lutavam por mudanças nos papéis de gênero.³⁵ Todavia, segundo Diniz,³⁶ mesmo não possuindo um arcabouço teórico e ideológico, o clube de mães buscava, a seu modo, lutar pelos seus direitos e pela dignidade da mulher.

Vale ressaltar que, segundo Angela Davis, mulheres pobres e negras, de um modo geral, estiveram mais preocupadas em conquistar seu “ganha pão” ou lutar por melhores condições de vida do que discutir questões relacionadas à condição da mulher.³⁷ Entretanto, de acordo com Celi Pinto, com o decorrer das décadas, o movimento de mulheres já havia se mesclado com o movimento feminista, principalmente a partir da década de 1970, quando o movimento feminista eclode nos Estados Unidos e na Europa, estando nitidamente ligado à efervescência política e cultural. No caso do Brasil, não foi diferente.³⁸

A partir dos anos 1970, o movimento feminista se intensificou e se fortaleceu, mesmo em um período de intensa censura e repressão, tendo surgido o que se convencionou chamar de “segunda onda feminista”, em que se aprofundaram as críticas às estruturas patriarcais.

34 Cf. DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. **O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia...** *Op. cit.*

35 Cf. PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil...** *Op. cit.*

36 Cf. DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. **O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia...** *Op. cit.*

37 Cf. DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2018.

38 Cf. PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil...** *Op. cit.*

O ano de 1975 foi definido como o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com Celi Pinto:

A questão da mulher ganhava a partir daí um novo status, tanto diante de governos autoritários e sociedades conservadoras como em relação a projetos ditos progressistas que costumeiramente viam com grande desconfiança a causa feminina.³⁹

Dessa forma, a partir dessas críticas mais intensas sobre as estruturas, a dominação e as condições das mulheres, a luta pela emancipação, principalmente a partir de 1975, se consolida. Mulheres que atuavam no movimento feminista ganham destaque. Dentre elas, Amelinha Teles que, com o jornal *Brasil Mulher*, realizava formações e promovia o diálogo entre as feministas e as mulheres da comunidade, discutindo, entre outras questões, a condição feminina.⁴⁰

O jornal *Brasil Mulher* era um dos principais meios de comunicação que disseminavam as ideias feministas, tais como: o combate à violência doméstica, a defesa do aborto, da sexualidade livre e de melhores condições de trabalho. Durante a sua circulação, de 1975 a 1980, estima-se que o jornal tenha vendido e distribuído mais de 750 exemplares, sendo cerca de 200 exemplares só para o clube de mães.⁴¹

Assim, compreende-se que o MCV, principalmente em seus anos finais, também foi um movimento de cunho feminista, no qual mulheres das mais diversas ideologias e setores sociais se uniram para lutar e resistir, não apenas nas

39 PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil...** *Op. cit.*, p. 56.

40 Cf. DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. **O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia...** *Op. cit.*

41 Cf. MONTEIRO, Thiago Willian Nunes Gusmão. **“Como pode um povo vivo viver nesta carestia”...** *Op. cit.*

questões relacionadas ao alto custo de vida, mas também tendo como referência o papel social das mulheres.

Apesar dessa união do movimento feminista e do clube de mães, vale frisar o protagonismo das mulheres periféricas, no surgimento do Movimento Contra o Custo de Vida, um dos maiores movimentos sociais e de mulheres durante a ditadura militar do Brasil.

Considerações finais

De um modo geral, a resistência à ditadura no Brasil é discutida a partir das ações desempenhadas pela luta armada, assim como pelo legado das gerações de 1968 e 1977. Contudo, formas pacíficas de resistir ao autoritarismo dos militares também ocorreram, sendo eventos históricos que merecem atenção mediante a sua importância para a conjuntura e consequentemente o desfecho da ditadura.

No final da década de 1980, a crise do socialismo no Leste Europeu e o avanço do neoliberalismo, provocaram um enfraquecimento dos movimentos sociais, principalmente os de viés sindical e de setores ligados à Igreja Católica. Os clubes de mães também foram perdendo seu caráter político e caminhando para o associativismo e filantropismo.⁴²

Apesar de enfraquecido o movimento a partir da década de 1980, seu sucesso fez com que uma diversidade de bandeiras reivindicatórias se aglutinasse em torno dele e de certa maneira marchasse com bravura contra o autoritarismo dos militares e no período após a ditadura contra os problemas trazidos pela recessão e pelo neoliberalismo. Com as disputas travadas entre os diversos setores sociais pela hegemonia do MCV, a história das mulheres periféricas da zona sul de São Paulo acabou sendo relegada a segundo plano. Entretanto, um

42 Cf. DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. **O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia...** *Op. cit.*

dos fatores que vem contribuindo para uma maior discussão sobre a participação dessas mulheres, foi a institucionalização do acervo do clube de mães no Cedem.⁴³

O MCV foi um dos principais movimentos sociais de São Paulo e do Brasil na década de 1970, sua formação se deu pela mobilização e articulação de mulheres periféricas, o que foi fundamental para o reconhecimento do papel decisivo das mulheres como sujeitos históricos ativos no processo de contestação e ação política do regime militar.⁴⁴

A participação das mulheres periféricas nos Clubes de Mães mudou suas vidas e a forma verem o mundo. Através das pautas de suas reuniões, e posteriormente de sua militância, essas mulheres romperam com os papéis sociais que lhe foram impostos.⁴⁵

Portanto, o objetivo principal deste artigo foi analisar o protagonismo das mulheres, principalmente as periféricas, que foram as ruas, lutaram, resistiram a um regime de extrema censura e repressão, e fizeram surgir um movimento que aglutinaria as mais diversas camadas sociais e se tornaria um dos maiores movimentos contra a ditadura.

Referências

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. *In.*: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. **O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes das Mães da zona sul de São Paulo (1972-1988)**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, UNESP, São Paulo, 2018.

43 Cf. DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. **O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia...** *Op. cit.*

44 *Ibidem.*

45 *Ibidem.*

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Ernesto Geisel: o general da “abertura”? **Ágora**, n. 28, p.104-115, jul./dez. 2018.

MARTINS FILHO, João Roberto. Movimento estudantil e militarização do Estado (1964-1968). *In.*: MÜLLER, Angélica (org). **1968 em movimento**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MONTEIRO, Thiago Willian Nunes Gusmão. “**Como pode um povo vivo viver nesta carestia**”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NETO, Pereira Murilo Lima. A fábrica, o sindicato, o bairro e a política. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 1, p. 225-259, 2009.

NADER, Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. **Dimensões**, v. 14, 2002.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiência e luta dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TABAK, Fanny. **Mulheres públicas**: participação política e poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

TE GRITAM NEGRA NUM KILOMBO URBANO: AFETOS E PROJETOS DE MULHERES NEGRAS NOS ANOS DE CHUMBO NA CIDADE DE VITÓRIA (1978- 1980)

Lavínia Coutinho Cardoso

Quando nos convidaram para escrever o presente artigo, estávamos iniciando a pesquisa e escrita do projeto para doutoramento, que tem como tema a história do movimento de mulheres negras no Espírito Santo. Nesse sentido, diante da proposta, nosso artigo constitui um exercício importante de nos apresentarmos como uma “Griote”¹, nossa narrativa convida a uma epistemologia que reverencia a arena, a roda, a circularidade da qual seremos também parte, portanto não há “distanciamentos” – a outra sou eu e eu sou a outra.

Apresentamos uma narrativa cartográfica do pensamento e da construção do Movimento de Mulheres Negras no Espírito Santo/MMNES a partir de uma pequena memória, um “Kilombo² urbano”, iniciador do movimento de mulheres negras em nosso estado no período de 1978 a 1980. Essa pequena cartografia afetiva estabelece a narrativa

1 Griot (também grafado griô; com a forma feminina griote), pessoa que em África Ocidental tem por vocação preservar e transmitir as histórias, conhecimentos, canções e mitos do seu povo. Existem *griots* músicos e *griots* contadores de histórias

2 Em nosso texto usaremos a palavra “quilombo”, que tem origem nos termos “*kilombo*” (Quimbundo) e “*ochilombo*” (Umbundo), em sua escrita original, com “k”. Originalmente, designava apenas um lugar de pouso, utilizado por populações ou em deslocamento; posteriormente passou a designar também as paragens e acampamentos das que faziam o comércio de escravizados (as), e outros itens cobiçados pelos colonizadores. Significava também “acampamento guerreiro”, “capital, povoação, união”. Porém, foi só no Brasil que o termo “quilombo” ganhou o sentido de autônomas de escravos fugitivos.

com base em entrevistas realizadas entre 2017 e 2019 e em documentos produzidos por mulheres negras.

Nossas entrevistadas são protagonistas do Movimento de Mulheres Negras no estado, representando fundamental importância na luta dessas mulheres. Miriam Cardoso é militante e ativista do Movimento Negro, pedagoga e mestra em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, foi secretária de cidadania e direitos humanos da cidade de Vitória, articuladora e uma das fundadoras do Conselho Municipal do Negro e a idealizadora da Casa do Cidadão de Vitória. Sonia Rodrigues da Penha é assistente social, psicóloga e psicanalista e ativista negra. Marcia dos Santos é professora de língua portuguesa, atualmente aposentada e militante da Pastoral da Saúde da Igreja Católica.

Dito isso, faz-se necessário tecer algumas considerações acerca da presença das mulheres negras no Brasil, todas elas vivendo e convivendo no cotidiano com três estruturas de poder: o racismo, o machismo e o colonialismo inerentes à sociedade brasileira.

Nosso pequeno Kilombo será conduzido epistemologicamente, o que se refere às representações do lugar social e cultural da mulher negra a partir da encruzilhada de duas Referências: 1) a ancestral, que compreende aquilo que éramos e somos antes em África; e 2) a Diáspora Africana, que nos impôs toda violência, com o rapto, o aprisionamento e a travessia de civilizações africanas pelo Atlântico para as Américas.³

3 O século XV dá início a um processo irreversível para milhões de africanas e africanos. Capturados, acorrentados e violentados, fizeram a contragosto uma grande travessia que muitos não chegaram a completar. Nas Américas foram escravizados e tornaram-se as mãos e braços do trabalho a serviço do empreendimento colonial. É óbvio que a presença africana no Brasil vai para além disso, para cá foram trazidos mulheres e homens das mais diversas culturas, que conferiram uma marca inegável, explícita de beleza, potência e inteligência em terras brasileiras.

Nessa encruzilhada, nosso “pequeno kilombo” será cartografado através do pensamento de Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Carla Akotirene, Bebel Nepomuceno, Bell Hooks e Angela Davis. Conduziremos nossa cartografia a partir do conceito de interseccionalidade, assim definido por Carla Akotirene em entrevista ao site *Geledés*⁴:

é uma ferramenta metodológica disputada na encruzilhada acadêmica. Trata-se de oferta analítica preparada pelas feministas negras. Conceitualmente ela foi cunhada pela jurista estadunidense, a professora da teoria crítica de raça Kimberlé Crenshaw, no âmbito das leis antidiscriminação.

A interseccionalidade pensa as diversas identidades a partir da colisão das estruturas de dominação e exclusão na qual as mulheres da diáspora negra estarão inseridas, permitindo enxergar o intercruzamento e a ligação estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado⁵, que segundo Akotirene são as construtoras de “avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça, classe, modernos aparatos coloniais”.⁶ Em matéria para o *Portal Geledés* intitulada *Repensando a Interseccionalidade*, Winnie Bueno define assim o pensamento de Sueli Carneiro sobre interseccionalidade:

4 Geledés, Instituto da Mulher Negra foi fundada em 30 de abril de 1988. É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira.

5 É um sistema sociopolítico, no qual a heterossexualidade cisgênera e o gênero masculino têm supremacia sobre os demais gêneros e sobre as outras orientações sexuais.

6 Cf. AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólem, 2019.

compreende [...] um conjunto de ideias e práticas que sustentam que gênero, raça, classe, sexualidade, idade, etnia, status de cidadania e outros marcadores não podem ser compreendidos de forma isolada, sendo que estes articulam dinâmicas de poder que produzem realidades materiais desiguais e experiências sociais distintas coletiva e individualmente. Nesse sentido, o pensamento de mulheres negras irá promover uma revolução paradigmática sobre a forma com que pensamos sobre relações de poder, especialmente no que diz respeito às injustiças sociais que são articuladas a partir dessas relações.⁷

Para compreender o movimento e o feminismo negro, é necessário pensar em que medida os caminhos e encruzilhadas vivenciadas, já referidas pelo conceito de interseccionalidade, por nós mulheres negras, atingem a construção de nossas identidades e nossos corpos. É válido salientar que milhares de mulheres negras vêm se dedicando à construção de um novo espaço, uma arena, um campo de ação pensado por nós a partir de duas orixás – Oxum⁸, a senhora das águas e do afeto, e Yansã⁹, a mulher búfalo, a guerreira ioruba, que serão nesse artigo nossas Referências ancestrais. Esse espaço é de convivência, de criação de novos afetos, de ação e de

7 Cf. BUENO, Winnie. Repensando a Interseccionalidade. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/repensando-a-interseccionalidade/> >. Acesso: 20 out.2019.

8 Oxum é uma Orixá, é a senhora das águas doces, dona dos rios e cachoeiras, cultuada no candomblé e também na umbanda, religiões de origem africana. Oxum é a segunda esposa de Xangô e representa a sabedoria e o poder feminino. Além disso, é vista como deusa do ouro e do jogo de búzios. Seu arquétipo nos remete ao amor, a afetividade, a fertilidade. Princípio do feminino, da feminilidade.

9 Yansã é uma Orixá que teve seu culto nascido na Nigéria, mais especificamente nas margens do Rio Niger. Rainha dos raios, furacões, ciclones e vendavais, Iansã é a Deusa da espada de fogo Guerreira e impetuosa é mãe que para defender seus filhos se transforma em búfalo. Sua energia está fortemente relacionada com as intempéries, com os ventos e ainda com os raios. Seu arquétipo nos remete ao imprevisível, as mudanças, da aventura, da luta e da vitória.

novas proposições de pensar e se perceber como mulher e como negra. Nessa arena inserimos nosso pequeno quilombo urbano, a primeira expressão de feminismo negro em terras capixabas, um grupo de mulheres que exercitará o afeto, o diálogo e o compartilhamento de experiências, constituindo um novo espaço para novos arranjos identitários, bem como a construção de novas narrativas decoloniais.¹⁰

Um corpo silenciado: mulheres negras na sociedade brasileira

O movimento de mulheres no Brasil é um dos mais respeitados do mundo e se constituiu ao longo dos anos como referência para o movimento de mulheres em nível internacional, destacando-se na construção de uma agenda que compreende o direito ao sufrágio, desigualdades de gênero no mercado de trabalho, aborto, violência doméstica e o combate à discriminação contra as mulheres.¹¹ No século XX, em várias partes do mundo e no Brasil, as mulheres conquistaram vários espaços, saíram do lugar do *privado* que lhes era reservado para o espaço do *público*, ocuparam posições significativas no mercado de trabalho, alcançaram o direito ao voto, além dos avanços no campo da sexualidade.

No artigo intitulado *Mulheres negras*, Bebel Nepomuceno afirma que tal perspectiva não pode ser aplicada no caso das mulheres negras, uma vez que não podemos entender as mulheres como um grupo homogêneo.¹² Mulheres negras têm especificidades por

10 Decolonialidade ou descolonialismo é um termo usado principalmente por um movimento latino-americano emergente que se concentra na compreensão da modernidade no contexto de uma forma de teoria crítica aplicada aos estudos étnicos e, cada vez mais, aos estudos étnicos e de gênero.

11 Cf. CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, v. 17 n. 49, 2003.

12 NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras. *In.*: PINSK, Carla; PEDRO,

conta da ex-condição de escravizadas, por pertencerem ao grupo que pós-abolição será sistematicamente excluído da sociedade moderna no país.

Às mulheres negras não coube experimentar o mesmo tipo de submissão vivido pelas mulheres brancas de elite até inícios do século XX. Tampouco seu espaço de atuação foi unicamente o privado [...] A chegada do novo século encontrou-as trabalhando como pequenas sitiantes, agricultoras, meeiras, vendedoras de leguminosas e demais produtos nas ruas das cidades brasileiras. Muitas viviam em lares sem a presença masculina, chefiando a casa e providenciando o sustento dos seus. Outras trabalhavam para famílias de mais posses como criadas para todo o serviço. [...] ao contrário do prescrito para a mulher idealizada da época, as negras circulavam pelas ruas, marcando a seu modo presença no espaço público.¹³

O pós-abolição é vivenciado pela ex-cativas de forma violenta, assim como no período da escravidão, mulheres negras continuam a ser exploradas sexualmente, nas relações de trabalho, e na forma em que seu corpo é pensado e manipulado. Sua presença passa a ser alvo não só do racismo cotidiano, mas de intervenções e perseguições “autorizadas”.

As incursões policiais contra os terreiros de candomblé e de macumba e as perseguições às benzedeiças, curandeiras, herbaristas e parteiras, associadas à superstição e ao charlatanismo.¹⁴

A elite branca, buscando construir uma “Europa dos trópicos”, elabora uma política de Estado que reforça esse

Joana Maria (org.). **Nova história das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

13 *Ibidem*.

14 *Ibidem*.

projeto político e, com o fim do sistema escravagista, inicia-se um processo de modernização das formas de opressão, com uma política imigrantista de contornos racistas.¹⁵ Pode-se observar que ao imigrante branco é reservado o lugar do trabalho, o trabalhador/operário; aos negros e negras é reservado o lugar da informalidade. Somam-se aí as representações sócio raciais¹⁶, que vão produzir um cotidiano de discriminação racial que se traduz em estereótipos da população negra: caráter degenerado, alienado, bêbado, imoral e de práticas bárbaras.

Segundo Bebel Nepomuceno, todas essas expressões

associadas à população negra tornam-se cada vez mais frequentes nas diferentes seções dos jornais, intensificando-se ante a iminência da abolição e o suposto acesso de negros e negras à cidadania. Constroem-se para as mulheres negras os estereótipos da empregada doméstica, da mulata sexualizada. Corpos negros femininos são idealizados pela branquitude¹⁷ como um corpo ‘sem afeto, sem pensamento’,¹⁸

15 Cf. FREITAS, Josimar Nunes Pereira de. **Mortalidade diferencial por causas externas segundo raça/cor nas microrregiões do Espírito Santo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017; SALETTI, Nara. Sobre a composição étnica da população capixaba. In.: Lazzaro, Agostino (org.). **Imigrantes Espírito Santo**: base de dados da 106 imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014; NEPOMUCENO, Bebel. *Mulheres Negras... Op. cit.*

16 Segundo Abric (1994) as representações Sociais são os conjuntos organizados de informações, atitudes, crenças que um indivíduo ou um grupo elabora a propósito de um objeto, de uma situação, de um conceito, de outros indivíduos ou grupos. Apresentando-se, portanto, como uma visão subjetiva e social da realidade.

17 “A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo.” - Hernani Francisco da Silva para Geledés.

18 NEPOMUCENO, Bebel. *Mulheres Negras... Op. cit.*

corpos que “nasceram para servir” ao outro, corpos cujo estupro é naturalizado desde os tempos da escravidão.¹⁹ Da ama de leite dos sinhozinhos e sinhazinhas ao desemprego, à informalidade e ao subemprego nos dias atuais, da luta diária de ser chefe da família, da solidão da mulher negra.²⁰ É possível perceber como a interseccionalidade, nossa encruzilhada sistêmica, fica evidenciada no processo de exclusão das mulheres negras do conjunto de direitos e da cidadania plena. Os mecanismos dessa exclusão atingem as mulheres negras mais que a qualquer outro grupo,²¹ e se consolidam após a abolição e a proclamação da república.

Hoje, somos a maioria das mulheres brasileiras, somos no Brasil 55,6 milhões de mulheres negras (pretas e pardas) que chefiam 41,1% das famílias negras e recebem, em média, 58,2% da renda das mulheres brancas. Os dados são do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, estudo feito com base em séries históricas de 1995 a 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE.

Dito isto, em que momento acontece o que Sueli Carneiro chama de *enegrecimento* do movimento de mulheres na cidade de Vitória? Como essas percebiam e sentiam seu corpo negro? De que forma nosso pequeno quilombo se constitui numa arena

19 DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016; GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. Comunicação apresentada na conferência: “1985 and Beyond: A National Conference”. Baltimore, 1984; GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984; HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, v. 2, 1995.

20 PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Branca para casar, mulata para f...., negra para trabalhar**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

21 CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento...** *Op. cit.*; DAVIS, Angela. **Angela Davis analisa nosso potente feminismo negro**. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/angela-davis-analisa-nosso-potente-feminismo-negro/>>. Acesso: 25 out 2019.

de elaboração e construção de pertencimento e identidade de um grupo de mulheres negras na cidade de Vitória?²²

Aquilombando-se

A ditadura civil-militar (1964-1985) foi um período da história contemporânea brasileira dos mais expressivos no que se refere aos focos de construção de um novo projeto de nação. O período em que está inserida nossa narrativa cartográfica está diretamente ligado ao que a historiografia denomina abertura política, que vai de 1978 a 1985.

A repressão política aos movimentos políticos pelos militares que assumiram o poder através do golpe militar de 1964 pôs fim a diversas experiências do Movimento Negro que estavam em curso. [...] Na década de 1970, ainda na ditadura militar, diversas ações antirracismo ocorrem pelo país, inclusive no Estado do Espírito Santo as pessoas começam a reunir para refletir, debater e promover ações contra o racismo.²³

Novos atores políticos²⁴ surgem no período, dentre esses o movimento negro moderno inicia sua atuação com a fundação em São Paulo do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Fundado em 1978²⁵, a organização abrigava mulheres e homens negros e no

22 CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento...** *Op. cit.*

23 OLIVEIRA FILHO, José Gomes de. **O Movimento Negro e a Ditadura Militar**: estudo de caso da vigilância do DOPS/ES. Monografia (Especialização em Política de Promoção da Igualdade Racial nas Escolas). Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

24 Podemos apontar: a reorganização do movimento sindical, com as greves no ABCD paulista, a organizações de vários setores dos movimentos sociais, a princípio alocados nas comunidades eclesiais de base, o movimento das pastorais. A fundação do Partido dos Trabalhadores. Tais movimentos e organizações são extremamente atuantes no período que corresponde ao final da ditadura, na chamada abertura política.

25 No ano de 1978, a ditadura militar prendeu, torturou e assassinou

Espírito Santo estruturou-se um núcleo que foi organizado por nomes como Lucila Beato, Cleber Maciel, Miriam Cardoso, José Jacyr do Nascimento, Márcia, Vilma e Wandira Santos, Izis Nascimento, Elias Pereira Barcelos, Adilson Vilaça, Paulinho Freitas, Carlos, Izabela e muitos outros. O quilombo estava aí constituído.

Segundo Sueli Carneiro, a expressão *enegrecendo o feminismo* refere-se à trajetória específica das mulheres negras, que revela a necessidade de compreendermos a diversidade e as diferentes expressões do feminino que emergem junto à luta antirracista no Brasil.²⁶ Segundo a historiadora e atriz Suely Bispo:

Inserindo-se no contexto dos movimentos de resistência no Brasil e no Espírito Santo, o movimento contemporâneo de Mulheres Negras emerge no bojo das lutas feministas e antirracistas em fins dos anos 70 e no decorrer dos anos 80. Poucos meses antes do Centenário da Lei Áurea, ampla mobilização ocorre em todo Brasil e o Grupo de Mulheres Negras do Espírito Santo surge no momento de aprofundamento dessas discussões e experiências.²⁷

Nosso pequeno quilombo se organizou como tal no interior do MNUDC/ES em Vitória, como um dos

o feirante Robson Silveira da Luz, acusado de roubar frutas em seu local de trabalho. No mesmo ano, quatro garotos jogadores de vôlei foram discriminados pelo Clube Regatas do Tietê e o operário Nilton Lourenço foi morto pela Polícia Militar no bairro da Lapa, em São Paulo. A reação imediata da juventude negra para os ataques foi a articulação do Movimento Negro Unificado (MNU), que pedia o fim da violência policial, do racismo nos meios de comunicação, no mercado de trabalho e do regime, juntando setores de todos os espectros políticos.

26 CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento...** *Op. cit.*

27 Cf. BISPO, Suely; SOUZA, Edileuza Penha de. **Resistência negra na Grande Vitória:** dos quilombos ao movimento negro. Vitória: Multiplicidade, 2006.

centros de luta se estruturando em vários pontos da região metropolitana.²⁸ Em Vitória, havia quatro centros de luta: bairro de Santo Antônio, Morro do Quadro (localizado no bairro da Vila Rubim), bairro de Lourdes e no campus de Goiabeiras na UFES. Na cidade de Vila Velha um ponto foi formado, localizado no bairro São Torquato. O centro de luta que abrigava o nosso pequeno quilombo funcionou a princípio em Bairro de Lourdes, na Rua Pedro Botti, e posteriormente foi transferido para o Morro do Quadro. Em relato, Miriam Cardoso nos fala:

Nós fomos para o Rio de Janeiro eu, José Beato e Cleber Maciel participar do I Congresso Nacional do MNUDCR, lá foi feita a carta de princípios. [...] na volta a Vitória foram organizados centros de luta, o central funcionava na casa de Cleber em Santo Antônio, outro em bairro de Lourdes, um no Morro do Quadro, outro em São Torquato e um na UFES.²⁹

No livro *Negros do Espírito Santo*, Cleber Maciel afirma que depois da fundação do MNUDCR, criou-se o primeiro centro de luta, em 01 de outubro de 1978.³⁰ O centro de luta *Graden* (Grupo de Ação e Defesa Negra) era composto por 15 participantes, e mesmo com as ameaças da repressão, os centros de luta em pouco tempo contavam com cerca de 150 participantes.

28 Na tese de doutorado “*Vozes Negras*” na história da educação: racismo, educação e movimento negro no Espírito Santo (1978-2002), Gustavo Forde aponta para a existência de outros centros de luta espalhados pelo estado do Espírito Santo, por conta da especificidade da nossa narrativa, optamos por tratar apenas aqueles localizados na região metropolitana.

29 CARDOSO, M. Miriam Cardoso: **depoimento** [jul. 2017]. Entrevistadora: L. Cardoso. Vitória: acervo pessoal.

30 MACIEL, Cleber da Silva. **Negros do Espírito Santo**. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, Secretaria de Produção e Difusão Cultural, UFES, 1994.

existiam em Vitória vários novos Centros de Luta, entre os quais se destacavam o C. L. Elesiário, criado em 16 de janeiro de 1979 e que recebeu esse nome em homenagem ao líder da Revolta dos Escravos de Queimado, ocorrida no município da Serra, em 19 de março de 1849; o C. L. Patrice Lumumba, criado em 13 de março de 1979, homenageando o herói da luta pela libertação africana; o C. L. das Mulheres Negras, e o C. L. de São Torquato. Todos eram organicamente estruturados pelas Coordenadorias Municipais e pela Coordenadoria Estadual, através das quais eram eleitos representantes capixabas que compunham a Executiva Nacional do MNUCDR.³¹

No centro de luta das mulheres negras, eram integrantes permanentes do grupo: Miriam Cardoso estudante do curso de Matemática; Sonia Rodrigues da Penha, Vilma Santos e Izis Nascimento, todas estudantes de Serviço Social; Wandira Santos, estudante de Educação Física e Marcia Santos, estudante de Letras; as irmãs Sônia e Sandra Leandro, a primeira estudante de Medicina e a outra ainda estudante secundarista (atual ensino médio), Beth (nenhuma das entrevistadas lembra do sobrenome), estudante de Geografia, as irmãs Alcimara e Aurea, a primeira era trabalhadora doméstica e a segunda trabalhava no comércio. Todas eram jovens de 18 a 25 anos.

Em sua entrevista, Marcia Santos nos relata que “muitas mulheres passaram pelo grupo e muitas vezes a reunião não acontecia em Bairro de Lourdes, mas na casa de alguma das integrantes”.³² Sonia Rodrigues da Penha fala da maciça presença de universitárias no grupo de mulheres e no grupo maior do MNUCDR/ES e das barreiras que o grupo enfrentava para garantir sua permanência na universidade:

31 Cf. MACIEL, Cleber da Silva. **Negros do Espírito Santo...** *Op. cit.*

32 Cf. SANTOS, M. Marcia Santos. **Depoimento** [abr. 2019]. Entrevistadora: L. Cardoso. Vitória: acervo pessoal.

esse foi um movimento muito ligado à universidade, éramos negros que tínhamos ascendido na perspectiva de acessar uma faculdade, de ter esse projeto pessoal legitimado com todas as limitações socioeconômicas que cada um trazia, por conta da história de cada família né [...] naquele tempo não havia nenhum programa de assistência para que ficássemos na faculdade, era sacrifício mesmo, principalmente a minha história que era de muita luta para poder estar e poder permanecer ali, eu trabalhava e trabalhava muito para ter condições de amparar minha família e estudar.³³

É possível afirmar que mesmo o MNUDCR/ES não sendo uma organização de mulheres negras, foi no centro de luta que se formou o primeiro grupo de mulheres negras na cidade de Vitória de que se tem conhecimento. É possível que outros grupos de mulheres, inclusive com participação de mulheres notadamente negras, pudessem estar se organizando nesse período, como os grupos de mulheres das comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, porém, nosso grupo é precursor, já que a motivação dessas mulheres se reunirem foi o fato de serem negras. Ele se configura a partir da identificação, visto que todas se reuniam pelo fato de serem negras e compartilharem experiências idênticas. Há notadamente uma busca de construção de uma identidade, de um pertencimento político e afetivo. Segundo Maria Aparecida Silva, em artigo intitulado *Narrativas de mulheres negras araraquarenses: experiência e organização*:

Ao longo de seu processo de socialização as mulheres negras vêm criando estratégias de sobrevivência diante do racismo para se defenderem nos espaços que se faz presente como na escola, no trabalho e lazer. Esta construção se faz

33 Cf. PENHA, S. R. da. Sônia Rodrigues da Penha. **Depoimento** [abr. 2019]. Entrevistadora: L. Cardoso. Vitória: acervo pessoal.

mediante o que está colocado no inconsciente coletivo da sociedade de que o negro é inferior.³⁴

Separadas dos homens, as reuniões aconteciam todos os sábados, pois era percebido que a questão da mulher tinha especificidades, além de que os grupos sentiam que as questões que atingiam as mulheres negras se configuravam para além do racismo, pois estavam também reféns do machismo e da estrutura que perpetuava a exclusão social no pós-abolição. Segundo Marcia Santos, naquela época queríamos nos conscientizar da nossa negritude, nós sabíamos que éramos negras, mas isso não era dito, era importante construir essa consciência de ser negra, de ser mulher e de construir uma prática de estarmos juntas.³⁵

Outro fator importante diz respeito à conjuntura que o Brasil vivia na época; mesmo no final da ditadura, conhecido como período da “abertura política”, reunir-se e formar grupos de caráter político era proibido. No final da década de 70 houve uma mobilização e organização dos movimentos sociais no Brasil. Muitos militantes de esquerda, artistas e intelectuais encontravam-se em exílio; era também o momento em que Abdias do Nascimento, um dos fundadores do MNUDCR, estava retornando ao país. O simples fato de se reunir violava a ordem estabelecida e nosso pequeno quilombo era uma transgressão da ordem, um espaço de resistência. Sônia Rodrigues nos relata:

a faculdade era regida pelos ditames da ditadura né, não havia festa [...] havia assim um campeonato, um jogo entendeu. [...] em relação à ditadura, que eu tenha

34 Cf. SILVA, Maria Aparecida. Narrativas de mulheres negras araraquenses: experiência e organização. In.: **Seminário Internacional Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

35 Cf. SANTOS, M. Marcia Santos. **Depoimento...** *Op. cit.*

consciência não era falado numa relação a uma análise de conjuntura, mas permeava porque assim: tudo não podia, tudo era proibido né. Então só de nos organizarmos, formarmos grupos, nós já estávamos fazendo uma oposição, num momento em que isso não era frequente.³⁶

Nosso kilombo era formado em quase sua totalidade por universitárias moradoras da cidade de Vitória e várias mulheres passaram a frequentar as reuniões, algumas esporadicamente e outras de forma regular. Era constituído de forma horizontal, a frequência era livre. Em seu relato, Sonia Rodrigues da Penha assim define o grupo:

Nos reuníamos a princípio [...], na casa das irmãs Vandira, Marcia e Vilma. [...] acredito que o grupo não tinha um direcionamento partidário [...] era um espaço de fala, para que cada uma se colocasse, como se via como negra [...] a princípio nós conversávamos sobre o que significava pra gente ser uma jovem mulher negra. O que é ser uma jovem negra na universidade? Os encontros e desencontros marcados pelo afeto, nós conversávamos sobre essas questões [...], o que implicava em se perceber negra nas nossas famílias, porque era muito difícil, porque as famílias, pelo menos a minha, meus pais não se viam como negros, então era assim: que história é de repente você começar a dizer que é negra.³⁷

Para Miriam Cardoso, outro tema muito importante conversado era a entrada no mercado de trabalho formal, a maioria dessas jovens mulheres eram universitárias, o que para o período era algo impactante: uma mulher negra com curso superior. Cardoso fala de como elas viviam e tinham a percepção do racismo na época: estavam algumas delas procurando emprego e ficaram impressionadas quando três

36 Cf. PENHA, S. R. da. Sônia Rodrigues da Penha. **Depoimento...** *Op. cit.*

37 *Ibidem.*

das participantes, que eram universitárias, foram dispensadas com um mesmo argumento, de que a vaga já havia sido preenchida, por empregadores diferentes.³⁸

Outra questão citada pelas três entrevistadas era a estética, com destaque para o cabelo. Miriam Cardoso relata:

Aurea, que trabalhava no comércio, resolveu fazer tranças, tranças nagô. [...] o dono do comercio disse: você vai em casa agora tirar isso, senão eu vou mandar você embora. E ela chorou muito!³⁹

Marcia Santos traz um outro relato sobre a questão estética:

Outra coisa importante era a valorização do nosso cabelo, naquela época todas as mulheres alisavam o cabelo e era comum, natural alisar, e nós não alisávamos. Essa coisa de assumir o cabelo como ato político não é de hoje.⁴⁰

O senso de unidade vem na fala de Sônia Rodrigues: “Nós estávamos sempre juntas, ouvíamos músicas...reggae, Elza Soares e trançavamos o cabelo umas das outras”.⁴¹

Em artigo intitulado *Vivendo de Amor*, Bell Hooks expõe como nós negras e negros nos relacionamos, afeto e amor são expressões da emoção humana reprimidos pela experiência da escravidão e mesmo depois dela.

Somente em espaços de resistência cultivados com muito cuidado, podiam expressar emoções reprimidas. Então, aprenderam a seguir seus impulsos somente em situações de grande necessidade e esperar por um

38 CARDOSO, M. Miriam: **depoimento...** *Op. cit.*

39 *Ibidem.*

40 SANTOS, M. Marcia. **Depoimento...** *Op. cit.*

41 PENHA, S. R. da. Sônia Rodrigues da Penha. **Depoimento...** *Op. cit.*

momento ‘seguro’ quando seria possível expressar seus sentimentos.⁴²

Parece-nos que nosso pequeno kilombo era exatamente esse espaço em que essas mulheres se sentiam seguras para expor ideias, sentimentos para além da dor a que estavam submetidas no seu cotidiano. Além de ser uma espécie de grupo de ajuda mútua e de troca de experiências, realizavam leituras, principalmente obras relacionadas à tomada de consciência do ser mulher. Miriam Cardoso, em suas narrativas, lembra dos estudos feitos pelo grupo da obra de Simone de Beauvoir, *O segundo Sexo*, dos escritos de Lélia Gonzalez e dos documentos e leituras do MNUCDR, além das ações políticas que visavam à organização e à conscientização da comunidade negra em geral, na construção da luta pela cidadania plena, contra o processo de “embranquecimento”, buscando a valorização da negritude e da africanidade.⁴³

Foram organizados grupos de leitura e discussão de textos informativos e teóricos e grupos de ação política, divulgação e extensão, visando à criação de novos Centros de Luta nas áreas de concentração do povo negro, como escolas, fábricas, Candomblés, escolas de samba, blocos carnavalescos, bairros de periferia, favelas, mangues, ocupações de sem teto e sem terra e ambientes de trabalho em geral.⁴⁴

Marcia Santos relata que chegou um momento em que o grupo sentiu a necessidade de realizar atividades práticas, que envolviam a comunidade. Nessa altura, o grupo havia transferido sua sede para o Morro do Quadro, na casa da entrevistada Miriam Cardoso. As atividades envolviam

42 HOOKS, Bell. *Intelectuais negras...* *Op. cit.*

43 CARDOSO, M. Miriam: **depoimento...** *Op. cit.*

44 MACIEL, Cleber da Silva. **Negros do Espírito Santo...** *Op. cit.*

panfletagem, teatro, um time de futebol batizado “Palmares”, almoços e jantares afros.⁴⁵ Com um sorriso no rosto, Marcia relembra:

A gente se reunia, mulheres, homens, casais com seus filhos para ouvir e dançar reggae até o dia amanhecer, comer feijoada, caranguejada. Estudantes africanos da UFES participavam também, era uma convivência muito gostosa.⁴⁶

Em meados de 1980, quando o grupo se transfere para o Morro do Quadro, parece-nos que muda seu perfil, e algumas das mulheres vão se desligando do grupo. Sônia passa a fazer parte do grupo “União e Consciência Negra”, ligado à Pastoral do Negro da Igreja Católica. Outras se desligaram para seguir suas carreiras profissionais. As bandeiras de luta do Movimento Negro contra a discriminação racial passaram a ser prioridade e o debate sobre a questão do feminino e o grupo original acabam por se dissolver no MNUCDR/ES, porém a agenda feminina continua a fazer parte, configurando-se como um dos pontos de debate e luta atualmente no MNU.⁴⁷

É importante ressaltar que mesmo vivendo uma experiência coletiva, cada uma das entrevistadas tem uma memória afetiva diferente do período que vivenciaram – aquela roda, aquela arena, aquele kilombo político e afetivo. Miriam Cardoso tem uma memória política, sua fala nos remete à luta, à organização.⁴⁸ Sônia Rodrigues da Penha é a memória do afeto, de como aquele momento era significativo, de fortalecimento emocional do grupo para

45 SANTOS, M. Marcia. **Depoimento...** *Op. cit.*

46 *Ibidem.*

47 Atualmente o MNUDCR usa somente as iniciais MNU – Movimento Negro Unificado.

48 CARDOSO, M. Miriam: **depoimento...** *Op. cit.*

sobreviver e viver a realidade do racismo, do sexismo e da exclusão social.⁴⁹ Marcia Santos nos apresenta uma memória que nos remete à alegria do encontro, de pela primeira vez se sentir construindo parcerias, companheiras negras para caminhar, daquele momento como construtor de sua negritude.⁵⁰ Essas memórias se misturam e nos contam como essas mulheres, num pequeno grupo, nosso pequeno quilombo, se constituíram em um importante espaço de resistência, afirmação da negritude enquanto uma experiência coletiva e individual em plena ditadura militar. Podemos afirmar a felicidade como um ato revolucionário para essas mulheres.

Nossos passos vêm de longe!

Em 1987, oito anos após a criação do centro de luta (nosso pequeno quilombo), foi fundada a primeira organização de mulheres negras na cidade de Vitória. Segundo uma das fundadoras do grupo, Edileuza Penha de Souza⁵¹, faziam parte dele Ana Alverinda, Ariane Meireles, Benedita Nascimento, Marcia Santos, Maria Lígia, Nelma Monteiro, Suely Bispo e outras. O Grupo de Mulheres Negras do Espírito Santo nasceu dentro de um contexto de resistência, no calor das comemorações e denúncia do centenário da assinatura da Lei Áurea. Esse grupo promoveu atividades e debates realizando o I e o II Encontro Estadual de Mulheres Negras e participando da organização e do I Encontro Nacional de Mulheres Negras do Brasil, em 1988, na cidade de Valença, no Rio de Janeiro. Nas atividades, destaca-se uma promovida junto à médica Veronica da Paz⁵², relatada por Edileuza Penha de Souza:

49 PENHA, S. R. da. Sônia Rodrigues da. **Depoimento...** *Op. cit.*

50 SANTOS, M. Marcia. **Depoimento...** *Op. cit.*

51 Militante e Ativista negra, historiadora, cineasta, e doutora em história pela Universidade Nacional de Brasília (UNB).

52 Médica psiquiatra formada pela Escola superior de ciências da santa casa de misericórdia de Vitória/EMESCAN, iniciada no Candomblé, militante

foi com Veronica da Paz que realizamos o primeiro trabalho sobre sexualidade com um grupo de Mulheres de Santa Rita – Vila Velha. Numa época em que políticos capixabas trocavam ligaduras de trompas por voto, lá estávamos nós com o Slogan “Ligadura é Ditadura”! No trabalho com essas mulheres, íamos aprendendo a falar de afeto com a mesma garra que falávamos de racismo. O convívio com a pobreza extrema nos fazia reconhecer nosso lugar de mulheres negras privilegiadas, tínhamos casa, alimento e família. Ali, com aquelas mulheres em situação de precariedade total, íamos compreendendo nossas regalias, diante de muitas mulheres, em sua maioria negras, que não tinham comida para alimentar seus filhos, e lembro que numa tarde de sábado, após a saída de uma dessas reuniões, choramos juntas pela primeira vez.⁵³

O relato feito por carta expõe de forma explícita como nosso pequeno kilombo é a gênese, o início de uma construção potente, constituindo-se num espaço de conversa, aprendizado, política, afeto, convivência social, racial e emocional. Nesse sentido, evocamos o princípio da ancestralidade, onde o passado é sempre presente, portanto o que nos constitui enquanto nosso pequeno kilombo está presente em todas as redes (núcleos, fóruns, institutos, associações, coletivos) que trabalham na perspectiva de romper o pensamento patriarcal, colonial, machista e racista e suas práticas, ao qual nós mulheres negras estamos submetidas.

Em julho de 1995, as mesmas mulheres que fundaram a primeira organização de mulheres negras na cidade de Vitória deram mais um passo, e fundaram a Associação de Mulheres

e ativista negra e mentora e criadora do MUCANE - Museu Capixaba do Negro, morreu precocemente aos 46 anos.

53 PENHA DE SOUZA, Edileuza. **Um até breve a minha irmã Ilma Viana**. Mensagem recebida por: edileuzapenhadesouza@gmail.com em 23 set. 2018.

Negras *Obirin Dúdú*⁵⁴. Segundo Souza, o *Obirin* possibilitou o fortalecimento do movimento, a partir de sua fundação foi possível uma maior articulação com outras entidades e organizações de mulheres negras em nível local, nacional e internacional.

Começamos a fazer intercâmbio com entidades de mulheres negras, no Brasil e internacionalmente, destacando-se nossa participação na IV Conferência Mundial de Mulheres, na China, a filiação à Rede Afrolatino-americana e Afrocaribenha de Mulheres Negras e as parcerias com entidades de mulheres da Grande Vitória: Mulheres Unidas de São Pedro (MUSP), Força da Mulher de Inhanguetá (FMI) e Mulheres Unidas da Ilha das Caieiras (AMUCABULE).⁵⁵

Na década de 1990, o movimento de mulheres negras no Espírito Santo ficou sob a “coordenação” do *Obirim Dudu* e em 1991 o estado participou com uma delegação do II Encontro Nacional das mulheres negras, que aconteceu na cidade de Salvador, Bahia. Em setembro de 1995 aconteceu a IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz⁵⁶, na China, e as mulheres negras do estado estavam lá representadas por Edileuza Penha de Souza. Em 1996 o *Obirim Dudu* organizou o III Encontro estadual das mulheres negras, além disso, o movimento de mulheres negras do estado participou ativamente da organização histórica da *Marcha Zumbi dos Palmares*, que aconteceu em Brasília em 20 de novembro de 1995 e reuniu cerca de 30 mil mulheres e homens, militantes do movimento negro.

54 *Obirim Dudu* são palavras do idioma ioruba e significa mulher preta.

55 PENHA DE SOUZA, Edileuza. **Um até breve a minha irmã Ilma Viana...** *Op. cit.*

56 IV Conferência Mundial sobre a Mulher com tema central “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, China. A Plataforma de Ação de Pequim afirma os direitos das mulheres como direitos humanos e comprometidos com ações específicas para garantir o respeito a esses direitos.

O século XXI iniciou-se e se ampliaram as discussões e debates sobre a pauta e agenda do movimento de mulheres negras no Espírito Santo e no Brasil, emergindo novos grupos e organizações. A ampliação do debate com a produção acadêmica e uma agenda política escrita e proposta por mulheres negras tornou-se uma realidade. Em 2014, foi instituído pela Lei nº 12.987/2014 o dia da mulher negra – 25 de julho –, inspirado no dia internacional da mulher afro-caribenha, que foi criado em 1992 no 1º Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, realizado na República Dominicana.

Em setembro de 2015, aconteceu a Marcha das Mulheres Negras em Brasília, iniciativa de diversas organizações e coletivos do movimento de mulheres negras, que reuniu milhares de mulheres de várias partes do Brasil. No Espírito Santo, organizou-se o Núcleo Impulsor da Marcha das Mulheres Negras Capixabas, reunindo mulheres de diversos segmentos: ativistas, intelectuais, artistas, LGBTIs+, professoras, mulheres de religiões de matrizes africanas, quilombolas, universitárias, entre outras.

A Marcha das Mulheres Negras realizada em Brasília no dia 18 de novembro de 2015, com cerca de 50 mil mulheres de todos os cantos do país, foi resultado dos esforços coletivos das milhões de mulheres negras organizadas em Núcleos Estaduais Impulsores da Marcha, que durante três anos e em lugares diferentes do país e do mundo acreditaram na construção de um momento político que visibilizaria a luta, a resistência, as denúncias, as angústias e as vozes das 50 milhões de mulheres negras brasileiras. A Marcha foi um Marco para o movimento de mulheres negras brasileiras e o mais importante movimento político no estado brasileiro no ano de 2015.⁵⁷

57 Núcleo Estadual de Mulheres Negras do Espírito Santo. **Relatório do**

No ano de 2018, aconteceu o IV Encontro Estadual das Mulheres Negras, organizado pelo Núcleo Impulsor da Marcha das Mulheres Negras Capixabas e mulheres de organizações do movimento negro capixaba. O encontro teve como objetivo elaborar propostas e eleger delegadas para o Encontro Nacional de Mulheres Negras, que aconteceu em dezembro do mesmo ano, em Goiânia/GO.

O movimento de mulheres negras conta atualmente, no estado e no Brasil, com diversas organizações, coletivos, fóruns, associações, institutos, além dos grupos organizados na estrutura de sindicatos, partidos políticos, e nos grupos organizados do movimento negro. No Espírito Santo, as mulheres negras estão organizadas em diversas estruturas políticas, culturais e sociais. Neste sentido, destacamos o Núcleo Estadual de Mulheres Negras do Espírito Santo, o Fórum Nacional de Mulheres Negras, o Grupo de Mulheres Negras Zazimba Gaba, de Colatina, o Instituto das Pretas, o Coletivo Afoxé, o Coletivo Amara, a Associação de mulheres de Linharinho, de Conceição da Barra, a Associação de Mulheres Negras Cornélia da Conceição, de São Mateus. Essas redes, além das reuniões presenciais, têm usado as redes sociais - whatsapp, facebook e instagram – como instrumentos de articulação e divulgação de suas lutas e atividades.

Nossa agenda e nossas bandeiras ampliaram-se e ganharam novos contornos que evidenciaram nossa diversidade. Lutamos pelo fim do feminicídio de mulheres negras e pela visibilidade e garantia de nossas vidas, pela investigação de todos os casos de violência doméstica e assassinatos de mulheres negras, com a penalização dos culpados, pelo fim do racismo e sexismo produzidos nos veículos de comunicação, promovendo a violência simbólica e física contra as mulheres negras, pelo fim dos critérios e práticas racistas e sexistas no ambiente de

trabalho, pelo fim das revistas vexatórias em presídios e as agressões sumárias às mulheres negras em casas de detenções, pela garantia de atendimento e acesso à saúde de qualidade às mulheres negras, pela penalização de discriminação racial e sexual nos atendimentos dos serviços públicos, entre tantas outras lutas. Reivindicamos a titulação e garantia das terras quilombolas, especialmente em nome das mulheres negras, pois é de onde tiramos o nosso sustento e nos mantemos ligadas à ancestralidade. Brigamos pelo fim do desrespeito religioso e pela garantia da reprodução cultural de nossas práticas ancestrais de matriz africana, pela nossa participação efetiva na vida pública.

Nossa agenda, como citada acima, reflete a realidade dos processos vivenciados por nós mulheres negras no Brasil, sendo que na interseccionalidade evidenciam-se as encruzilhadas a que nos referimos no início da nossa narrativa. Nossa roda não se fecha, ela continua num fluir e confluir e nosso pequeno kilombo, ativo de 1978 a 1980, foi num curto período uma arena ancestral e diaspórica na cidade de Vitória, espaço de resistência e reinvenção do ser mulher, de reencontro com a nossa beleza. Lugar revelador de potências negras, construtor de empoderamento e do protagonismo daquelas mulheres negras. Ele, o caminho e ela, o caminhar, encontram-se vivos nos passos das ativistas e militantes negras na contemporaneidade. Nossos passos vêm de longe!

Axé!

Referências

Fontes orais

Cardoso, M. Miriam Cardoso. **Depoimento** [jul 2017] Entrevistadora: L. Cardoso. Vitória: acervo pessoal.

Penha, S. R. da. Sônia Rodrigues da Penha. **Depoimento** [abr.2019]. Entrevistadora: L. Cardoso. Vitória: acervo pessoal.

Santos, M. Marcia Santos. **Depoimento** [abr.2019]. Entrevistadora: L. Cardoso. Vitória: acervo pessoal.

Fontes escritas

PENHA DE SOUZA, Edileuza. **Um até breve a minha irmã Ilma Viana**. Mensagem recebida por < edileuzapenhadesouza@gmail.com > em 23 set. 2018.

Núcleo Estadual de Mulheres Negras do Espírito Santo. **Relatório do Encontro Estadual de Mulheres Negras do Espírito Santo**. Vitória, 2108.

Bibliograficas

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólem, 2019.

BISPO, Suely; SOUZA, Edileuza Penha de. **Resistência negra na Grande Vitória**: dos quilombos ao movimento negro. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BUENO, Winnie. **Repensando a Interseccionalidade**. Disponível em:< <https://www.geledes.org.br/repensando-a-interseccionalidade/>>. Acesso em: 20 out.2019.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, v. 17 n. 49, 2003.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Angela Davis analisa nosso potente feminismo negro**. Disponível em:< <https://outraspalavras.net/outrasmidias/angela-davis-analisa-nosso-potente-feminismo-negro/>>. Acesso: 25 out. 2019.

OLIVEIRA FILHO, José Gomes de. **O Movimento Negro e a Ditadura Militar**: estudo de caso da vigilância do DOPS/ES. Monografia de Especialização em Política de Promoção da Igualdade Racial nas Escolas. Vitória: NEAB/UFES, 2016.

FREITAS, Josimar Nunes Pereira de. **Mortalidade diferencial por causas externas segundo raça/cor nas microrregiões do Espírito Santo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Geografia), Universidade Federal do Espírito Santo, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. Comunicação apresentada na conferência: “**1985 and Beyond: A National Conference**”. Baltimore, 1984.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, v. 2, 1995.

MACIEL, Cleber da Silva. **Negros do Espírito Santo**. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, Secretaria de Produção e Difusão Cultural, UFES, 1994.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras. *In.*: PINSK, Carla; PEDRO, Joana Maria(org.). **Nova história das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

SALETTTO, Nara. Sobre a composição étnica da população capixaba. *In.*: Lazzaro, Agostino (org.). **Imigrantes Espírito Santo**: base de dados da 106 imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

SILVA, Maria Aparecida. Narrativas de mulheres negras araraquenses: experiência e organização. *In.*: **Seminário Internacional Fazendo Gênero**: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2010.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Ana Carolina Eiras Coelho Soares - Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Doutora, Mestra e Licenciada/Bacharel em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, possui especialização em Psicopedagogia pela UCAM/RJ e realizou estágio de pós-doutoramento entre 2015/2017 em Antropologia no DAN/UNB com apoio FAPEG/CAPES. Atualmente está Coordenadora do GT Regional de Gênero da ANPUH (Associação Nacional de História) – Goiás; Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero/FH-UFG/CNPq. Possui experiência na área de História, com ênfase em estudos sobre a imprensa, literatura, feminismos e sexualidades, atuando principalmente nos seguintes temas: história cultural, gênero, mulheres, violência, literatura, sexualidades, século XIX e XX, José de Alencar e Brasil. Mãe de duas crianças, esteve em licença maternidade em 2011 e 2017/2018.

Ana Maria Colling - Professora permanente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); pesquisadora da UNESCO na Cátedra Diversidade cultural, Gênero e Fronteiras. Mestre em História da Brasil pela UFRGS e Doutora em História pela PUCRS com estágio na Universidade de Coimbra, Portugal. Investiga temas relacionados à história das mulheres, feminismos, educação e gênero, discurso e poder. Entre suas publicações destacam-se as obras: A resistência das mulheres à ditadura militar no Brasil; Tempos diferentes, discursos iguais - a construção histórica do corpo feminino; Mulheres Kaiowá Guarani - Expressões; organizadora do

Dicionário Crítico de Gênero (prêmio ABEU categoria Ciências Humanas 2016).

Ariel Cherxes Batista - Mestre em História Social das Relações Políticas (PPGHIS) pela Universidade Federal do Espírito Santo e membro do Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente (LABTEMPO – UFES). Possui Licenciatura Plena em História pela mesma instituição. A área de atuação compreende a questões relacionadas às problemáticas do Tempo Presente e as discussões em torno da noção de História e memória sobre a ditadura militar no Brasil. Além disso, leciona no ensino básico para turmas de 6º a 9º ano do Ensino Fundamental II.

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior - Docente da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPCX). Doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Desenvolve estudos sobre a historiografia ditatorial, história das mulheres, ensino de história, história regional e local, didática e metodologia de ensino e educação. Atualmente faz parte do Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (LEGHI) ligado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados, em conjunto com Cátedra Unesco e também do Laboratório de ensino de História e Letras ligado a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus Coxim/MS.

Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine - Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com bolsa financiada pela CAPES. Mestre em História pelo PPGHIS da UFES (2016). Bacharel e Licenciada em

História pela UFES (2009). Possui como área de concentração o estudo dos impactos da ditadura militar brasileira (1964-1985) nas universidades públicas. Atuou como pesquisadora da Comissão da Verdade da UFES (CVUFES). Integra o Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (LEG/UFES), em que pesquisa a violência institucional e gênero cometida pelo Estado militar contra as militantes políticas da UFES.

Camila Diane Silva - Possui Graduação em História pela Universidade da Região de Joinville (Univille). Mestrado em História pelo Programa de Pós Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é doutoranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História Global da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua como professora de História na Escola Internacional de Joinville (EIJ) e Assistente Cultural Monitora de Museus no Museu Casa Fritz Alt (MCFA). Tem experiência na área de História do Brasil, atuando nos seguintes temas: relações de gênero, sexualidades, feminismos, ditadura, sistema prisional, movimentos sociais, imprensa alternativa, discurso, história oral e memória.

Janine Gomes da Silva - Professora do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória), da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Possui graduação em História pela Universidade da Região de Joinville (1992), mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997) e doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). Fez pós-doutorado na Universidade de Rennes 2, França (2017). É também pesquisadora do LEGH - Laboratório de Estudos de Gênero e História e do IEG - Instituto de Estudos de Gênero.

Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, mulheres, feminismo, gênero e violência, memória, história oral, patrimônio e ditaduras no Cone Sul.

Lavinia Coutinho Cardoso - Capixaba de Vitória, mulher negra, historiadora, mestra em História Social das Relações políticas (UFES), pós-graduada em História Política (UFES), pós-graduada em Mídias na Educação (UFOP), bacharela em História (UFES) e licenciada em História (CUSC). Iniciada no Candomblé é filha de Oxum, Obaluaiyê e Oxóssi, ativista negra e militante do Movimento Negro e do Núcleo Estadual de Mulheres Negras do Espírito Santo. Tem publicações na área de educação, história do Brasil: escravidão e liberdade no século XIX, Religiosidade Afro no Brasil e História das mulheres Negras no Espírito Santo. Atualmente é professora de História da PMV, de cursos de formação de professores sobre educação para relações étnico-raciais e história das religiões de Matriz Africanas no Brasil.

Luisiane da Silveira Gomes - Graduada em História pela Universidade Federal de Pelotas; Mestra e, atualmente, Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Desde a graduação vem desenvolvendo pesquisas na área de História do Brasil Contemporâneo, sobretudo acerca das memórias de atuação feminina no movimento estudantil universitário durante a redemocratização do Brasil (1977-1985).

Maíra Tristão Nogueira - Tem mestrado em Cinema e Televisão pela Universidade Nova de Lisboa, com pesquisa na área do cinema e questões de gênero na América Latina e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. Seus interesses de pesquisa envolvem questões

de gênero, representação das mulheres e descolonização no cinema. Também atua como diretora e produtora audiovisual na produtora Chaleira Filmes. Dirigiu o curta-metragem Território do Desprazer (2017), a websérie Ser Mulher (2017) e o documentário Companheira 306 (2018). Os três projetos foram financiados pelos Editais da Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo. Atualmente, foi consagrada com uma bolsa do DAAD (German Academic Exchange Service), para pesquisa artística na UDK-Berlin (Berlin University of the Arts).

Maria Beatriz Nader - Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (LEG/UFES), Mestra em História e Filosofia da Educação, Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo e Pós-Doutora em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense. É coordenadora do GT Regional de Gênero da ANPUH (Associação Nacional de História) – Espírito Santo, membro da Academia Feminina Espírito-santense de Letras. Suas pesquisas se direcionam para a História do Tempo Presente e estuda basicamente História da Família, das Relações de Gênero e Demografia Histórica.

Maura Grimaldi - Artista plástica, doutoranda em Comunicação e Artes da pela Universidade Nova de Lisboa, e mestre pela Universidade de São Paulo em Poéticas Visuais. Integrou o programa PIMASP – Museu de Arte de São Paulo (2016/2017), a VI Bolsa do Museu de Arte da Pampulha e a residência na École Supérieure des Beaux-arts em Tours (2013, França). Atualmente, desenvolve parte de sua pesquisa junto à Freie Universität em Berlin.

Mirela Marin Morgante - Pós-doutoranda, Doutora (2020) e Mestre (2015) em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes, Licenciada e Bacharel em História na Ufes. Participou do Programa de Doutorado Sandwich no Exterior da CAPES, realizando estágio de Pesquisa no Instituto de Pesquisas e Estudos Feministas (IREF) da Universidade do Quebec em Montréal (UQÀM). É integrante do Laboratório de Estudos em Gênero, Poder e Violência (LEGPV-Ufes). Está coordenadora do GT Regional de Gênero da ANPUH (Associação Nacional de História) – Espírito Santo. Atua com pesquisas voltadas para a História da Prostituição e das Mulheres no Brasil e no Espírito Santo. Tem experiência na área de História das Mulheres, História do Espírito Santo e do Brasil República. Também atua no meio audiovisual, na produção, direção e roteirização de obras voltadas, sobretudo, para a temática feminista.

Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto - Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás e conveniado à Universidade Federal de Santa Catarina cursando um período nesta mesma universidade. É graduado em Licenciatura História pela Universidade Federal de Goiás com intercâmbio de um período pela Universidade de Coimbra Portugal. Tem desenvolvido pesquisas sobre a História das Homossexualidades Masculinas no Brasil e na Argentina entre as décadas de 70-80 do último século dando ênfase as circularidades e disputas identitárias, através da utilização de jornais e da produção literária do período. É professor em dedicação exclusiva do Centro de Ensino em Período Integral - Novo Horizonte vinculado ao estado de Goiás. É também pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisas e Estudos em Gênero pela Universidade Federal de Goiás e pelo Laboratório de Gênero, Etnicidade e Diversidades vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal de Catalão.

Tanya Mayara Kruger - Mestre em História Social das Relações Políticas (PPGHIS) pela Universidade Federal do Espírito Santo e membro do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (LEG-UFES). Possui licenciatura (2016) e bacharelado (2018) em História pela mesma instituição. Tem experiência na área de História das Mulheres, História do Espírito Santo e do Brasil República. Além disso, é professora efetiva na Prefeitura Municipal de João Neiva.

**NORMAS PARA CONFEÇÃO DE TEXTOS
COLABORATIVOS PARA O TERCEIRO VOLUME
DA COLEÇÃO “HISTÓRIA E GÊNERO”**

História e Gênero: amores, emoções e fantasias

Prezada(o),

Tendo em vista sua trajetória qualificada e a área de concentração de sua produção acadêmica, convidamos vossa senhoria para escrever um capítulo para o terceiro volume da Coleção *História e Gênero*, intitulado “*História e Gênero: amores, emoções e fantasias*”, uma publicação do Laboratório de Estudos em Gênero, Poder e Violência, do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (LEG/UFES), com a colaboração do Grupo de Extensão e Pesquisa em Estudos de Gênero (GEPEG/UFG).

Este terceiro volume tem o intuito de promover o debate transdisciplinar, dentro das perspectivas analíticas dos estudos de gênero e das narrativas da História, sobre as noções de “amores”, “emoções” e “fantasias”, conceitos pouco valorizados pelos cânones tradicionais da construção do fazer histórico e que, no entanto, compõe elementos basilares nas estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas nas vidas das pessoas no passado a partir das lógicas dos poderes/saberes e práticas individuais e coletivas. Ressaltamos que todos os capítulos serão submetidos à análise e parecer às cegas, visando a manutenção da qualidade da coleção. A ideia do presente volume da coleção é adentrar na pluralidade das formas históricas de refletir e expressar as emoções, amores e fantasias dentro das estruturas de poderes entre os gêneros, evidenciando os diversos modos encontrados

pelas mulheres e homens para vivenciarem as múltiplas formas de experienciar e registrar seus sentimentos nas relações humanas bem como as redes de poder, autorizações sociais, interdições morais, silenciamentos diversos e formas de resistências.

O prazo para submissão dos artigos encerrar-se-á no dia 30 de abril de 2021, com o título e o resumo (até 1.200 caracteres com espaço) do capítulo.

Seguem as normas para publicação:

1. Os textos devem ser encaminhados em arquivo eletrônico e deverão conter entre 20 e até 25 páginas, estar digitados em Word, espaço 1.5, Times New Roman 12; não usar sublinhado.

a) O Título do texto deve ser também em Word, espaço 1.5, Times New Roman 12; não usar sublinhado.

b) Abaixo do título escrever o nome do autor e instituição a que está vinculado.

c) Alinhamento justificado.

2. Os textos não devem ter quebra de página ou quebra de seção.

3. Caso o texto tenha imagens, é necessária a obtenção dos direitos de utilização. As imagens devem vir em arquivo digital JPG ou TIF, em 300 DPI de resolução e encaminhadas em arquivo à parte, assinalando-se no texto os locais de sua inserção. Observe-se que as mesmas devem apresentar título e fonte.

4. Caso o texto tenha tabelas, essas devem geradas em Word. Os gráficos devem vir em preto e branco e, caso tenham muitos parâmetros, devem ter hachuras para diferenciar a leitura dos dados.

5. Para agilizar o processo de produção gráfica, deverão ser obedecidos os seguintes critérios:

- a) boa legibilidade;
- b) para qualquer destaque no corpo do texto usar itálico;
- c) ilustrações: mencionar a fonte de onde foi extraída e os dados bibliográficos (autor, obra, página) abaixo da legenda. A referência completa, relativa à fonte da ilustração, deve figurar no final do trabalho. As ilustrações devem ser numeradas sequencialmente e próximas do trecho onde são mencionadas. Os títulos dos gráficos devem vir logo abaixo do desenho e os das tabelas e quadros vem acima, centralizados;
- d) As citações (palavras, expressões, períodos) devem ter referência bibliográfica e ser cuidadosamente conferidas pelos autores e/ou tradutores, já que são de inteira responsabilidade destas quaisquer incorreções;
- e) As citações com até 3 (três) linhas devem vir no corpo do texto, sem itálico, com chamada autor-data entre parênteses – Ex: (PASQUALI, 2006). No caso do(a) autor(a) ter seu nome citado no corpo do texto, colocar somente a data entre parênteses – Ex: Pasquali (2006) menciona que...
- f) as citações textuais longas (mais de três linhas) devem vir em parágrafo independente, recuado da margem esquerda 4 cm, com Times New Roman 10, e com o espaçamento simples, sem aspas;
- g) Toda citação (palavras, expressões, períodos) em língua estrangeira deverá ser substituída pela sua tradução em língua portuguesa, exceto epígrafes. A versão em língua original poderá vir em nota de rodapé, com referência ao tradutor;
- h) nas notas bibliográficas deve-se evitar op. cit., ibidem e idem, utilizando sempre o nome da obra por extenso. Repetir quantas vezes forem necessárias as indicações bibliográficas.

6. Para que haja unificação do modo de citar os nomes das obras dentro do texto, deve-se usar itálico e só a primeira palavra com inicial maiúscula, exceção para os nomes próprios. Exemplos: 1 · periódicos e revistas – itálico e todas as palavras com iniciais maiúsculas. Exemplos⁵⁸: *Folha de S. Paulo*; *Revista Cult.* · artigos, ensaios, poemas – sem itálico, entre aspas e apenas a palavra inicial maiúscula. Exemplos: “O corvo”; “Há uma gota de sangue em cada poema”.

7. As Referências bibliográficas devem ser somente as utilizadas no corpo do texto.

8. Encaminhar em separado os dados sobre os/as autores (as), em pelo menos 5 linhas.

Enviar textos para: ufes.leg@gmail.com

Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência

58 Recomendação: aplicar as normas contidas no livro Normas para a apresentação de trabalhos acadêmicos (PASQUARELLI, Maria Luiza Rigo. Normas para a apresentação de trabalhos acadêmicos [ABNT/NBR-14724, agosto 2002, ementa 2006]. 3 ed. Osasco: EDIFIEO, 2006. 160 p).



(27) 3376-0363

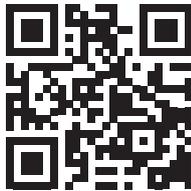


facebook.com/EditoraMilfontes



[@editoramilfontes](https://instagram.com/editoramilfontes)

Conheça mais sobre a Editora Milfontes. Acesse nosso site e descubra as novidades que preparamos para Você.
Editora Milfontes, a cada livro uma nova descoberta!



Este impresso foi composto utilizando-se as famílias tipográficas
Miniom Pro e Aramis.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada
a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.



EDITORA MILFONTES

2021

Em 2016, muita/os de nós assistimos estarecidas/os o atual presidente da República fazer apologia a um grande torturador do período da ditadura militar, ao votar a favor do impeachment de Dilma Rousseff que selou o golpe na democracia brasileira. Antes, ele já havia se posicionado a favor do estupro de mulheres, ao se dirigir a uma deputada federal, e de outros crimes cometidos pelo Estado ditatorial militar pós-1964. Continuamos estarecidas/os ao acompanhar a sua ascensão ao cargo de presidente do Brasil, seguido do completo desmantelamento de políticas públicas arduamente conquistadas pelos movimentos feministas no decorrer do século XX. O choque é tão brutal que, muitas vezes, nos sentimos paralisadas/os e impotentes.

É nesse sentido que a obra *História e Gênero: a diversidade de resistências femininas no Brasil dos anos de chumbo* nos chega como um desentorpecimento, sendo ela mesma uma forma de resistir, ao nos lembrar e visibilizar as lutas passado, que nos incita e potencializa para as lutas do presente contra o autoritarismo, o retrocesso, a misoginia, os racismos e os novos fascismos.

Daí a relevância de todos os artigos que compõem este segundo número da coleção *História e Gênero*. Escritos por pesquisadoras/es especialistas em História do Brasil, História Oral, Relações de Gênero, Mulheres no Audiovisual e Análise de Discurso, os textos abordam as lutas e as resistências de diferentes mulheres brasileiras, evidenciando uma diversidade com a qual nos identificamos subjetivamente.

Este livro nos permite olhar para o nosso passado recente e nos ver nele, além de nos oportunizar uma memória histórica feminina e feminista, uma vez que falar de nossas táticas e resistência é um valioso instrumento de potencialização do feminino. Com ele, nos fortalecemos para resistir no presente e construir um futuro mais felôgeno para nós mulheres e toda a sociedade. Afinal, os feminismos são para todas/os!

Profa. Dra. Claudia de Jesus Maia
Professora de História
Universidade Estadual de Montes Claros.

ISBN: 978-65-86207-31-6



9

786586

207316